

CARES - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

RELATÓRIO E CONTAS 2013

Índice

3	Órgãos Sociais
4	Relatório do Conselho de Administração
33	Demonstrações Financeiras
39	Anexo às Demonstrações Financeiras
114	Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros
119	Relatório Sobre o Governo da Sociedade
142	Relatório e Parecer do Conselho Fiscal e Certificação Legal das Contas

Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	Maria Isabel Toucedo Lage
Secretário	Salomão Jorge Barbosa Ribeiro

Conselho de Administração

Presidente	CAIXA SEGUROS E SAÚDE, S.G.P.S., S.A., que nomeou para exercer em nome próprio, Francisco Xavier da Conceição Cordeiro
Vogais	Ana Rita Martins Sambado de Macedo Luis Filipe Mateus Alves

Conselho Fiscal

Presidente	Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias
Vogais	João Filipe Gonçalves Pinto Luis Máximo dos Santos
Suplente	João Manuel Gonçalves Correia das Neves Martins

**Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas**

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC, S.A. Representada por João Carlos Henriques Gomes Ferreira, ROC
--

01

RELATÓRIO
DO CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO

Ao Acionista

Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho de Administração da CARES – Companhia de Seguros S.A., vem apresentar a V.Exa. o Relatório e Contas relativo ao exercício do ano 2013.

1. Enquadramento da Atividade

1.1. Enquadramento Macroeconómico

A economia portuguesa continuou a implementar, em 2013, o processo de ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos acumulados, o qual originou a adoção de medidas de consolidação do Orçamento de Estado e a desalavancagem progressiva do setor privado. Este processo tem, naturalmente, implicado um impacto negativo ao nível da atividade e do emprego que, ainda assim, é muito inferior ao que decorreria de uma situação de interrupção do acesso a financiamento.

Em consequência, as mais recentes estimativas apontam para uma contração do PIB de 1,5% em 2013, o que implica uma queda acumulada de cerca de 6% no período 2011-2013.

Este decréscimo, tem sido consequência da contração da procura interna (contributo para o PIB de 2,7 pp. em 2013) decorrente do processo de ajustamento e da manutenção de assimetrias de financiamento na área do euro.

Por outro lado, e apesar da relativa estagnação económica dos principais parceiros comerciais da economia portuguesa, a procura externa tem evoluído favoravelmente (contributo para o PIB de 1,1 pp. em 2013), uma vez que as exportações de bens e serviços, e em particular bens energéticos refinados e turismo, revelaram um aumento assinalável, refletido na correção de desequilíbrios do tecido económico nacional, sendo de destacar o aumento dos recursos afetos aos setores de bens e serviços transacionáveis e a inversão do saldo da balança corrente e de capital para valores positivos, o que traduz uma capacidade líquida de financiamento da economia.

Relativamente a este último aspeto, é de referir que, entre 2011 e 2013, a economia portuguesa passou de uma situação de necessidade líquida de financiamento externo de cerca de 10% do PIB para um excedente de 2,5%, o que constitui, a par da consolidação orçamental, uma das características mais importantes do processo de ajustamento, dado o seu contributo para a sustentabilidade do endividamento externo, por via do aumento da confiança dos investidores.

A inflação, em 2013, deverá situar-se em 0,5%, claramente inferior ao objetivo de longo prazo de 2%, beneficiando da moderação salarial, decorrente das condições existentes no mercado de trabalho, e da descida dos preços das matérias-primas expressos em euros.

Relativamente ao mercado de trabalho, verificou-se um aumento dos níveis de desemprego durante o primeiro semestre do ano, tendo-se verificado uma redução no segundo semestre, que, contudo, não foi suficiente para que a taxa de desemprego ficasse abaixo de 15%. Esta evolução ocorreu paralelamente com um movimento, iniciado em anos anteriores, de significativa redução da população ativa e da população residente, com especial incidência nos segmentos mais jovens, que se caracterizam por maior mobilidade e qualificações académicas mais elevadas.

A política orçamental manteve-se restritiva em 2013, com a manutenção de diversas medidas de austeridade, nomeadamente redução de vencimentos e pensões e aumento da carga fiscal, sendo expectável o cumprimento do objetivo para o défice orçamental de 5,5% do PIB, mesmo excluindo o efeito do processo de recuperação extraordinária de dívidas fiscais que equivaleu a cerca de 0,7% do PIB. A acumulação deste défice ao montante de dívida pública já existente, deverá fazer com que esta aumente para cerca de 130% do PIB.

Na área do euro, manteve-se uma política monetária acomodatória, tendo o BCE reduzido as taxas de referência e anunciado a continuação das operações de cedência de liquidez por períodos mais prolongados, medidas que, contudo, não foram suficientes para homogeneizar as condições de financiamento das empresas, nomeadamente no que respeita aos diferenciais entre as empresas de países com elevada notação de crédito e de países que se encontram em dificuldades.

De referir que as condições monetárias e financeiras da economia portuguesa, apesar de se manterem restritivas, melhoraram gradualmente em 2013, tendo-se verificado uma redução dos prémios de risco face ao ano anterior.

Em 2014, a economia nacional deverá registar um crescimento que, embora reduzido, marca a esperada inversão do ciclo recessivo iniciado em 2011, enfrentando ainda o desafio de retomar o pleno acesso a financiamento junto dos mercados financeiros internacionais. O cumprimento destes objetivos impõe que Portugal seja capaz de assegurar a continuação do processo de ajustamento, para o qual deverão contribuir a manutenção da política de consolidação orçamental, a continuação do programa de reformas estruturais e a adoção de um enquadramento legal e institucional estável que favoreça o investimento produtivo.

1.2. Enquadramento do Mercado Segurador

Em 2013, o mercado segurador nacional voltou a ter as condicionantes de uma conjuntura económica desfavorável tendo, contudo, apresentado um crescimento de 20,2% no montante de prémios, para 13,1 mil milhões de euros (equivalente a cerca de 8% do PIB), beneficiando da recuperação do montante de prémios do ramo Vida para o qual contribuiu, de forma relevante, a alteração das políticas de captação de recursos por parte dos maiores grupos financeiros nacionais.

A atividade Não Vida apresentou um decréscimo de 3,1%, para 3,9 mil milhões de euros, refletindo a evolução da situação económica nacional, com particular impacto nos ramos Acidentes de Trabalho e Automóvel. De referir, pela positiva, o aumento do montante de prémios nos ramos Riscos Múltiplos Habitação e Doença, que reflete, respetivamente, o efeito de ajustamento dos capitais seguros por via da inflação e a crescente preocupação com as restrições orçamentais do Serviço Nacional de Saúde.

À semelhança de anos anteriores, o mercado segurador apresenta uma diminuição dos níveis de concentração na atividade Não Vida, tendo-se verificado um aumento de quota por parte das seguradoras de menor dimensão.

Os elementos disponíveis apontam ainda para uma melhoria dos resultados líquidos do setor segurador e dos seus níveis de solvência, tendo beneficiado da recuperação de valor por parte dos ativos financeiros, em especial ao nível dos mercados de dívida nacional.

Em 2014, a atividade seguradora poderá beneficiar da esperada inversão do ciclo económico que, contudo, será ainda incipiente e, por esse motivo, de efeitos positivos limitados.

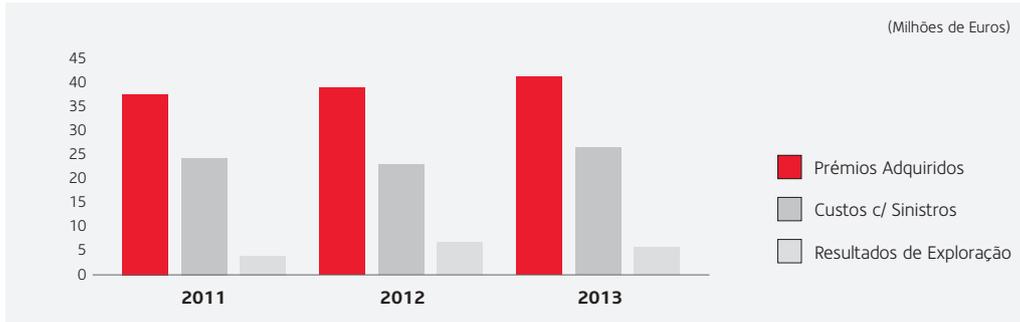
2. Atividade Seguradora da Companhia

2.1. Síntese da Atividade

No ano de 2013 a Companhia registou uma evolução positiva no seu volume de negócios. O montante de prémios adquiridos ascendeu a 42.038 milhares de Euros o que representa um crescimento de 4,6% em relação ao ano anterior.

Os custos com sinistros observaram um acréscimo de 14,3% relativamente ao ano anterior, fixando-se nos 27.367 milhares de Euros. O referido acréscimo tem por base um aumento muito relevante da frequência de sinistralidade de reboque por avaria, fruto da conjuntura económica adversa para as empresas e famílias, que inviabiliza a efetivação dos necessários e imprescindíveis programas de manutenção

preventiva do parque automóvel nacional, bem como ao seu envelhecimento decorrente do baixo número de veículos novos vendidos.

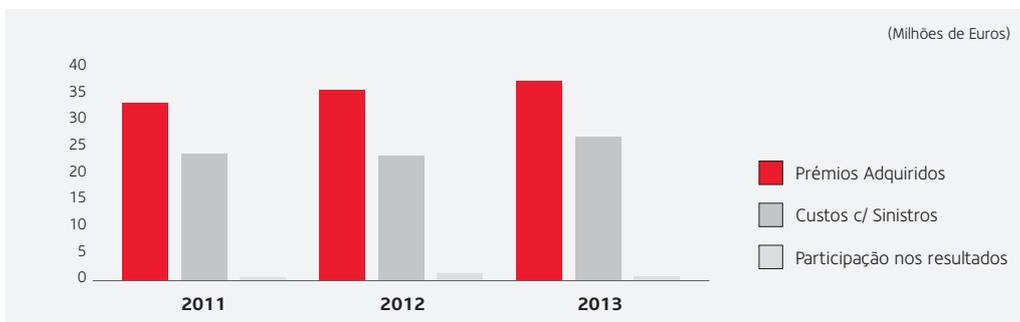


Neste contexto, a margem técnica decresceu 11,4% relativamente ao ano anterior, fixando-se nos 11.649 milhares de Euros. A margem técnica alcançada está alicerçada num trabalho continuado de controlo e de redução de custos com a rede externa de prestadores, mantendo um alto nível de qualidade dos serviços providenciados aos Segurados.

2.2. Assistência

A exploração do ramo Assistência no ano de 2013 foi globalmente positiva. Assim:

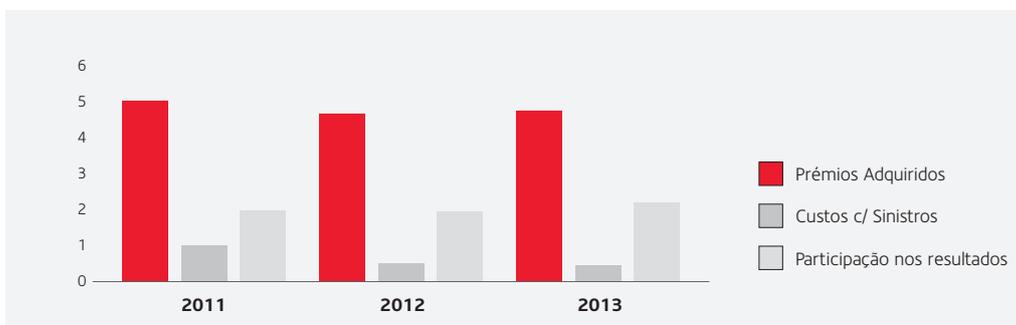
- A receita cresceu 4,9%, situando-se nos 37.420 milhares de Euros;
- A sinistralidade cresceu 14,7%, atingindo o valor de 26.919 milhares de Euros;
- Por fim, regista-se que a taxa de sinistralidade se fixou nos 71,9%, aumentando relativamente ao ano anterior 9,3%.



2.3. Proteção Jurídica

A exploração do ramo Proteção Jurídica no ano de 2013 foi positiva. Assim:

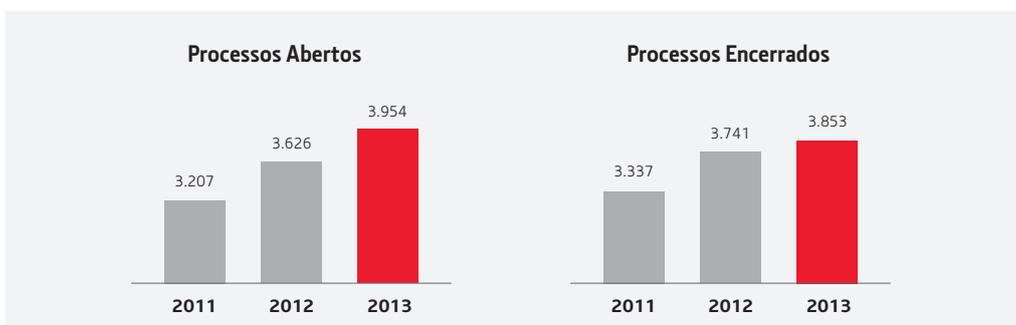
- A receita cresceu 2,2%, situando-se nos 4.618 milhares de Euros;
- A sinistralidade desceu 6,0% fixando-se nos 449 milhares de Euros;
- Por fim, de registar a reduzida taxa de sinistralidade que se fixou nos 9,7%, diminuindo 8,0% relativamente ao ano anterior.



3. Atividade Empresarial da CARES

3.1. Área Jurídica

A área de Proteção Jurídica, em 2013, registou uma vez mais um acréscimo de processos novos (9,0%) em relação ao ano anterior, mas, pelo contrário, uma redução da velocidade de encerramento (passando para 97%), com o inerente aumento do número de processos pendentes em gestão.



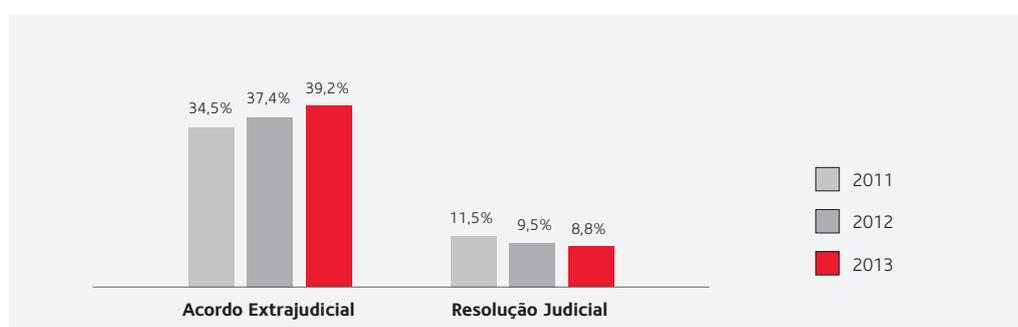
Relativamente aos processos novos, registou-se um aumento de pedidos de Proteção Jurídica em consequência de acidentes de viação ocorridos em Portugal, mas, em contrapartida, uma redução dos ocorridos no estrangeiro. Em relação ao ano anterior, em 2013 aumentaram igualmente os pedidos de Proteção Jurídica não associada ao seguro automóvel.

Este aumento poderá justificar-se com o crescente conhecimento da cobertura por parte dos Segurados, levando ao acionamento mais precoce da garantia, logo após o sinistro, independentemente da existência ou não de um litígio. Por outro lado, as próprias Companhias Clientes, através do serviço disponibilizado aos seus Segurados de “Proteção e Defesa” encaminham os pedidos de intervenção cada vez mais cedo.

Os principais objetivos do ano de 2013 traçados para a área de Proteção Jurídica passavam por:

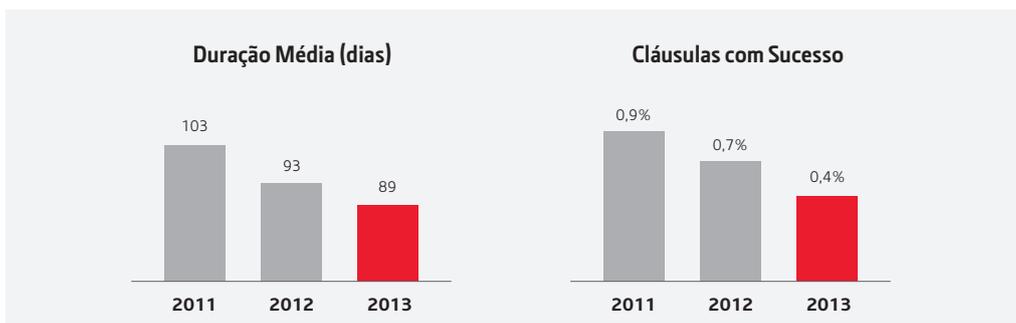
- Manter o propósito de aumentar a percentagem de acordos extrajudiciais;
- Reduzir o recurso à via judicial (Tribunais, CIMPAS ou Julgados de Paz);
- Reduzir o tempo médio de gestão dos processos não judiciais.

Feita uma análise aos processos encerrados no ano de 2013, por comparação com os dois anos anteriores, conclui-se que os dois primeiros objetivos foram atingidos, com um aumento de 4,9% nos acordos extrajudiciais e um decréscimo de 7,5% nos casos com resolução judicial, garantindo-se assim uma redução de custos privilegiando a resolução extrajudicial dos litígios, em detrimento da via judicial, salvaguardando sempre os direitos dos Segurados.



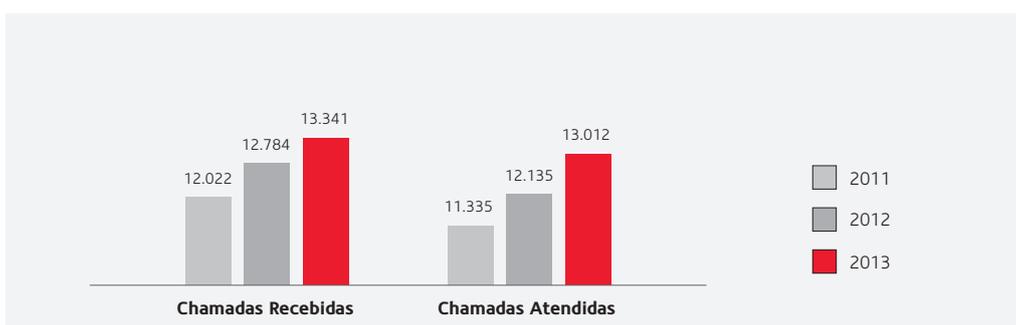
Nos restantes processos encerrados verifica-se que, 18,9% foram pedidos considerados inviáveis, 19,1% foram encerrados por desistência dos Segurados e os restantes 14,0% por falta de enquadramento nas coberturas contratadas.

No tocante ao último objetivo foi igualmente concretizado, com o tempo médio de gestão de processos não judiciais a descer para 89 dias, o que constitui uma redução de 4,3%, facto que contribui para o aumento da satisfação dos Segurados que vêem os seus casos resolvidos num menor espaço de tempo.

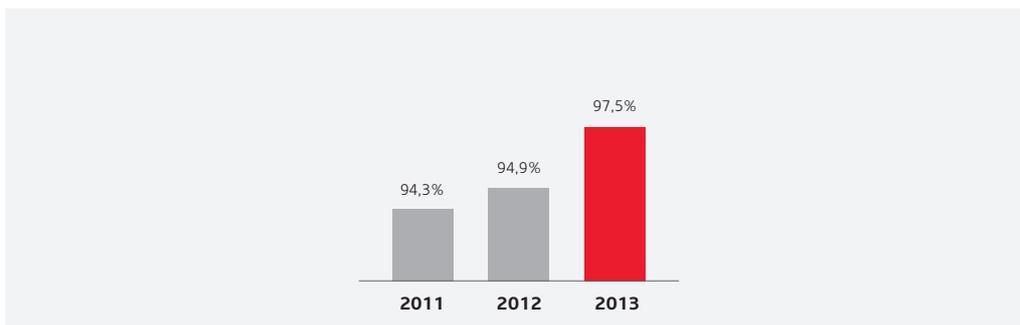


Um dos direitos dos Segurados, ao abrigo da Condição Especial de Proteção Jurídica, é precisamente recorrerem a expensas suas a Tribunal sempre que discordem das soluções preconizadas pela Entidade Gestora de Proteção Jurídica e serem reembolsados, dentro dos capitais seguros, sempre que consigam uma solução mais favorável (as designadas “cláusulas c/ sucesso”). Tendo em conta a totalidade dos processos encerrados, apenas 0,4% dos Segurados conseguiram uma solução mais favorável e foram reembolsados dos custos inerentes. Apesar de influenciados por vezes por fatores externos, é importante acompanhar estes resultados, na medida em que refletem a qualidade técnica do serviço prestado.

Finalmente, no que respeita ao atendimento telefónico de suporte ao serviço, tem-se vindo a assistir a um aumento anual do número de chamadas recebidas, em sintonia com o aumento do número de processos em gestão.



No ano de 2013 verificou-se um aumento de 4,4% no número de chamadas recebidas, mas o nível de eficácia do atendimento continua a melhorar relativamente aos anos anteriores, elevando-se em 2013 para 97,5%, o que representa uma melhoria de 2,8%. Este percentual abrange todas as chamadas recebidas, incluindo os chamados abandonos técnicos.



O ano de 2013 foi igualmente marcado pela implementação do projeto Angola, tendo sido concretizado no início do mês de dezembro. A cobertura de Proteção Jurídica criada pela CARES está desde esse momento a ser comercializada pela Universal Seguros, no entanto por ser recente a sua comercialização, não se registou no ano de 2013 nenhum sinistro.

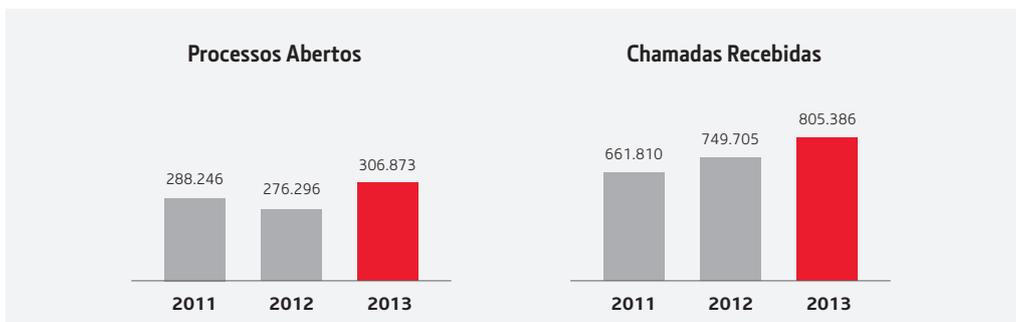
3.2. Área de Operações

É a Área de Operações que diariamente assegura o interface de prestação de serviços aos Segurados. Das muitas iniciativas de melhoria na qualidade do serviço, salientam-se as mais importantes ocorridas em 2013:

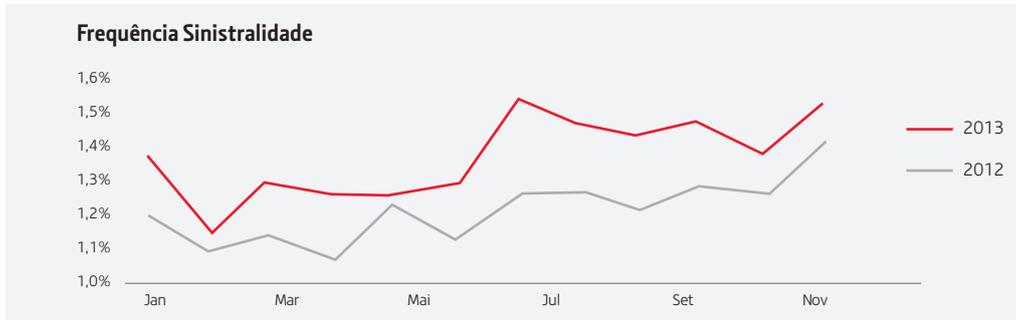
- Janeiro > Estendeu-se a plataforma Web de gestão de pedidos de viaturas à maioria das empresas rent-a-car, contribuindo decisivamente para a agilização dos processos e diminuição de tempos de resposta aos Segurados;
- Fevereiro > Iniciou-se o transporte de sinistrados de mobilidade reduzida em táxi adaptado nas tipologias de incapacidade que o permitem, aumentando-se o conforto para a pessoa transportada e alcançando-se reduções importantes no tempo de transporte e no custo do mesmo;

- Março > A equipa ligada à Assistência Doméstica foi alvo de formação em Assistência em Viagem e em Transporte de Sinistrados, garantindo desta forma que todas as equipas da Área de Operações são multidisciplinares;
> Iniciou-se uma parceria com empresa especializada na assistência a veículos pesados que permite uma redução dos custos neste tipo de intervenção;
- Abril > Entrou em produção o novo método de georeferenciação, que reduz a possibilidade de existência de erros de localização incorreta do Segurado e reduz igualmente o tempo de chegada dos meios de socorro ao local do sinistro;
- Maio > Introdução de rotas de transportes coordenados (distâncias longas), que garantem a entrega de viaturas sinistradas em 24 horas, a nível nacional, aumentando a satisfação dos Segurados com o serviço;
- Setembro > Iniciou-se uma ação de formação transversal a todos os elementos da Área de Operações, com especial enfoque no atendimento ao Cliente, sustentada na análise dos resultados dos inquéritos de satisfação dos Clientes;
> Implementação do novo método de seleção de prestadores que reduz o número de ecrãs a navegar. Esta alteração aporta ao processo de assistência uma redução de cerca de 5 segundos por serviço;
- Outubro > Foram alargadas as potencialidades da plataforma Web de gestão de pedidos de viaturas com a introdução do sistema freesell (aceitação automática de requisições pela rent-a-car) que permite uma redução assinalável no número de recursos alocados diariamente a estas tarefas;
> As requisições de serviços de médico ao domicílio foram automatizadas com ganhos no tempo de espera pelos Segurados e no tempo de gestão do processo;
- Dezembro > Foram harmonizadas as tipificações das tarefas de controlo de qualidade e de eventos de perda em linha com as melhores práticas em termos de Gestão de Risco Operacional;
> Deu-se início à prestação do serviço de Assistência em Viagem aos veículos automóveis seguros pela Universal em Angola.

3.2.1. Assistência em Viagem



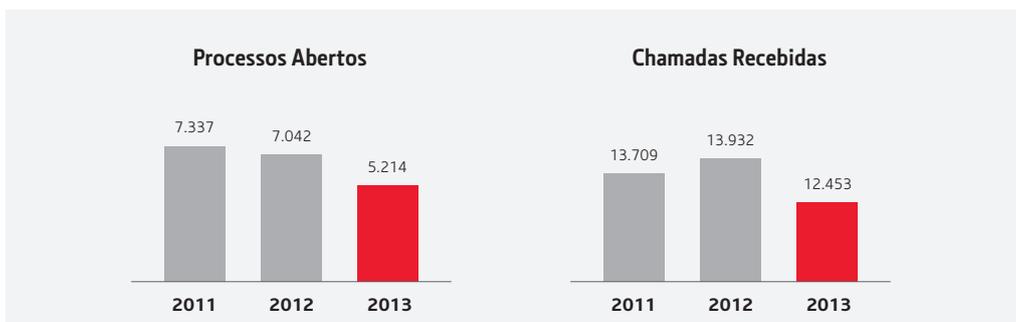
Assiste-se no ano 2013 à inversão do ciclo de regressão na sinistralidade com reflexo direto no número de processos abertos. Foram abertos 306.873 processos de assistência em viagem, que constitui um aumento de 11,1% relativamente ao ano anterior. O aumento de processos abertos está intimamente ligado ao relevante aumento da frequência de sinistralidade neste produto (12,6%) que passou de 14,5% em 2012, para 16,3% em 2013.



O aumento no número de processos abertos originou naturalmente um crescimento no volume de chamadas telefónicas. Verificou-se um aumento de 7,4% relativamente ao ano anterior, fixando-se o número de chamadas recebidas em 805.386 (mais de 2.200 chamadas/dia). É importante, pela sua qualidade, salientar dois factos relativamente ao atendimento telefónico:

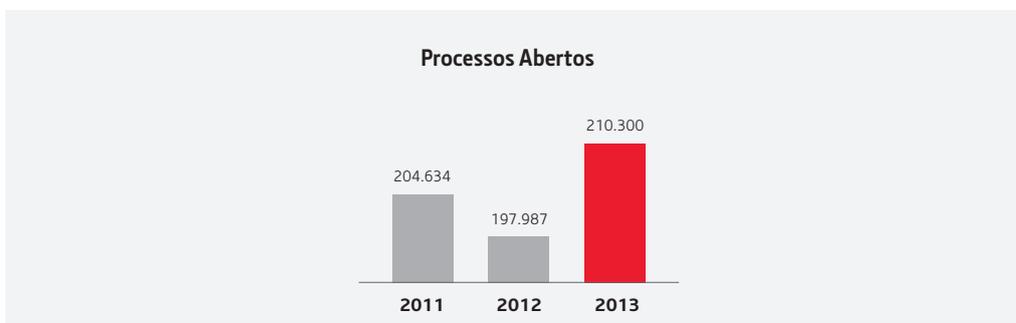
- A taxa de eficácia de 96,8% alcançada;
- A descida para 2,6 da relação chamada vs processo (call per file), sustentada pelo menor aumento do número de chamadas recebidas, em relação ao número de processos abertos.

3.2.2. Assistência Doméstica



Ao nível da Assistência Doméstica verificou-se uma descida de 26,0% no número de processos abertos. Dos 7.042 processos de assistência doméstica abertos no ano de 2012, passou-se para 5.214 em 2013. O atendimento telefónico de suporte ao serviço registou um decréscimo de 10,6% no número de chamadas recebidas. De referir que as 12.453 chamadas recebidas tiveram uma taxa de eficácia 98,5%.

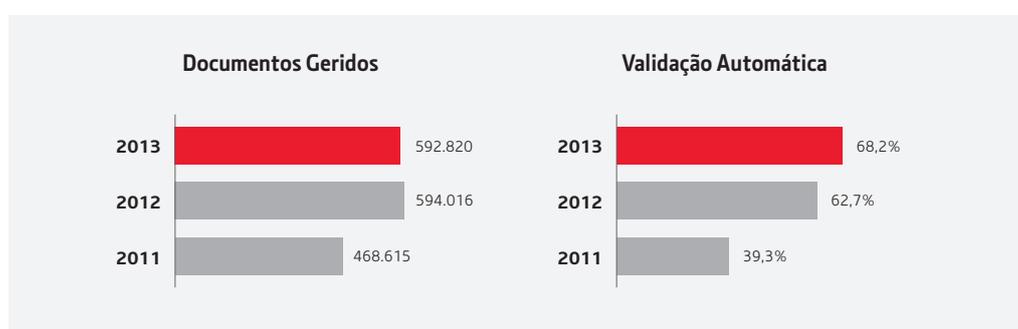
3.2.3. Assistência a Sinistrados



O número de processos abertos relativos à organização de serviços de transporte (ambulância, táxis adaptados para passageiros com mobilidade reduzida e táxis comuns), adequados à incapacidade de cada sinistrado de Acidentes de Trabalho e de Acidentes Automóvel, registou em 2013 um aumento de 6,2%, atingindo os 210.300 transportes anuais, ou seja, cerca de 830 transportes diários.

3.2.4. Setor Administrativo

O Setor Administrativo centraliza o tratamento da faturação da rede de prestadores de serviços da Companhia. Atendendo ao volume de documentos tratados anualmente, é decisiva a adoção de metodologias de tratamento da faturação dos prestadores que se revelem eficazes e expeditas. Neste contexto, o trabalho desta equipa, na sensibilização da rede de prestadores para a adesão à faturação eletrónica, é determinante.



Neste momento, cerca de 80% da faturação de todos os prestadores já é eletrónica. Este facto tem permitido que anualmente a percentagem de documentos validados automaticamente aumente, ascendendo no ano de 2013 a 86,9%, o que representa um aumento de 10,3% face ao ano transato.

3.3. Área de Produtos, Comercial e Marketing

No ano de 2013, apesar da difícil conjuntura económica, foi possível manter o ciclo de crescimento do volume de negócio iniciado em 2012. Num ambiente adverso para a conquista de novas Companhias Clientes, a aposta centrou-se em alargar a oferta de produtos e soluções. Neste contexto, realçam-se alguns dos factos, que consideramos mais relevantes, ocorridos durante o ano de 2013:

a) Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A.

- Início da comercialização de produto de Assistência em Viagem destinado ao segmento empresarial;
- No tocante ao Seguro de Viagem, destaca-se a concretização de um contrato de Assistência para os bolseiros da Fundação Calouste Gulbenkian;
- Foi lançado um novo produto de Seguro de Viagem, com um capital superior de despesas médicas, de molde a permitir aos Segurados a obtenção dos respetivos vistos de entrada em alguns países;
- A nível de projetos, foram desenvolvidos trabalhos para seguros de viagens para alguns segmentos específicos, como as agências de viagem e os seniores.
- Encontra-se em desenvolvimento um produto inovador no mercado português de Assistência à Família que será em lançado em 2014.

b) Via Directa – Companhia de Seguros, S.A.

- Foi iniciada a comercialização de um novo produto Automóvel para venda on-line, sob a designação de uma nova marca, Siga Seguros, assegurando a CARES a Assistência em Viagem e a Proteção Jurídica;
- Começaram a ser distribuídos pela marca Continente produtos de Assistência Doméstica e Assistência Médica;
- Foi acordado a CARES assegurar a prestação de serviços referentes à Condição Especial de Veículo de Substituição para as diferentes marcas da Via Directa.

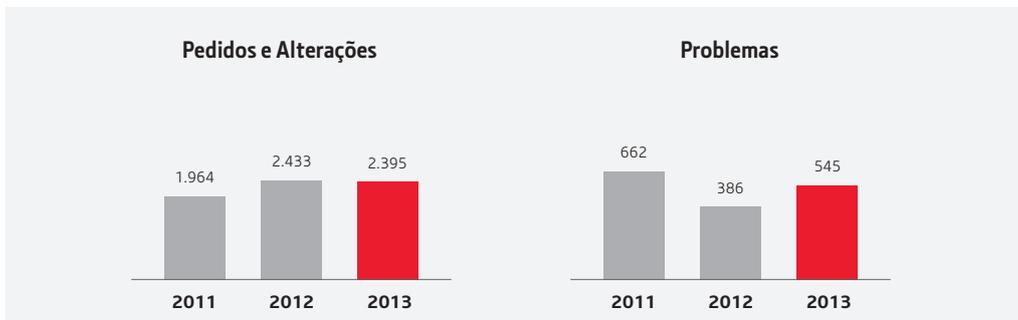
c) Universal Seguros

- Foi iniciada no final do ano a comercialização dos seguros de Assistência em Viagem e Proteção Jurídica para a carteira Automóvel;
- Foi desenvolvido um projeto de seguro de Assistência em viagem para trabalhadores imigrados;
- Foi lançado, em parceria com a Multicare, um produto de assistência associado aos seguros de saúde comercializados pela Universal.

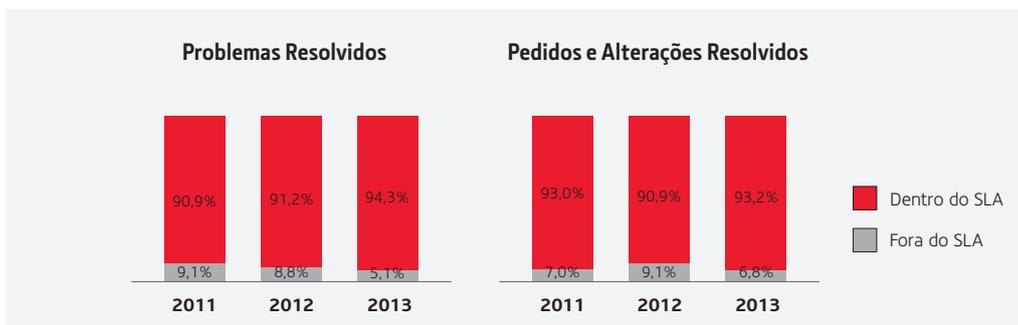
3.4. Sistemas de Informação

No decorrer do ano 2013 os projetos mais relevantes desenvolvidos pela Área de Sistemas de Informação foram:

- Desenvolvimento de um módulo para aferir a Satisfação de Clientes com os serviços prestados pela CARES, que funciona de forma automática através de SMS e Internet;
- Definição e preparação da componente tecnológica (servidores) do Plano de Continuidade de Negócio;
- Adaptação do ERP CARES às necessidades de suporte da operação em Angola;
- Reestruturação e certificação do módulo de faturação;
- Desenvolvimento de novos métodos de seleção de prestadores de forma a reduzir o custo médio por serviço;
- Desenvolvimento de novas formas de georeferenciação de modo a possibilitar uma identificação mais assertiva do local de sinistro e, conseqüentemente, selecionar os meios mais adequados;
- Implementação do novo sistema de gestão de entidades introduzindo novas funcionalidades e informação de gestão mais rigorosa;
- Desenvolvimento de um novo módulo de comunicação e alertas aos utilizadores;
- Implementação de serviços Rent-a-Car "Freesell" (aceitação automática de requisições) e automatização do processo de adjudicação.



Para além dos projetos atrás referidos, a Área de Sistemas de Informação enquanto área de suporte ao negócio é chamada a dar resposta diária à resolução de problemas ocorridos a nível de software e hardware, bem como a dar resposta a pedidos de desenvolvimento que não configuram pela sua envergadura um projeto e a alterações a aplicações existentes. Neste contexto, é de salientar a capacidade de resposta evidenciada no tratamento destas situações, quer pelo número de eventos, quer pelo tempo de execução.



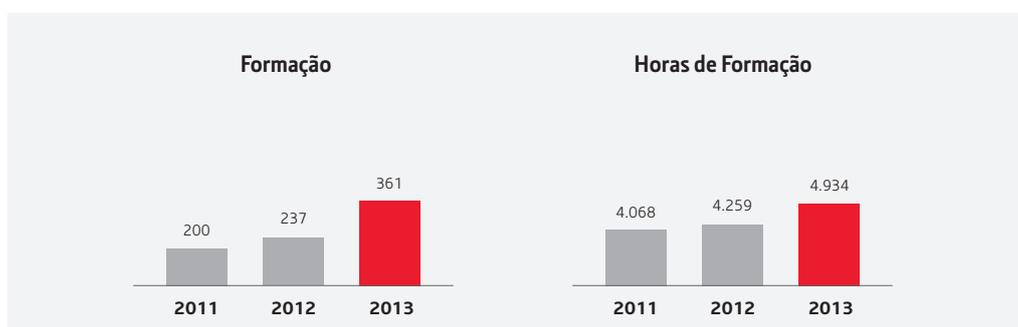
3.5. Recursos Humanos

3.5.1. Dimensionamento

O quadro de pessoal da Companhia à data de 31 de dezembro de 2013 apresentava a seguinte composição:

Tipo de Contrato	Tempo Inteiro	Tempo Parcial
Contrato s/ Termo	87	30
Contrato a Termo	1	7
Cedidos pela Cares Seguros	-3	-
Subtotais	85	37
Total		122

3.5.2. Formação

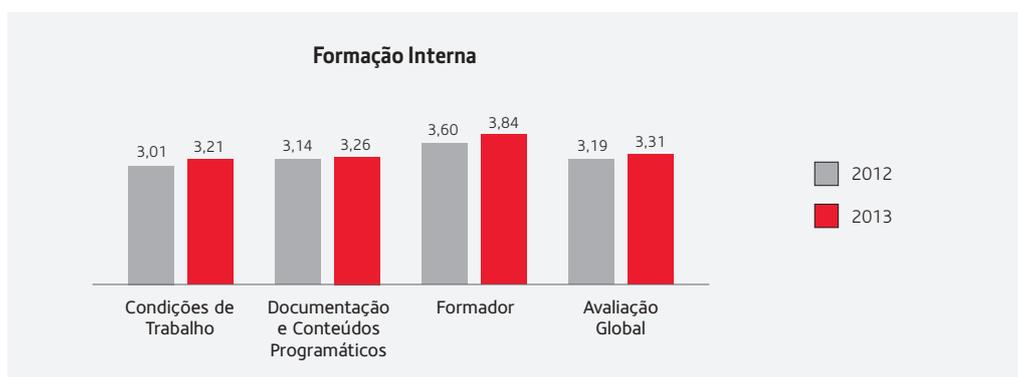


No ano de 2013, verificámos um aumento de 52,3% no número total de formandos face ao ano de 2012, justificado pela forte aposta na plataforma interna de e-learning. Foram desenvolvidas e ministradas três novas ações de formação (uma em b-learning e duas em e-learning).

Assim, em 2013, nas 41 diferentes temáticas abordadas, foram ministradas 4.934 horas de formação, o que representa um acréscimo de 15,8% em comparação com 2012.

3.5.3. Satisfação/Avaliação dos Formandos

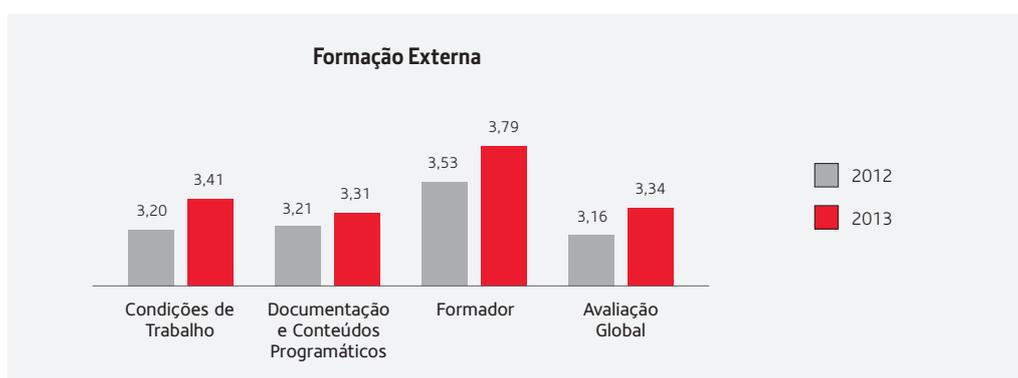
É preocupação central da Companhia ouvir a opinião dos colaboradores sobre a formação que lhes foi ministrada. Neste contexto, após a conclusão de cada ação de formação, o formando é convidado para de forma anónima, fazer a sua avaliação de forma estruturada conforme gráfico abaixo.



Assim, no que diz respeito à formação interna constata-se que o nível de satisfação aumentou em todos os itens no ano de 2013.

Salienta-se que também no tocante à formação externa, o nível de satisfação aumentou relativamente ao ano de 2012.

A avaliação da formação é efetuada numa escala de 1 a 4, sendo a nota máxima de 4.



3.5.4. Avaliação da Eficácia da Formação

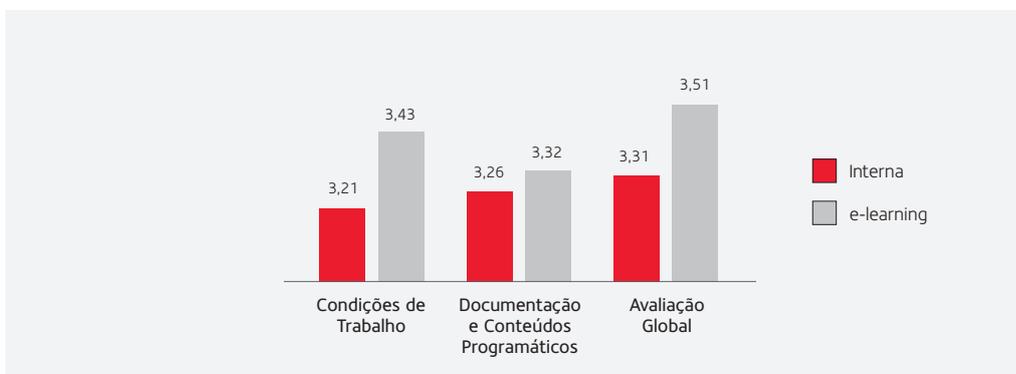
Até seis meses após cada ação de formação, é solicitado ao responsável hierárquico dos formandos que indique se os objetivos propostos em cada ação de formação foram atingidos ou se serão necessárias medidas complementares ou corretivas. Assim, a eficácia da formação é avaliada pelo responsável hierárquico assumindo os valores Positivo, Parcial e a Repetir. No ano de 2013 todas as ações foram avaliadas com valor Positivo.

3.5.5. Avaliação da Ferramenta de e-learning

Face à elevada aposta na plataforma interna de e-learning importa aqui analisar a perceção dos formandos em comparação com a formação presencial.

Durante 2013 foram lançadas duas ações de formação neste formato mais uma formação no formato b-learning.

Constata-se que esta tipologia de ações apresenta valores de satisfação acima da média, quando comparada com a formação presencial.

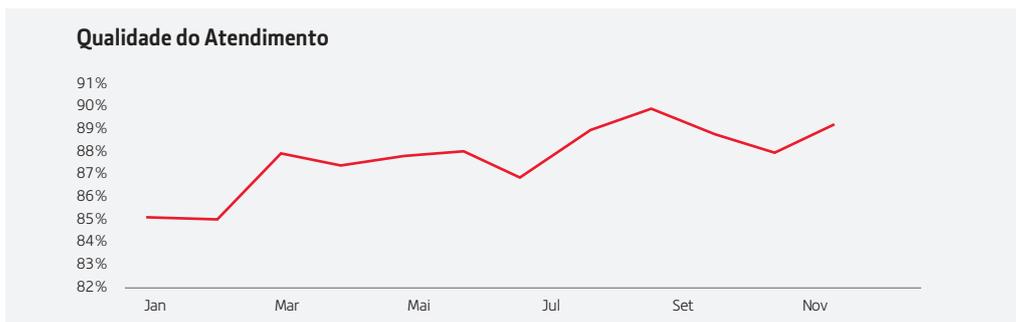


3.6. Sistema de Gestão da Qualidade

Decorreu em janeiro a auditoria externa, realizada pela entidade certificadora APCER, da qual decorreu a atribuição da renovação da certificação no âmbito da qualidade pela norma ISO 9001:2008. Os gestores de processo do Sistema de Gestão de Qualidade viram assim reconhecido o trabalho desenvolvido na prossecução da melhoria contínua, com um notável desempenho, sem que tenha sido apontada qualquer não conformidade ao sistema. Foram definidos 60 objetivos de gestão estratégia, acompanhados mensalmente, alcançando-se no fecho de 2013 um grau de concretização de 90%.

3.7. Eficácia Interna

3.7.1. Monitorização de Contactos Telefónicos



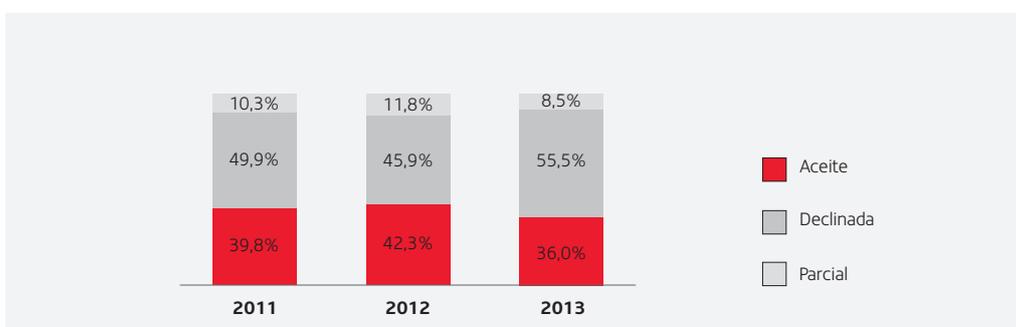
No sentido de acompanhar de forma sistemática a qualidade do atendimento telefónico, bem como a sua uniformidade, foi estabelecido como objetivo para 2013, auditar 2.500 contactos telefónicos atendidos pelos Assistentes da Área de Operações, sendo o objetivo totalmente cumprido.

Tendo em vista a melhoria contínua, os resultados das monitorizações são divulgados mensalmente e os feedbacks aos Assistentes dados pelos Chefes de Equipa.

Salienta-se que durante o ano de 2013 o índice de qualidade média do atendimento se situou nos 87,6%, quando o objetivo traçado era obter o valor mínimo de 84,0%.

3.7.2. Reclamações

A prestação do serviço da Companhia foi objeto de 815 reclamações no ano de 2013. Destas, 44,5% foram aceites, sendo que 36,0% tiveram acolhimento total e 8,5% parcial.



Os motivos mais frequentes de reclamação estão relacionados, por ordem de importância, com:

- Danos em veículos ocorridos durante o seu transporte (29,6%);
- Pedidos sem enquadramento nas coberturas das Apólices de Seguro (11,1%);
- Falhas atribuídas à estrutura de atendimento (10,3%).

A taxa de reclamações fixou-se no ano corrente em 0,26%, valor que atesta a qualidade na prestação do serviço.

3.7.3. Sistema de Aferição da Satisfação

A CARES - Companhia de Seguros, S.A. enquanto empresa certificada pela norma ISO 9001:2008 avalia a satisfação dos Segurados com os serviços prestados de forma continuada.

O procedimento existente de Avaliação da Satisfação dos Segurados, baseado no envio por correio de um questionário estruturado, evidenciou ao longo do tempo alguns constrangimentos, nomeadamente:

- Degradação do nível de resposta pelos Segurados;
- Processo de preparação e expedição dos inquéritos administrativamente pesado (manual) e com custos associados muito consideráveis;
- Receção e tratamento dos resultados de forma manual (processo administrativo pesado e demorado);
- Não integração dos resultados no sistema de informação, impossibilitando a avaliação dos serviços prestados pela rede de fornecedores com base na informação apurada;
- Impossibilidade de gerar informação segmentada (por marca) para as Companhias Cliente.

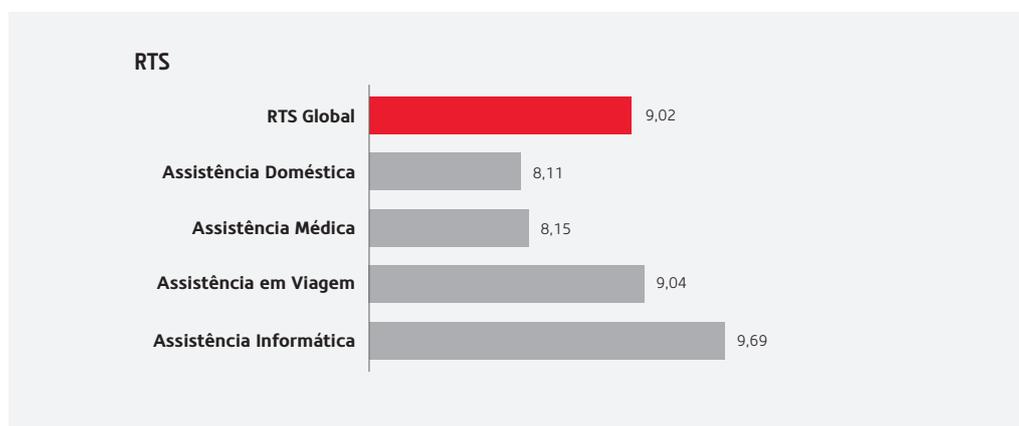
Perante esta realidade a CARES decidiu, integrar no seu Plano de Atividades para 2013, a reformulação do processo de aferição da satisfação dos Segurados. O sistema implementado disponibiliza em ciclo mensal:

- Informação com o detalhe e regularidade necessária, baseada em questionários estruturados por tipo de assistência, para identificar por área da Companhia oportunidades de melhoria.
- Indicadores de Qualidade:
 - Real Time Survey;
 - Índice de Satisfação Global;
 - Net Promoter Score.

3.7.3.1. Real Time Survey (RTS)

O RTS é um processo de aferição da satisfação global do Segurado face a um serviço, imediatamente após a finalização do mesmo. Assim, no final de cada serviço é despoletada, automaticamente, uma mensagem SMS, solicitando que o Segurado atribua uma avaliação ao serviço, com um valor entre 1 (Mau) e 10 (Excelente).

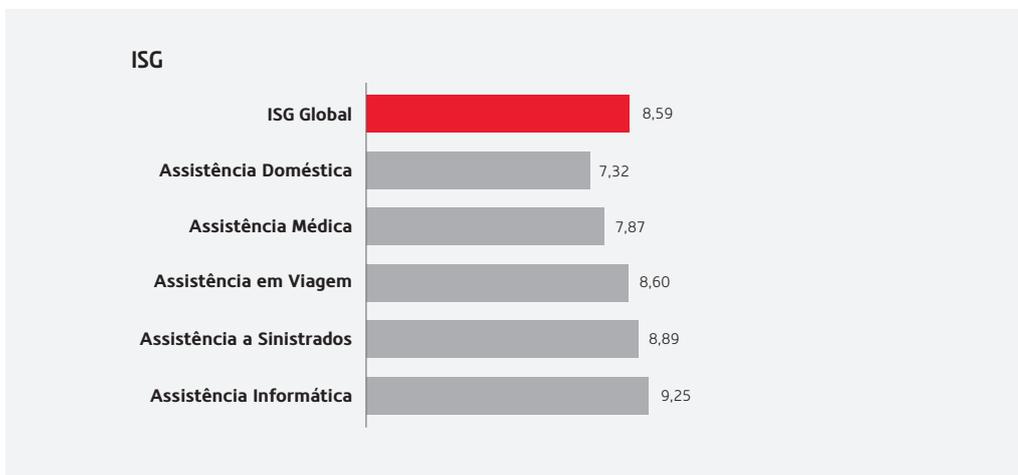
Do universo de 43.835 Segurados que responderam à mensagem SMS enviada, obtêm-se notações que variam entre 8,11 na Assistência Doméstica e 9,69 na Assistência Informática. A Companhia globalmente obtém uma notação de 9,02.



3.7.3.2. Índice de Satisfação Global (ISG)

É igualmente obtido através de um processo automático de envio, preferencialmente de mensagem de correio eletrónico ou, caso não seja possível, de mensagem SMS, onde o Segurado é convidado a responder on-line a um Inquérito de Satisfação detalhado, sobre o serviço prestado. Uma das questões apresentadas é a avaliação da satisfação global com um valor entre 1 (Muito Insatisfeito) e 10 (Muito Satisfeito).

Do universo de 5.275 Segurados que responderam à questão, obtêm-se notações que variam entre 7,32 na Assistência Doméstica e 9,25 na Assistência Informática. A Companhia globalmente obtém uma notação de 8,59.

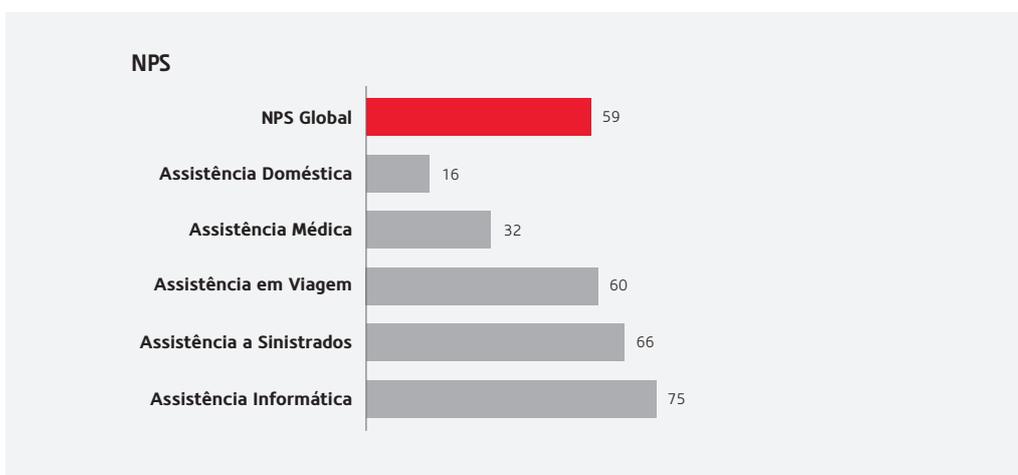


3.7.3.3. Net Promoter Score (NPS)

Trata-se da questão final dos Inquéritos de Satisfação, onde se avalia a probabilidade de recomendação relativamente ao serviço prestado, numa escala de 0 a 10. O NPS obtém-se subtraindo a percentagem de Críticos à percentagem de Promotores, sendo que notações:

- De 0 a 6 = Críticos
- De 7 a 8 = Passivos
- De 9 a 10 = Promotores

Do universo de 5.278 Segurados que responderam à questão, obtêm-se notações que variam entre 16 na Assistência Doméstica e 75 na Assistência Informática. A Companhia globalmente obtém uma notação de 59.



3.8. Gestão de Prestadores

Conforme decisão tomada a nível da Caixa Seguros durante o ano de 2012, ficou definido o propósito de que a gestão da rede de prestadores de serviços da CARES – Companhia de Seguros, S.A. fosse efetuada conjuntamente com as redes de prestadores de serviços das restantes Seguradoras do Grupo.

A decisão em apreço teve o intuito de aproveitar as sinergias que resultam de uma gestão comum, proporcionando economias de escala através da aplicação das melhores práticas de seleção e negociação, visando encontrar as melhores soluções para otimização dos níveis de serviço, reduzindo simultaneamente custos. Durante o ano 2013 foram realizadas várias ações nesse âmbito, das quais se destaca:

a) Transporte de sinistrados de Acidentes de Trabalho

Com o objetivo de diminuir os custos com serviços de táxi, foi dado início a um processo de reestruturação da rede, redimensionando o número de prestadores contratados e aumentando o volume de faturação dos que permanecem na rede, obtendo uma redução de 22,2% no custo dos serviços locais. Assim, neste exercício foi alcançada uma poupança global superior a € 150.000.

Por outro lado, em alternativa à utilização sistemática de ambulâncias para o transporte de sinistrados com mobilidade reduzida, introduziu-se um novo meio de transporte, que é o táxi adaptado para passageiros com Mobilidade Reduzida. As tabelas de preços acordadas para este tipo de transporte são significativamente inferiores ao custo das ambulâncias. Com base nos resultados positivos já alcançados está a ser alargado o número de prestadores deste tipo de transporte.

b) Transporte de Veículos Ligeiros

Foram criados serviços de transportes agrupados nos principais eixos viários nacionais, com o objetivo de diminuir o número de reboques diretos e respetivos custos associados, com um nível de serviço de 24 horas até à entrega do veículo no destino final. É expectável a obtenção de uma redução de custos significativa, a mensurar no decorrer de 2014 quando o projeto tiver um nível de implementação maior.

c) Alteração dos procedimentos de seleção e requisição de veículos de Rent-a-Car

Foi introduzido na Companhia o Portal SAP Link2trade (portal de fornecedores) no processo de seleção de rent-a-car que se divide em duas vertentes:

- **Free-sell** - entre os grupos de veículos mais alugados, todas as requisições passaram a ser automaticamente enviadas com o estado aceite. Se eventualmente a Rent-a-car não tiver disponível o grupo requisitado, cederá sempre um veículo de gama superior sem acréscimo de custo, não existindo necessidade da Companhia corrigir ou confirmar o aluguer. Esta automatização permitiu reduzir os recursos humanos que estavam alocados a esta tarefa.
- Para os restantes grupos, está em desenvolvimento a solução "**On-request**", através da qual o sistema fará automaticamente interações com três empresas de rent-a-car, dentro de um intervalo de tempo definido, libertando os recursos humanos dessa tarefa sem valor acrescentado.

d) Assistência a Veículos Pesados

Com o objetivo de reduzir custos com os serviços de reboque a veículos pesados, normalmente muito elevados, foi criado um serviço de desempanagem em parceria com uma empresa especializada nesta área. Quando o projeto estiver implementado na sua globalidade, perspectiva-se uma redução substancial nos custos relativos à assistência a veículos pesados.

e) Angola

Procedeu-se à contratação de uma rede de prestadores de serviços de reboque e táxi, que permitiu o lançamento da operação de assistência em viagem da Companhia em Angola. Neste momento, a distribuição comercial está a ser assegurada pela Universal Seguros.

3.9. Gestão de Risco e Controlo Interno

Os sistemas de gestão de risco e de controlo interno a implementar pelas empresas de seguros, são um processo contínuo que deve assegurar uma compreensão apropriada da natureza e da significância dos riscos a que as empresas seguradoras se encontram expostas, assim como, integrar um conjunto coerente, abrangente e contínuo dos procedimentos de controlo, concretizados por todas as áreas e colaboradores da Companhia.

Estes sistemas assentam num conjunto de princípios articulados com as melhores práticas definidas para o mercado segurador, nomeadamente, pelo Instituto de Seguros de Portugal.

Para a adequação dos sistemas de controlo interno, procedeu-se, decorrentes das duas auditorias realizadas em 2012, à atualização em 2013 da documentação e caracterização das atividades de controlo existentes, associando-as aos riscos previamente identificados nos processos de negócio da Companhia.

Foram estabelecidos procedimentos de registo descentralizado dos eventos e das conseqüentes perdas, incluindo quase perdas (Near Losses), resultantes dos riscos associados aos processos de negócio, assim como de auto avaliações dos riscos e das atividades de controlo.

Para além disso, promoveu-se, ao longo do ano, o incentivo junto das áreas funcionais da Companhia, para o registo das perdas verificadas, e procedeu-se à sua divulgação através de relatórios trimestrais. Como corolário dessa ação de sensibilização, verificou-se, comparativamente ao ano transato, um aumento do registo do número de eventos de perda, assim como uma redução de 7,25 % relativamente ao seu custo médio.

3.10. Evolução Futura

No quadro do processo de privatização em curso das empresas de seguros do Grupo Caixa Geral de Depósitos, a saber Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A., Cares – Companhia de Seguros, S.A. e Multicare - Seguros de Saúde, S.A., foram assinados, em 7 de Fevereiro de 2014, os contratos tendentes à concretização da alienação de uma participação maioritária a favor do proponente Fosun International Limited, alienação esta que ficará concluída com a obtenção das decisões de não oposição a emitir pelas autoridades competentes, designadamente o Instituto de Seguros de Portugal

A CARES assume-se como uma empresa de referência na exploração dos Ramos de Assistência e Proteção Jurídica no mercado segurador português. Neste contexto, adota uma perspetiva empresarial dominada por três grandes objetivos, que funcionam como linhas de orientação permanente e de suporte a todas as ações: criação de valor para o Acionista; melhoria da oferta e da qualidade de serviço para os Clientes; valorização e motivação dos Colaboradores.

Por sua vez, com base no Sistema de Gestão da Qualidade implementado, é dado corpo à busca permanente da introdução de melhorias no serviço prestado, e de ganhos de eficiência na utilização dos recursos, que permitem prosseguir objetivos de garantia de qualidade a custo controlado.

Neste quadro de referência estabelecem-se as seguintes linhas de orientação para o próximo ano:

a) Foco na manutenção de um resultado líquido de qualidade, através, designadamente:

- Da manutenção de padrões prudenciais de assunção de risco;
- Da manutenção do resultado técnico;
- Da melhoria da eficiência operacional e do controlo de custos.

b) Esforço acrescido para aumentar a eficiência da rede de prestadores, alavancando a qualidade do serviço prestado, associada a um esforço continuado de redução dos custos.

c) Continuação do aperfeiçoamento organizacional e de simplificação de processos.

d) Crescimento da atividade internacional visando o acréscimo da rentabilidade.

3.11. Proposta de Aplicação de Resultados

O Resultado Líquido no exercício de 2013 ascendeu ao montante de € 6.186.782,77. De acordo com o disposto no Código das Sociedades, o Conselho de Administração propõe ao Acionista a seguinte aplicação:

(Valores em Euros)

Reserva Legal	€ 619 000,00
Remanescente à disposição da Assembleia Geral	€ 5 567 782,77

3.12. Agradecimentos

Ao finalizar o presente Relatório, o Conselho de Administração quer deixar expressos os seus agradecimentos:

- Aos Clientes pela preferência com que distinguem a CARES e pelo estímulo permanente no sentido da melhoria da qualidade do serviço;
- Aos Fornecedores pelo apoio constantemente recebido;
- Às autoridades de supervisão, em particular o Instituto de Seguros de Portugal, pelo especial acompanhamento do setor e intervenção oportuna;
- À Associação Portuguesa de Seguradores, pelo esforço de representação das empresas de seguros em áreas de interesse comum;
- Ao Acionista pelo apoio concedido ao longo do exercício;
- Aos elementos da Mesa da Assembleia-Geral, do Conselho Fiscal e à Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, pelo interesse, disponibilidade e empenho demonstrados no acompanhamento e controlo da atividade da Companhia;
- Aos colaboradores que, com dedicação e profissionalismo, têm contribuído para a valorização e desenvolvimento da Companhia.

Lisboa, 21 de fevereiro de 2014

O Conselho de Administração

Francisco Xavier da Conceição Cordeiro

Ana Rita Martins Sambado de Macedo

Luis Filipe Mateus Alves

Anexo ao Relatório do Conselho de Administração

Relação dos acionistas que em 31.12.2013 detinham pelo menos 1/10 do Capital Social (Artigo 448º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais):

Caixa Seguros e Saúde, S.G.P.S., S.A.	1 500 000 Ações

Ações detidas pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização em 31.12.2013 (Artigo 447º, n.º 5, do Código das Sociedades Comerciais):

Nenhuma

02

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS

Balancos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

Nº de Identificação Fiscal: 503 411 515

(Valores em Euros)

Notas do Anexo	Balanço	31/12/2013		31/12/2012	
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações/ amortizações ou ajustamentos		Valor Líquido
	ATIVO				
5 e 7	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	11 402 648	-	11 402 648	11 043 888
5 e 6	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	519 048	-	519 048	518 498
	Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-
5	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	282 789	-	282 789	278 535
	Derivados de cobertura	-	-	-	-
5	Ativos financeiros disponíveis para venda	48 006 333	(47 675)	47 958 658	50 725 626
	Empréstimos e contas a receber				
5	Depósitos junto de empresas cedentes	1 724	-	1 724	2 166
5	Outros depósitos	2 000 667	-	2 000 667	-
	Empréstimos concedidos	-	-	-	-
	Contas a receber	-	-	-	-
	Outros	-	-	-	-
5	Ativos financeiros a deter até à maturidade	-	-	-	-
	Terrenos e edifícios				
	Terrenos e edifícios de uso próprio	-	-	-	-
8	Terrenos e edifícios de rendimento	560 000	-	560 000	595 000
9	Outros ativos tangíveis	1 002 376	(956 404)	45 972	72 529
	Inventários	-	-	-	-
	Goodwill	-	-	-	-
11	Outros ativos intangíveis	216 315	(216 315)	-	858
	Provisões técnicas de resseguro cedido				
	Provisão para prémios não adquiridos	-	-	-	-
	Provisão matemática do ramo vida	-	-	-	-
	Provisão para sinistros	-	-	-	-
	Provisão para participação nos resultados	-	-	-	-
	Provisão para estabilização de carteira	-	-	-	-
	Outras provisões técnicas	-	-	-	-
	Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	-	-
	Outros devedores por operações de seguros e outras operações				
5	Contas a receber por operações de seguro direto	-	-	-	-
5	Contas a receber por outras operações de resseguro	1 843 314	-	1 843 314	1 716 770
5	Contas a receber por outras operações	449 310	-	449 310	66 418
	Ativos por impostos				
21	Ativos por impostos correntes	2 252	-	2 252	-
21	Ativos por impostos diferidos	144 340	-	144 340	144 252
26	Acréscimos e diferimentos	187 522	-	187 522	61 087
	TOTAL ATIVO	66 618 638	(1 220 394)	65 398 244	65 225 627

Balanços em 31 de dezembro de 2013 e 2012

Nº de Identificação Fiscal: 503 411 515

(Valores em Euros)

Notas do Anexo	Balço	31/12/2013	31/12/2012
	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		
	PASSIVO		
	Provisões técnicas		
4	Provisão para prémios não adquiridos	18 014 044	17 969 122
	Provisão matemática do ramo vida	-	-
	Provisão para sinistros		
	De vida	-	-
	De acidentes de trabalho	-	-
4	De outros ramos	18 951 581	19 213 133
4	Provisão para participação nos resultados	-	-
	Provisão para compromissos de taxa	-	-
	Provisão para estabilização de carteira	-	-
	Provisão para desvios de sinistralidade	-	-
4	Provisão para riscos em curso	-	1 081
	Outras provisões técnicas	-	-
	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	-	-
	Outros passivos financeiros	-	-
	Derivados de cobertura	-	-
	Passivos subordinados	-	-
	Depósitos recebidos de resseguradores	-	-
	Outros	-	-
20	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	664	-
	Outros credores por operações de seguros e outras operações		
5	Contas a pagar por operações de seguro direto	-	-
5	Contas a pagar por outras operações de resseguro	117 447	203 864
5	Contas a pagar por outras operações	190 599	273 814
	Passivos por impostos		
21	Passivos por impostos correntes	697 987	2 460 409
21	Passivos por impostos diferidos	459 619	616 700
26	Acréscimos e diferimentos	668 400	639 883
12	Outras provisões	517 912	456 284
	TOTAL DO PASSIVO	39 618 253	41 834 290
	CAPITAL PRÓPRIO		
22	Capital	7 500 000	7 500 000
	(Ações Próprias)	-	-
	Outros instrumentos de capital	-	-
23	Reservas de reavaliação		
23	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	1 671 341	2 126 551
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	-	-
	Por revalorização de ativos intangíveis	-	-
	Por revalorização de outros ativos tangíveis	-	-
	De diferenças de câmbio	-	-
23	Reserva por impostos diferidos	(459 619)	(616 700)
23	Outras reservas	10 829 653	7 090 276
23	Resultados transitados	51 833	204 501
23	Resultado líquido do exercício	6 186 783	7 086 709
	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	25 779 991	23 391 337
	TOTAL DO PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	65 398 244	65 225 627

Conta de Ganhos e Perdas para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

Nº de Identificação Fiscal: 503 411 515

(Valores em Euros)

Notas do Anexo	Contas de Ganhos e Perdas	2013			2012
		Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	Total
	Prémios emitidos líquidos de resseguro				
13	Prémios brutos emitidos	42 058 431	-	42 058 431	41 159 987
13	Prémios de resseguro cedido	-	-	-	(3 800)
13	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	(20 331)	-	(20 331)	(958 810)
	Provisão para prémios não adquiridos parte resseguradores (variação)	-	-	-	-
	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	-	-	-	-
	Custos com sinistros líquidos de resseguro				
	Montantes pagos				
4	Montantes brutos	(31 932 338)	-	(31 932 338)	(29 760 400)
4	Parte dos resseguradores	-	-	-	-
	Provisão para sinistros (variação)				
4	Montante bruto	309 371	-	309 371	1 714 805
4	Parte dos resseguradores	-	-	-	-
	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	1 081	-	1 081	838
	Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro				
	Montante bruto	-	-	-	-
	Parte dos resseguradores	-	-	-	-
4	Participação nos resultados, líquida de resseguro	(3 021 942)	-	(3 021 942)	(3 097 659)
	Custos e gastos de exploração líquidos				
	Custos de aquisição	(75 518)	-	(75 518)	(131 024)
18	Custos de aquisição diferidos (variação)	(24 591)	-	(24 591)	(19 225)
18	Gastos administrativos	(360 452)	-	(360 452)	(356 258)
	Comissões e participação nos resultados de resseguro	-	-	-	-
	Rendimentos				
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				
14	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	1 497 063	32 553	1 529 616	1 522 338
	Outros	375	150 000	150 375	2 521
	Gastos financeiros				
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-
18	Outros	(26 638)	-	(26 638)	279 649
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas				
15	De ativos disponíveis para venda	8 536	-	8 536	(43 501)
	De empréstimos e contas a receber	-	-	-	-
	De investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	-	-	-	-
	De outros	-	-	-	-
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas				
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	46 411	-	46 411	42 934
17	Diferenças de câmbio	-	72	72	-
	Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	(35 000)	-	(35 000)	(45 000)
	Perdas de imparidade (líquidas de reversões)				
5 e 16	De ativos disponíveis para venda	1 188	-	1 188	(1 633)
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	-	-	-	-
5	De investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	(361 110)
	De outros	-	-	-	-
	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	-	-	-	-
12	Outras provisões (variação)	-	-	-	-
	Outros rendimentos/gastos	-	(3 858)	(3 858)	(5 711)
	Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas	-	-	-	-
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial	-	-	-	-
	Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	-	-	-	-
	RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS	8 425 646	178 767	8 604 413	9 938 941
21	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	-	(2 417 719)	(2 417 719)	(2 531 286)
21	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	-	89	89	(320 946)
	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	8 425 646	(2 238 863)	6 186 783	7 086 709

Demonstrações de Variações do Capital Próprio para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

Nº de Identificação Fiscal: 503 411 515

(Valores em Euros)

Notas do Anexo	Demonstração de variações do capital próprio	Capital social	Reservas de reavaliação			Outras reservas			Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total
			Por ajustamentos no justo valor de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	De diferenças de câmbio	Reserva por impostos diferidos	Reserva legal	Outras reservas			
	Saldo em 31 de dezembro de 2011	7 500 000	-	(888 898)	2 766	262 225	2 181 532	3 423 496	180 428	4 509 321	17 170 870
23	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	3 015 449	-	-	-	-	-	-	3 015 449
	Ganhos líquidos por diferenças por taxa de câmbio	-	-	-	(2 766)	-	-	-	-	-	(2 766)
23	Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	-	-	-	-	(878 925)	-	-	-	-	(878 925)
23	Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	-	-	450 000	1 035 248	24 073	(1 509 321)	-
23	Distribuição de lucros/prejuízos	-	-	-	-	-	-	-	-	(3 000 000)	(3 000 000)
	Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	7 086 709	7 086 709
	Saldo em 31 de dezembro de 2012	7 500 000	-	2 126 551	-	(616 700)	2 631 532	4 458 744	204 501	7 086 709	23 391 337
23	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	(455 210)	-	-	-	-	-	-	(455 210)
	Ganhos líquidos por diferenças por taxa de câmbio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
23	Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	-	-	-	-	157 081	-	-	-	-	157 081
23	Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	-	-	708 671	3 030 706	(152 668)	(3 586 709)	-
23	Distribuição de lucros/prejuízos	-	-	-	-	-	-	-	-	(3 500 000)	(3 500 000)
	Total das variações do capital próprio	-	-	(455 210)	-	157 081	708 671	3 030 706	(152 668)	(7 086 709)	(3 798 129)
	Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	6 186 783	6 186 783
	Saldo em 31 de dezembro de 2013	7 500 000	-	1 671 341	-	(459 619)	3 340 203	7 489 450	51 833	6 186 783	25 779 991

Demonstrações do Rendimento Integral para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

Nº de Identificação Fiscal: 503 411 515

(Valores em Euros)

	2013	2012
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	6 186 783	7 086 709
Variação em valias potenciais de ativos financeiros disponíveis para venda:		
Valor bruto	(455 210)	3 015 449
Imposto diferido	157 081	(878 925)
Variação em valias cambiais	-	(2 766)
RENDIMENTO RECONHECIDO DIRETAMENTE NO CAPITAL PRÓPRIO	(298 129)	2 133 758
TOTAL DOS RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO EXERCÍCIO	5 888 654	9 220 467

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

Nº de Identificação Fiscal: 503 411 515

(Valores em Euros)

	2013	2012
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado líquido do exercício	6 186 783	7 086 709
Amortizações	33 339	72 923
Variação de provisões	(155 420)	(1 407 511)
Resultados financeiros	(1 674 560)	(1 396 199)
(Aumento)/Diminuição das dívidas de terceiros	(511 687)	793 620
Aumento)/Diminuição das dívidas a terceiros	(1 932 053)	423 398
(Aumento)/Diminuição dos custos diferidos	(126 437)	48 459
Aumento)/Diminuição dos proveitos diferidos	-	(3 598)
(Aumento)/Diminuição dos acréscimos de proveitos	3	6 232
Aumento)/Diminuição dos acréscimos de custos	28 517	167 729
Aumento)/Diminuição dos impostos diferidos	(88)	320 946
Fluxos das atividades operacionais (1)	1 848 396	6 112 709
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	341 729	-
Juros e proveitos similares	1 524 560	1 396 199
Dividendos	150 000	-
	2 016 288	1 396 199
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	-	710 617
Imobilizações corpóreas	5 925	43 478
	5 925	754 095
Fluxos das atividades de investimento (2)	2 010 364	642 104
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Pagamentos respeitantes a:		
Dividendos	-	-
	3 500 000	3 000 000
	3 500 000	3 000 000
Fluxos das atividades de financiamento (3)	(3 500 000)	(3 000 000)
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	358 760	3 754 814
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	11 043 888	7 289 074
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11 402 648	11 043 888

03

ANEXO ÀS
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS

1. Constituição e Atividade

A CARES – Companhia de Seguros, S.A. (Companhia ou Cares) foi constituída em 16 de março de 1995 com a denominação social de “Companhia de Seguros Tagus – Seguros de Assistência, S.A.”, alterada para “CARES – Companhia de Seguros de Assistência, S.A.” em 31 de março de 1998. Em 23 de abril de 2002, a denominação social foi alterada para a atual.

A Companhia, pessoa coletiva n.º 503.411.515 matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o mesmo número, tem sede em Lisboa, na Avenida José Malhoa n.º 13, 7º andar.

A Companhia tem como objeto social o exercício da atividade de seguros nos ramos de Assistência e Proteção Jurídica, para a qual obteve as devidas autorizações do Instituto de Seguros de Portugal (“ISP”).

Conforme indicado na Nota 22, a Companhia é integralmente detida pela Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A. (entidade inserida no Grupo Caixa Geral de Depósitos) e, consequentemente, as suas operações e transações são influenciadas pelas decisões do Grupo em que se insere.

As demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2013 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 21 de fevereiro de 2014 e estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral. No entanto, o Conselho de Administração da Companhia admite que as demonstrações financeiras venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. Informação por Segmentos

Nos exercícios de 2013 e 2012 todos os prémios brutos emitidos são provenientes de contratos celebrados maioritariamente em Portugal.

Nos exercícios de 2013 e 2012 a distribuição dos resultados por linhas de negócio é a seguinte:

(Valores em Euros)

Rubricas	2013		
	Ramos Não Vida		
	Diversos		Total
Proteção Jurídica	Assistência		
Prémios brutos emitidos	4 658 904	37 399 527	42 058 431
Prémios adquiridos de resseguro cedido	-	-	-
Prémios brutos adquiridos	4 618 126	37 419 974	42 038 100
Resultado dos investimentos	417 511	1 074 424	1 491 935
Custos com sinistros brutos	(1 083 506)	(30 539 461)	(31 622 967)
Custos de exploração brutos	(50 696)	(409 865)	(460 561)
Participação nos resultados	(2 087 536)	(934 406)	(3 021 942)
Variação da provisão para riscos em curso	-	1 081	1 081
Resultado técnico	1 813 899	6 611 747	8 425 646
Ativos afetos		58 546 422	
Provisões técnicas	9 752 758	27 212 867	36 965 625

(Valores em Euros)

Rubricas	2012		
	Ramos Não Vida		
	Diversos		Total
Proteção Jurídica	Assistência		
Prémios brutos emitidos	4 577 580	36 582 407	41 159 987
Prémios adquiridos de resseguro cedido	-	(3 800)	(3 800)
Prémios brutos adquiridos	4 518 663	35 682 514	40 201 177
Resultado dos investimentos	362 819	1 011 691	1 374 510
Custos com sinistros brutos	(1 281 812)	(26 763 783)	(28 045 595)
Custos de exploração brutos	(55 665)	(450 842)	(506 507)
Participação nos resultados	(1 927 716)	(1 169 943)	(3 097 659)
Variação da provisão para riscos em curso	620	218	838
Resultado técnico	1 616 909	8 306 055	9 922 964
Ativos afetos		57 354 609	
Provisões técnicas	9 622 126	27 561 210	37 183 336

3. Base de Preparação das Demonstrações Financeiras e das Políticas Contabilísticas

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com os princípios estabelecidos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCEs), aprovado pela Norma nº 4/2007 – R, de 27 de abril, com as alterações introduzidas pela Norma nº 20/2007- R, de 31 de dezembro, ambas do Instituto de Seguros de Portugal (ISP), e com as restantes normas regulamentares emitidas por este organismo.

O normativo consagrado no Plano de Contas para as Empresas de Seguros corresponde em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro, exceto no que se refere à aplicação da IFRS 4 – “Contratos de seguros”, relativamente à qual apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contrato de seguro.

3.1. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são as seguintes:

a) Princípio da especialização de exercícios

Os proveitos e os custos são reconhecidos contabilisticamente em função do período em que ocorrem as transações que lhes estão subjacentes, independentemente do momento em que se efetuam as cobranças e os pagamentos.

Dado que os prémios são registados como proveitos no momento da emissão ou renovação das respetivas apólices e os sinistros quando são participados pelos segurados, é necessário efetuar as respetivas periodificações de proveitos e custos. Estas periodificações afetam, basicamente, as seguintes rubricas:

i) Provisão para prémios não adquiridos

A provisão para prémios não adquiridos corresponde ao valor dos prémios brutos emitidos de contratos de seguro imputáveis a exercícios seguintes, ou seja, à parte correspondente ao período desde a data de encerramento do balanço até ao final do período a que o prémio se refere.

Esta provisão é determinada por aplicação do método “Pró-rata temporis” aos prémios brutos emitidos de seguro direto e resseguro aceite.

As despesas incorridas com a aquisição de contrato de seguro e as restantes despesas imputadas à função de aquisição, são diferidas ao longo do período a que se referem, sendo reconhecidas como uma dedução ao valor das provisões técnicas de contratos de seguros e refletidas na rubrica de provisões para prémios não adquiridos.

De acordo com o previsto pelas normas do ISP, os custos de aquisição diferidos para cada ramo técnico não podem ultrapassar 20% dos respetivos prémios diferidos.

ii) Provisão para riscos em curso

É calculada para todos os seguros não vida e destina-se a fazer face às situações em que os prémios imputáveis a exercícios seguintes relativos aos contratos em vigor à data das demonstrações financeiras não sejam suficientes para pagar as indemnizações e despesas imputáveis aos respetivos ramos técnicos. Esta provisão é calculada com base nos rácios de sinistralidade, de custos de exploração, de cedência e de rendimentos, em conformidade com o definido pelo ISP.

iii) Provisão para sinistros

Reflete a estimativa das responsabilidades da Companhia por sinistros pendentes de liquidação à data do balanço, bem como das responsabilidades globais relativas aos sinistros ocorridos e não participados (IBNR) até à data das demonstrações financeiras. Esta provisão incorpora também a estimativa de despesas a incorrer com regularização de sinistros.

O cálculo da provisão para sinistros declarados é efetuado através da estimativa sinistro a sinistro, considerando uma margem de prudência, sendo deduzido ao valor das responsabilidades apuradas o montante dos custos já pagos relativamente a esses sinistros.

A provisão para sinistros ocorridos e não participados (IBNR) é constituída com base em elementos estatísticos referentes à atividade da Companhia.

Na sequência da Circular nº 28/2004, de 17 de novembro, do Instituto de Seguros de Portugal, a Companhia regista uma provisão para despesas de regularização de sinistros, determinada com base no rácio entre as despesas gerais incorridas pela Companhia e o número de processos geridos, aplicado ao número de sinistros que se encontram em aberto no final do exercício, acrescido da estimativa de sinistros IBNR.

As provisões para sinistros registadas pela Companhia não são descontadas.

iv) Provisão para participação nos resultados

A maioria dos contratos de resseguro celebrados com as companhias cedentes prevê uma participação nos resultados técnicos da Companhia.

Na generalidade, a provisão para participação nos resultados corresponde a uma percentagem no resultado técnico da Companhia (prémios adquiridos deduzidos dos custos com sinistros e dos custos de gestão), se positivo. Os resultados técnicos negativos são transportados para o exercício seguinte, a crédito da Companhia.

b) Investimentos em filiais

As filiais são registadas pelo seu custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

c) Outros ativos tangíveis

Os outros ativos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respetivas amortizações acumuladas.

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso que é:

	Anos de vida útil
Equipamento administrativo	1 – 8
Equipamento informático	3
Instalações interiores	10
Material de transporte	4
Outro equipamento	8

d) Instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor. No caso de ativos financeiros registados ao justo valor através de resultados, os custos diretamente atribuíveis à transação são registados na rubrica “Encargos com serviços e comissões”. Nas restantes situações, estes custos

são acrescidos ao valor do ativo. Quando do reconhecimento inicial estes ativos são classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

i) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui:

- Ativos financeiros detidos para negociação, que correspondem essencialmente a títulos adquiridos com o objetivo de realização de ganhos como resultado de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura; e
- Ativos financeiros classificados de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados ("Fair Value Option"). Esta designação encontra-se limitada a situações em que a sua adoção resulte na produção de informação financeira mais relevante, nomeadamente:
 - Caso a sua aplicação elimine ou reduza de forma significativa uma inconsistência no reconhecimento ou mensuração ("accounting mismatch") que, caso contrário, ocorreria em resultado de mensurar ativos e passivos relacionados ou reconhecer ganhos e perdas nos mesmos de forma inconsistente;
 - Grupos de ativos financeiros, passivos financeiros ou ambos que sejam geridos e o seu desempenho avaliado com base no justo valor, de acordo com estratégias de gestão de risco e de investimento formalmente documentadas; e informação sobre os mesmos seja distribuída internamente aos órgãos de gestão.

Adicionalmente, é possível classificar nesta categoria instrumentos financeiros que contenham um ou mais derivados embutidos, a menos que:

- Os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam produzidos pelo contrato;
- Fique claro, com pouca ou nenhuma análise, que a separação dos derivados implícitos não deve ser efetuada.

Os ativos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente refletidos em resultados do exercício, na rubrica "Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas".

ii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Esta categoria inclui os seguintes instrumentos financeiros aqui registados quando do reconhecimento inicial:

- Títulos de rendimento variável não classificados como ativos financeiros ao justo valor através de resultados, incluindo instrumentos de capital detidos com caráter de estabilidade;
- Obrigações e outros instrumentos de dívida aqui classificados no reconhecimento inicial;
- Unidades de participação em fundos de investimento.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com exceção de instrumentos de capital não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados diretamente em capitais próprios, em “Reservas de reavaliação – por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros”. No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício, sendo registadas nas rubricas de “Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas” ou “Perdas de imparidade (líquidas de reversões)”, respetivamente.

Para determinação dos resultados na venda, os ativos vendidos são valorizados pelo custo médio de aquisição.

Os juros relativos a instrumentos de dívida classificados nesta categoria são determinados com base no método da taxa efetiva, sendo reconhecidos em “Rendimentos”, da conta de ganhos e perdas.

Os dividendos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como proveitos na rubrica “Rendimentos - Outros”, quando é estabelecido o direito ao seu recebimento.

iii) Empréstimos e contas a receber

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo. Esta categoria inclui depósitos em instituições de crédito e valores a receber pela prestação de serviços ou alienação de bens, registados em “Outros devedores por operações de seguros e outras operações”.

No reconhecimento inicial estes ativos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efetiva, e acrescido de todos os custos incrementais diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes ativos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva.

iv) Ativos financeiros a deter até à maturidade

Os ativos financeiros a deter até à maturidade são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidade fixada que a Companhia tem a intenção e a capacidade de deter até à maturidade. Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. De acordo com este método, o valor do instrumento financeiro em cada data do balanço corresponde ao seu custo inicial, deduzido de reembolso de capital e perdas por imparidade e ajustada pela amortização, com base no método da taxa efetiva, de qualquer diferença entre o custo inicial e o valor de reembolso.

Os juros relativos a instrumentos de dívida classificados nesta categoria são determinados com base no método da taxa efetiva, sendo reconhecidos em “Rendimentos”, da conta de ganhos e perdas.

Justo valor

Conforme acima referido, os ativos financeiros registados nas categorias de Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas e Ativos financeiros disponíveis para venda são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um ativo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado.

O justo valor de ativos financeiros é determinado por um órgão do Grupo onde a Companhia se insere, com base em:

- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transacionados em mercados ativos;
- Relativamente a instrumentos de dívida não transacionados em mercados ativos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) são utilizados métodos e técnicas de valorização, que incluem:
 - Preços (bid prices) difundidos por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg e a Reuters, incluindo preços de mercado disponíveis para transações recentes;

- Cotações indicativas (bid prices) obtidas junto de instituições financeiras que funcionem como market-makers;
 - Modelos internos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, refletindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.
- Os restantes instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade (por exemplo, pela inexistência de transações recentes) são mantidos ao custo, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

e) Reclassificação de ativos financeiros entre categorias

A Companhia poderá reclassificar ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade definida da categoria de ativos financeiros disponíveis para venda para a categoria de ativos financeiros detidos até à maturidade, desde que tenha a intenção e capacidade de deter esses ativos financeiros até à maturidade.

As reclassificações entre estas categorias são efetuadas pelo justo valor dos ativos financeiros reclassificados à data da reclassificação. A diferença entre o justo valor e o respetivo valor nominal, bem como a reserva de justo valor à data da reclassificação são reconhecidas escalonadamente na conta de ganhos e perdas até à maturidade, com base no método da taxa efetiva.

f) Imparidade de ativos financeiros

Ativos financeiros disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 3.1. d) ii), os ativos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor refletidas em capital próprio, na rubrica "Reservas de reavaliação".

Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, sendo registadas na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)".

São considerados os seguintes indícios específicos no que se refere a instrumentos de capital:

a) Alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera, que indiquem que o custo do investimento não venha a ser recuperado na totalidade;

b) Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

Relativamente aos títulos de dívida, é considerada imparidade, quando há evidência de possível "default" do emitente através da notação do "rating", existam factos conhecidos relevantes que estejam em curso e apontem para a possibilidade de reestruturação da dívida ou existam incumprimentos na amortização do capital e/ou no pagamento de juros.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efetuada pela Companhia uma análise da existência de perdas por imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda, considerando para este efeito a natureza e características específicas e individuais dos ativos em avaliação.

Para além dos resultados desta análise, os eventos seguidamente apresentados foram considerados como indicativos de evidência objetiva de imparidade em instrumentos de capital:

- Existência de menos-valias potenciais superiores a 50%, face ao respetivo valor de aquisição;
- Situações em que o justo valor do instrumento financeiro se mantenha abaixo do respetivo custo de aquisição ao longo de um período superior a 24 meses.

Adicionalmente, foi ainda considerada como evidência objetiva de imparidade a existência de menos-valias potenciais superiores a 30% que se tenham mantido por mais de nove meses.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidas na "Reserva de justo valor". Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são refletidas em resultados do exercício.

Relativamente a ativos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, a Companhia efetua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos de caixa futuros a receber do ativo, descontados a uma taxa que reflita de forma adequada o risco associado à sua detenção. O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido

diretamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes ativos não podem igualmente ser revertidas.

As perdas por imparidade de títulos de dívida são reconhecidas diretamente em resultados do exercício, podendo ser revertidas através de resultados, caso se verifique uma alteração positiva no justo valor do título resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade.

Ativos financeiros a deter até à maturidade

Conforme referido na Nota 3.1. d) iv), os ativos financeiros a deter até à maturidade são registados ao custo amortizado.

Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, o valor de balanço destes ativos é corrigido por contrapartida de “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)” na conta de ganhos e perdas.

Relativamente aos títulos de dívida, é considerada imparidade, quando há evidência de possível “default” do emitente através da notação do “rating” ou existam factos conhecidos relevantes que estejam em curso que apontem para a possibilidade de reestruturação da dívida ou existam incumprimentos na amortização do capital e/ou no pagamento de juros.

O valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos de caixa futuros a receber do ativo, descontados à respetiva taxa efetiva.

As perdas por imparidade de títulos de dívida são reconhecidas diretamente em resultados do exercício, podendo ser revertidas através de resultados, caso se verifique uma alteração no valor recuperável estimado do título resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade.

g) Terrenos e edifícios de rendimento

Correspondem a imóveis detidos pela Companhia com o objetivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

Os imóveis de rendimento não são amortizados, sendo registados ao justo valor, determinado com base em avaliações anuais. As variações no justo valor são refletidas em resultados, na rubrica “Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas”.

h) Ativos intangíveis

Encontram-se registados nesta rubrica custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de “software” utilizado na prossecução das atividades da Companhia.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são registadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos ativos, a qual corresponde normalmente a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de “software” são contabilizadas como custo no exercício em que são incorridas.

i) Férias, subsídio de férias e compensação pecuniária extraordinária

De acordo com a legislação vigente, os empregados têm direito a um mês de férias anual e um mês de subsídio de férias, direitos adquiridos no exercício anterior ao do seu pagamento. Desta forma, as responsabilidades com férias e subsídios de férias e os respetivos encargos sociais são registados em custos do exercício a que respeitam, independentemente do ano em que ocorra o seu pagamento.

Adicionalmente, o novo Contrato Colectivo de Trabalho para o setor segurador atribuiu uma compensação pecuniária extraordinária, no valor de 55% do ordenado base mensal auferido a 31 de Dezembro de 2011, aos empregados que reuniam as seguintes condições: (i) Estivessem vinculados ao empregador por contratos de trabalho sem termo; e (ii) Tivessem sido admitidos na Companhia antes de 1 de Janeiro de 2010 e tivessem prestado pelo menos 22 meses de trabalho efetivo na Companhia desde essa data. Esta compensação foi paga de uma só vez até 30 de Abril de 2012.

Os encargos com férias e subsídio de férias foram registados na rubrica “Gastos com pessoal” por contrapartida da rubrica “Acréscimos e diferimentos” do passivo.

j) Prémio de permanência

Nos termos do Contrato Colectivo de Trabalho em vigor para o setor segurador, o trabalhador que completar um ou mais múltiplos de cinco anos de permanência na Companhia, terá direito a um prémio pecuniário de valor equivalente a 50% do seu ordenado do mês em que o facto ocorrer, verificado um conjunto de condições.

Os encargos estimados futuros a incorrer com o prémio de permanência relativos ao tempo decorrido até à data do balanço são registados na rubrica de “Acréscimos e diferimentos” do passivo.

k) Impostos sobre lucros

Nos exercícios de 2013 e 2012, o total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos, bem como a ajustamentos de valor para efeitos de apuramento das valias tributáveis.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar/pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos ativos só são registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou prejuízos fiscais. Na data de cada balanço é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de reconhecer os anteriormente não registados por não terem preenchido as condições para o seu registo e/ou para reduzir o montante dos impostos diferidos ativos registados em função da expectativa atual quanto à sua recuperação futura. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos relativos a diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de ativos e passivos em transações que não afetem o resultado contabilístico ou o lucro tributável.

As situações que originam diferenças temporárias ao nível da Companhia correspondem a ajustamentos não dedutíveis para efeitos fiscais e à reavaliação de títulos e imóveis (Nota 21).

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço. O impacto dos impostos diferidos, incluindo da alteração da taxa de imposto utilizada no seu cálculo, é refletido nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de títulos). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

l) Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios dos trabalhadores. Para além do prémio de permanência (Nota 3.1. j)), existia em 2011 um outro benefício de longo prazo concedido pela CARES – Companhia de Seguros, S.A. correspondente a prestações a pagar a um colaborador ao abrigo de acordo de pré-reforma, que se extinguiu durante o exercício de 2012.

A taxa de desconto utilizada na atualização atuarial das responsabilidades reflete as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que são pagas as responsabilidades e com prazos até ao vencimento similares aos prazos médios de liquidação das responsabilidades. Os ganhos e perdas atuariais são registados em resultados no ano em que são originados.

Em 2012 foi constituído o plano de contribuição definido “PIR” (Plano Individual de Reforma) disposto nas cláusulas 48º e 49º do novo Contrato Coletivo de Trabalho para o setor segurador.

m) Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo, incluindo os prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são refletidos em “Gastos com pessoal” no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios (Nota 3.1 a)).

n) Estimativas contabilísticas críticas e aspetos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Companhia. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras da Companhia incluem as abaixo apresentadas.

Determinação de perdas por imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda

As perdas por imparidade em ativos financeiros são determinadas de acordo com a metodologia definida na Nota 3.1. d). Deste modo, a determinação da imparidade em ativos disponíveis para venda tem em conta as conclusões resultantes da avaliação específica efetuada pelo Grupo em que a Companhia se insere com base no conhecimento da realidade dos emitentes dos instrumentos financeiros em questão.

A Companhia considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite refletir de forma adequada o risco associado à sua carteira de ativos disponíveis para venda, tendo em conta as regras definidas pela Norma IAS 39.

Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos

De acordo com a Norma IAS 39, a Companhia valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com exceção dos registados ao custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados modelos e técnicas de valorização tal como descrito na Nota 3.1 d). As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço.

Determinação dos passivos por contratos de seguros

A determinação das responsabilidades da Companhia por contratos de seguros é efetuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na Nota 3.1. a) acima. Estes passivos refletem uma estimativa quantificada do impacto de eventos futuros nas contas da Companhia, efetuada com base em pressupostos atuariais, histórico de sinistralidade e outros métodos aceites no setor.

Face à natureza da atividade seguradora, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros reveste-se de um elevado nível de subjetividade, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser significativamente diferentes das estimativas efetuadas.

No entanto, a Companhia considera que os passivos por contratos de seguros refletidos nas demonstrações financeiras refletem de forma adequada a melhor estimativa na data de balanço dos montantes a desembolsar.

Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pela Companhia com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor em Portugal. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal não é suficientemente clara e objetiva e pode dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento do Conselho de Administração da Companhia sobre o correto enquadramento das suas operações, o qual é no entanto suscetível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

4. Natureza e Extensão das Rubricas e dos Riscos Resultantes de Contratos de Seguro e Ativos de Resseguro

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as rubricas de provisão para prémios não adquiridos e provisões para sinistros apresentavam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	31-12-2013						Total
	Assistência			Proteção Jurídica			
	Seguro direto	Resseguro aceite	Total	Seguro direto	Resseguro aceite	Total	
Provisão para prémios não adquiridos:							
. Prémios não adquiridos	862	15 844 488	15 845 350	-	2 200 611	2 200 611	18 045 961
. Custos de aquisição diferidos (Nota 3.1 a) ii)	(173)	(27 873)	(28 046)	-	(3 871)	(3 871)	(31 917)
	689	15 816 615	15 817 304	-	2 196 740	2 196 740	18 014 044
Provisão para sinistros:							
. Provisão para sinistros declarados	-	10 338 982	10 338 982	-	4 230 749	4 230 749	14 569 731
. Provisão para IBNR	-	51 461	51 461	-	2 431 569	2 431 569	2 483 030
. Provisão para despesas com regularização de sinistros	-	1 005 120	1 005 120	-	893 700	893 700	1 898 820
	-	11 395 563	11 395 563	-	7 556 018	7 556 018	18 951 581
	689	27 212 178	27 212 867	-	9 752 758	9 752 758	36 965 625
Provisão para riscos em curso	-	-	-	-	-	-	-

(Valores em Euros)

	31-12-2012						Total
	Assistência			Proteção Jurídica			
	Seguro direto	Resseguro aceite	Total	Seguro direto	Resseguro aceite	Total	
Provisão para prémios não adquiridos:							
. Prémios não adquiridos	679	15 865 118	15 865 797	-	2 159 833	2 159 833	18 025 630
. Custos de aquisição diferidos (Nota 3.1 a) ii)	(136)	(49 617)	(49 753)	-	(6 755)	(6 755)	(56 508)
	543	15 815 501	15 816 044	-	2 153 078	2 153 078	17 969 122
Provisão para sinistros:							
. Provisão para sinistros declarados	-	10 910 891	10 910 891	-	4 463 716	4 463 716	15 374 607
. Provisão para IBNR	-	90 094	90 094	-	2 182 432	2 182 432	2 272 526
. Provisão para despesas com regularização de sinistros	-	743 100	743 100	-	822 900	822 900	1 566 000
	-	11 744 085	11 744 085	-	7 469 048	7 469 048	19 213 133
	543	27 559 586	27 560 129	-	9 622 126	9 622 126	37 182 255
Provisão para riscos em curso	1 081	-	1 081	-	-	-	1 081

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a composição da provisão para sinistros é a seguinte:

(Valores em Euros)

Ramos Técnicos	31-12-2013			31-12-2012		
	Seguro direto	Resseguro aceite	Total	Seguro direto	Resseguro aceite	Total
Assistência						
Sinistros declarados						
Do exercício 2013	-	9 042 866	9 042 866	-	-	-
Do exercício 2012	-	1 114 898	1 114 898	-	6 534 928	6 534 928
Do exercício 2011	-	126 119	126 119	-	3 113 276	3 113 276
Do exercício 2010	-	16 536	16 536	-	1 107 829	1 107 829
Do exercício 2009	-	29 660	29 660	-	66 544	66 544
Do exercício 2008	-	6 753	6 753	-	87 064	87 064
Do exercício 2007	-	2 150	2 150	-	1 250	1 250
	-	10 338 982	10 338 982	-	10 910 891	10 910 891
Provisão para IBNR						
Do exercício 2013	-	24 537	24 537	-	-	-
Do exercício 2012	-	2 289	2 289	-	57 045	57 045
Do exercício 2011	-	16 779	16 779	-	22 390	22 390
Do exercício 2010	-	4 924	4 924	-	7 897	7 897
Do exercício 2009	-	2 734	2 734	-	2 734	2 734
Do exercício 2008	-	198	198	-	28	28
	-	51 461	51 461	-	90 094	90 094
Provisão para despesas de regularização de sinistros						
Do exercício 2013	-	885 220	885 220	-	-	-
Do exercício 2012	-	96 660	96 660	-	682 500	682 500
Do exercício 2011	-	8 280	8 280	-	43 720	43 720
Do exercício 2010	-	1 940	1 940	-	3 660	3 660
Do exercício 2009	-	3 840	3 840	-	2 380	2 380
Do exercício 2008	-	2 040	2 040	-	2 380	2 380
Do exercício 2007	-	6 417	6 417	-	8 020	8 020
Do exercício 2006	-	723	723	-	440	440
	-	1 005 120	1 005 120	-	743 100	743 100
Total Assistência	-	11 395 563	11 395 563	-	11 744 085	11 744 085

(Valores em Euros)

Ramos Técnicos	31-12-2013			31-12-2012		
	Seguro direto	Resseguro aceite	Total	Seguro direto	Resseguro aceite	Total
Proteção Jurídica						
Sinistros declarados						
Do exercício 2013	-	2 048 971	2 048 971	-	-	-
Do exercício 2012	-	899 873	899 873	-	822 389	822 389
Do exercício 2011	-	550 218	550 218	-	1 669 380	1 669 380
Do exercício 2010	-	189 767	189 767	-	1 623 933	1 623 933
Do exercício 2009	-	209 704	209 704	-	110 591	110 591
Do exercício 2008	-	239 962	239 962	-	187 257	187 257
Do exercício 2007	-	29 914	29 914	-	18 335	18 335
Do exercício 2006	-	25 899	25 899	-	12 950	12 950
Do exercício 2005	-	16 520	16 520	-	6 922	6 922
Do exercício 2004	-	11 065	11 065	-	5 957	5 957
Do exercício 2003	-	8 856	8 856	-	5 962	5 962
Do exercício 2002	-	-	-	-	41	41
	-	4 230 749	4 230 749	-	4 463 717	4 463 717
Provisão para IBNR						
Do exercício 2013	-	1 165 137	1 165 137	-	-	-
Do exercício 2012	-	390 985	390 985	-	638 644	638 644
Do exercício 2011	-	347 112	347 112	-	703 843	703 843
Do exercício 2010	-	179 380	179 380	-	653 309	653 309
Do exercício 2009	-	103 793	103 793	-	74 346	74 346
Do exercício 2008	-	97 760	97 760	-	43 280	43 280
Do exercício 2007	-	94 858	94 858	-	39 815	39 815
Do exercício 2006	-	19 524	19 524	-	10 098	10 098
Do exercício 2005	-	12 778	12 778	-	9 250	9 250
Do exercício 2004	-	8 535	8 535	-	2 877	2 877
Do exercício 2003	-	11 707	11 707	-	6 969	6 969
	-	2 431 569	2 431 569	-	2 182 431	2 182 431
Provisão para despesas de regularização de sinistros						
Do exercício 2013	-	627 600	627 600	-	-	-
Do exercício 2012	-	111 600	111 600	-	571 200	571 200
Do exercício 2011	-	69 900	69 900	-	117 000	117 000
Do exercício 2010	-	28 200	28 200	-	51 000	51 000
Do exercício 2009	-	22 800	22 800	-	35 400	35 400
Do exercício 2008	-	18 900	18 900	-	26 100	26 100
Do exercício 2007	-	7 800	7 800	-	10 800	10 800
Do exercício 2006	-	2 400	2 400	-	3 900	3 900
Do exercício 2005	-	1 200	1 200	-	3 000	3 000
Do exercício 2004	-	2 100	2 100	-	2 400	2 400
Do exercício 2003	-	1 200	1 200	-	2 100	2 100
	-	893 700	893 700	-	822 900	822 900
Total Proteção Jurídica	-	7 556 018	7 556 018	-	7 469 048	7 469 048
Total	-	18 951 581	18 951 581	-	19 213 133	19 213 133

O movimento ocorrido nas provisões para sinistros durante os exercícios de 2013 e 2012 foi o seguinte:

(Valores em Euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Provisão para sinistros em 31/12/2012 (1)	Custos com sinistros montantes pagos no exerc. (*) (2)	Provisão para sinistros em 31/12/2013 (*) (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Não Vida				
Proteção Jurídica	7 469 048	620 427	3 714 310	(3 134 311)
Assistência	11 744 085	4 354 971	1 442 940	(5 946 174)
Total Geral	19 213 133	4 975 398	5 157 250	(9 080 485)

(*) relativos a sinistros ocorridos no exercício N-1 e anteriores.

(Valores em Euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Provisão para sinistros em 31/12/2011 (1)	Custos com sinistros montantes pagos no exerc. (*) (2)	Provisão para sinistros em 31/12/2012 (*) (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Não Vida				
Proteção Jurídica	7 435 096	894 998	5 436 815	(1 103 283)
Assistência	13 906 076	4 687 808	4 469 612	(4 748 656)
Total	21 341 172	5 582 806	9 906 427	(5 851 939)

(*) relativos a sinistros ocorridos no exercício N-1 e anteriores.

Nos exercícios de 2013 e 2012, os custos com sinistros apresentavam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

Ramos / Grupos de Ramos	2013			
	Montantes Pagos-Prestações (1)	Montantes Pagos Custos de gestão de sinistros imputados (2)	Variação da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
Seguro Direto				
Proteção Jurídica	-	-	-	-
Assistência	721	-	-	721
Total	721	-	-	721
Resseguro Aceite				
Proteção Jurídica	361 594	634 943	86 969	1 083 506
Assistência	27 314 235	3 620 845	(396 340)	30 538 740
Total	27 675 829	4 255 788	(309 371)	31 622 246
Total Geral	27 676 550	4 255 788	(309 371)	31 622 967

(Valores em Euros)

Ramos / Grupos de Ramos	2012			
	Montantes Pagos-Prestações (1)	Montantes Pagos Custos de gestão de sinistros imputados (2)	Variação da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
Seguro Direto				
Proteção Jurídica	-	-	-	-
Assistência	214	257	(19 488)	(19 017)
Total	214	257	(19 488)	(19 017)
Resseguro Aceite				
Proteção Jurídica	443 097	804 762	33 953	1 281 812
Assistência	25 221 700	3 290 370	(1 729 270)	26 782 800
Total	25 664 797	4 095 132	(1 695 317)	28 064 612
Total Geral	25 665 011	4 095 389	(1 714 805)	28 045 595

Nos exercícios de 2013 e 2012, a composição dos custos com sinistros no ramo de assistência por ano é a seguinte:

	2013			2012		
	Seguro direto	Resseguro aceite	Total	Seguro direto	Resseguro aceite	Total
(Valores em Euros)						
Assistência						
Montantes pagos						
Prestações						
Do exercício 2013	721	23 695 736	23 696 457	-	-	-
Do exercício 2012	-	3 821 156	3 821 156	-	21 579 255	21 579 255
Do exercício 2011	-	367 387	367 387	-	4 228 607	4 228 607
Do exercício 2010	-	147 529	147 529	(149)	399 268	399 119
Do exercício 2009	-	165 064	165 064	223	230 012	230 235
Do exercício 2008	-	145 736	145 736	-	174 503	174 503
Do exercício 2007	-	517 109	517 109	140	705 442	705 582
Do exercício 2006	-	890	890	-	(17 416)	(17 416)
Do exercício 2005	-	300	300	-	680	680
Do exercício 2003	-	65	65	-	-	-
Do exercício 2002	-	-	-	-	22	22
	721	28 860 972	28 861 693	214	27 300 373	27 300 587
Reembolsos de Sinistros						
Do exercício 2013	-	(302 417)	(302 417)	-	-	-
Do exercício 2012	-	(315 078)	(315 078)	-	(371 918)	(371 918)
Do exercício 2011	-	(92 979)	(92 979)	-	(502 234)	(502 234)
Do exercício 2010	-	(71 926)	(71 926)	-	(114 579)	(114 579)
Do exercício 2009	-	(111 663)	(111 663)	-	(78 323)	(78 323)
Do exercício 2008	-	(140 840)	(140 840)	-	(131 661)	(131 661)
Do exercício 2007	-	(511 834)	(511 834)	-	(879 958)	(879 958)
	-	(1 546 737)	(1 546 737)	-	(2 078 673)	(2 078 673)
Custos de gestão imputados						
Do exercício 2013	-	3 186 790	3 186 790	-	-	-
Do exercício 2012	-	385 900	385 900	-	2 617 396	2 617 396
Do exercício 2011	-	29 507	29 507	-	531 117	531 117
Do exercício 2010	-	6 356	6 356	(179)	66 908	66 729
Do exercício 2009	-	3 653	3 653	267	18 233	18 500
Do exercício 2008	-	2 418	2 418	-	19 343	19 343
Do exercício 2007	-	5 704	5 704	169	34 918	35 087
Do exercício 2006	-	418	418	-	2 169	2 169
Do exercício 2005	-	77	77	-	221	221
Do exercício 2004	-	11	11	-	14	14
Do exercício 2003	-	11	11	-	9	9
Do exercício 2002	-	-	-	-	42	42
	-	3 620 845	3 620 845	257	3 290 370	3 290 627
	721	30 935 801	30 935 801	471	28 512 070	28 512 541

(continuação)

(Valores em Euros)

	2013			2012		
	Seguro direto	Resseguro aceite	Total	Seguro direto	Resseguro aceite	Total
Varição da Provisão para sinistros						
Prestações						
Do exercício 2013	-	9 067 403	9 067 403	-	-	-
Do exercício 2012	-	(5 474 785)	(5 474 785)	-	6 591 973	6 591 973
Do exercício 2011	-	(2 992 768)	(2 992 768)	(19)	(3 904 284)	(3 904 303)
Do exercício 2010	-	(1 094 266)	(1 094 266)	(12 838)	(1 653 537)	(1 666 375)
Do exercício 2009	-	(36 884)	(36 884)	(6 351)	(2 352 963)	(2 359 314)
Do exercício 2008	-	(80 141)	(80 141)	-	(642 027)	(642 027)
Do exercício 2007	-	900	900	-	(20 255)	(20 255)
Do exercício 2006	-	-	-	-	370	370
Do exercício 2002	-	-	-	-	(961)	(961)
	-	(610 541)	(610 541)	(19 208)	(1 981 684)	(2 000 892)
Despesas de regularização de sinistros						
Do exercício 2013	-	885 220	885 220	-	-	-
Do exercício 2012	-	(585 840)	(585 840)	-	682 500	682 500
Do exercício 2011	-	(35 440)	(35 440)	-	(761 220)	(761 220)
Do exercício 2010	-	(1 720)	(1 720)	(240)	(63 200)	(63 440)
Do exercício 2009	-	1 460	1 460	(40)	(6 200)	(6 240)
Do exercício 2008	-	(340)	(340)	-	(7 420)	(7 420)
Do exercício 2007	-	(1 200)	(1 200)	-	(4 980)	(4 980)
Do exercício 2006	-	(120)	(120)	-	(280)	(280)
Do exercício 2001	-	-	-	-	(20)	(20)
	-	262 020	262 020	(280)	(160 820)	(161 100)
Sinistros a Reembolsar						
Do exercício 2013	-	(67 364)	(67 364)	-	-	-
Do exercício 2012	-	43 817	43 817	-	(58 786)	(58 786)
Do exercício 2011	-	9 886	9 886	-	173 293	173 293
Do exercício 2010	-	(13 252)	(13 252)	-	21 824	21 824
Do exercício 2009	-	(7 900)	(7 900)	-	9 069	9 069
Do exercício 2008	-	(8 715)	(8 715)	-	28 501	28 501
Do exercício 2007	-	(3 955)	(3 955)	-	219 135	219 135
Do exercício 2006	-	(336)	(336)	-	20 198	20 198
	-	(47 819)	(47 819)	-	413 234	413 234
	-	(396 340)	(396 340)	(19 488)	(1 729 270)	(1 748 758)
	721	30 538 740	30 539 461	(19 017)	26 782 800	26 763 783

Em 2013 e 2012, a composição dos custos com sinistros no ramo de proteção jurídica por ano é a seguinte:

(Valores em Euros)

	2013			2012		
	Seguro direto	Resseguro aceite	Total	Seguro direto	Resseguro aceite	Total
Proteção Jurídica						
Montantes pagos						
Prestações						
Do exercício 2013	-	17 717	17 717	-	-	-
Do exercício 2012	-	97 959	97 959	-	35 717	35 717
Do exercício 2011	-	87 079	87 079	-	159 460	159 460
Do exercício 2010	-	59 621	59 621	-	79 187	79 187
Do exercício 2009	-	39 404	39 404	-	78 372	78 372
Do exercício 2008	-	30 985	30 985	-	44 251	44 251
Do exercício 2007	-	14 461	14 461	-	23 298	23 298
Do exercício 2006	-	7 228	7 228	-	8 695	8 695
Do exercício 2005	-	4 021	4 021	-	7 533	7 533
Do exercício 2004	-	251	251	-	2 856	2 856
Do exercício 2003	-	2 868	2 868	-	3 728	3 728
	-	361 594	361 594	-	443 097	443 097
Custos de gestão imputados						
Do exercício 2013	-	358 393	358 393	-	-	-
Do exercício 2012	-	194 281	194 281	-	317 144	317 144
Do exercício 2011	-	39 808	39 808	-	291 041	291 041
Do exercício 2010	-	17 466	17 466	-	84 974	84 974
Do exercício 2009	-	12 363	12 363	-	59 048	59 048
Do exercício 2008	-	5 810	5 810	-	34 604	34 604
Do exercício 2007	-	2 948	2 948	-	8 315	8 315
Do exercício 2006	-	1 180	1 180	-	3 430	3 430
Do exercício 2005	-	1 096	1 096	-	2 642	2 642
Do exercício 2004	-	757	757	-	1 875	1 875
Do exercício 2003	-	841	841	-	1 656	1 656
Do exercício 2002	-	-	-	-	33	33
	-	634 943	634 943	-	804 762	804 762
	-	996 537	996 537	-	1 247 859	1 247 859

(continuação)

(Valores em Euros)

	2013			2012		
	Seguro direto	Resseguro aceite	Total	Seguro direto	Resseguro aceite	Total
Varição da Provisão para sinistros						
Prestações						
Do exercício 2013	-	3 214 107	3 214 107	-	-	-
Do exercício 2012	-	(170 175)	(170 175)	-	1 461 033	1 461 033
Do exercício 2011	-	(1 475 893)	(1 475 893)	-	(149 518)	(149 518)
Do exercício 2010	-	(1 908 094)	(1 908 094)	-	(104 841)	(104 841)
Do exercício 2009	-	128 560	128 560	-	(862 353)	(862 353)
Do exercício 2008	-	107 184	107 184	-	(215 016)	(215 016)
Do exercício 2007	-	66 623	66 623	-	(86 169)	(86 169)
Do exercício 2006	-	22 375	22 375	-	(18 350)	(18 350)
Do exercício 2005	-	13 126	13 126	-	(16 440)	(16 440)
Do exercício 2004	-	10 765	10 765	-	(3 441)	(3 441)
Do exercício 2003	-	7 591	7 591	-	(2 742)	(2 742)
Do exercício 2002	-	-	-	-	(10)	(10)
	-	16 169	16 169	-	2 153	2 153
Despesas de regularização de sinistros						
Do exercício 2013	-	627 600	627 600	-	-	-
Do exercício 2012	-	(459 600)	(459 600)	-	571 200	571 200
Do exercício 2011	-	(47 100)	(47 100)	-	(432 300)	(432 300)
Do exercício 2010	-	(22 800)	(22 800)	-	(60 900)	(60 900)
Do exercício 2009	-	(12 600)	(12 600)	-	(24 600)	(24 600)
Do exercício 2008	-	(7 200)	(7 200)	-	(9 000)	(9 000)
Do exercício 2007	-	(3 000)	(3 000)	-	(7 200)	(7 200)
Do exercício 2006	-	(1 500)	(1 500)	-	(2 400)	(2 400)
Do exercício 2005	-	(1 800)	(1 800)	-	(2 400)	(2 400)
Do exercício 2004	-	(300)	(300)	-	(300)	(300)
Do exercício 2003	-	(900)	(900)	-	(300)	(300)
	-	70 800	70 800	-	31 800	31 800
Varição da provisão para sinistros	-	86 969	86 969	-	33 953	33 953
	-	1 083 506	1 083 506	-	1 281 812	1 281 812

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os custos com sinistros de seguro direto e resseguro aceite - montantes pagos incluem 4.255,788 Euros e 4.095,389 Euros, respetivamente, relativos a custos de gestão imputados aos ramos explorados pela Companhia (Nota 18).

Nos exercícios de 2013 e 2012, a dotação da provisão para participação nos resultados ascendeu a 3.021.942 Euros e 3.097.659 Euros, respetivamente, decompondo-se por cedente como segue:

(Valores em Euros)

Cedente	Dotação (atribuição)	
	2013	2012
Fidelidade	2 843 006	2 834 447
Multicare	174 725	253 861
Garantia – Assistência em Viagem Temporários	4 211	9 351
	3 021 942	3 097 659

O movimento da provisão para participação nos resultados em 2013 e 2012 foi como segue:

(Valores em Euros)

2013			
Saldo em 31-12-2012	Atribuição 2013	Resultados	Saldo em 31-12-2013
-	3 021 942	3 021 942	-

(Valores em Euros)

2012			
Saldo em 31-12-2011	Atribuição 2012	Resultados distribuídos	Saldo em 31-12-2012
-	3 097 659	3 097 659	-

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a maioria dos contratos de resseguro celebrados com as companhias cedentes prevêem uma participação nos resultados técnicos da Companhia.

Na generalidade, a provisão para participação nos resultados corresponde a uma percentagem no resultado técnico da Companhia (prémios adquiridos deduzidos dos custos com sinistros e dos custos de gestão), se positivo. Os resultados técnicos negativos são transportados para o exercício seguinte, a crédito da Companhia.

Gestão de Risco Resultante de Contratos de Seguro

É apresentada em seguida uma descrição resumida das políticas de aceitação e gestão de riscos em vigor:

Subscrição de riscos

A atividade da Cares é essencialmente de resseguro aceite, pelo que a política de subscrição é definida pelas seguradoras cedentes.

Quando uma seguradora cedente pretende lançar um produto novo, que inclua coberturas de Proteção Jurídica ou de Assistência a serem resseguradas pela Companhia, é definido o valor de cotação do negócio, com base na avaliação de vários parâmetros onde se inclui a frequência, o custo médio, o número e tipo de unidades em risco, a forma e canal de comercialização e os objetivos de vendas estimados pela seguradora.

Relativamente aos riscos garantidos ao abrigo do resseguro aceite, a Companhia efetua a análise em termos da qualidade da seguradora cedente, bem como das garantias de assistência a conceder aquando da celebração do contrato. Apesar de não possuir um papel ativo na seleção do risco subscrito pelas seguradoras cedentes, o facto das carteiras destas ficarem 100% resseguradas pela Companhia elimina na prática os riscos associados à subscrição, como por exemplo, a anti-seleção ou a concentração excessiva em determinado tipo de risco.

Relativamente ao seguro direto, a atividade não é desenvolvida ativamente, pelo que toda e qualquer aceitação de risco e respetivas condições terão que ser submetidos à aprovação da Direção.

Sendo os ramos explorados caracterizados por uma grande dispersão de risco, a aceitação de riscos baseia-se em condições e clausulados "standards", suportados por longas séries estatísticas, estabelecidos e respeitados pela área comercial, que não aceita riscos que não se enquadrem nas condições definidas.

Gestão técnica

A gestão técnica dos Ramos Assistência e Proteção Jurídica, compreende a definição de cláusulas e de preços, a definição e controlo da política de subscrição e ainda o controlo e acompanhamento da evolução da receita processada, das características dos riscos, da sinistralidade e da margem técnica, o que permite a monitorização dos riscos em carteira.

Instrumentos de gestão para controlo do risco

Riscos internos da Organização

De forma a controlar e minimizar o risco interno da Organização, as normas e procedimentos de gestão de sinistros encontram-se publicados e são de acesso e conhecimento geral, sendo o processo de aplicação devidamente monitorizado pelas áreas competentes.

Estudos de perfil da carteira

São elaborados estudos regulares sobre o perfil de risco das carteiras por tipo de segmento de mercado, canal de distribuição, unidades em risco e coberturas. São ainda desenvolvidos estudos sobre o comportamento de sinistralidade.

Este tipo de estudo permite obter uma análise qualitativa e quantitativa da sinistralidade da carteira, tendo como objetivo a correção de eventuais distorções, bem como, correlacionar os principais fatores de formação de preço e a alteração dos produtos em comercialização ou a criação de novos.

Análises periódicas da evolução da carteira

A carteira sob gestão é sujeita a um acompanhamento periódico sobre a sua evolução.

Estes estudos incluem ainda a análise do comportamento dos sinistros, monitorizando-se a respetiva frequência e taxa de sinistralidade.

Seleção e saneamento de carteira

Tendo em vista possibilitar um maior controlo e atuação ao nível do risco subscrito, a Companhia informa as seguradoras cedentes das apólices que beneficiaram de mais de três assistências na anuidade.

Aquando da renovação anual dos contratos, a Companhia procede a ajustamentos de prémio, de forma a adequar os prémios aos níveis de sinistralidade existentes.

Concentrações de risco de seguro

A subscrição de negócio é efetuada essencialmente através de resseguro aceite, através do qual é assumido o risco e a prestação de serviços no âmbito dos ramos comercializados por outras seguradoras.

As seguradoras do Grupo Caixa Seguros são as principais clientes com 99% dos prémios emitidos e 99% dos custos com sinistros geridos pela CARES.

Apesar de não possuir papel ativo na seleção do risco subscrito pelas seguradoras suas clientes, o facto das carteiras destas ficarem 100% resseguradas pela CARES dilui efetivamente eventuais problemas associados, como por exemplo a anti seleção ou a concentração excessiva em determinado tipo de risco.

Relativamente aos ramos explorados, o ramo Assistência representou em 2013 cerca de 89% dos prémios adquiridos e 97% dos custos com sinistros.

Comportamento da carteira

(Valores em Euros)

	2013			2012		
	PBA	Rácio Sinistros e despesas	Rácio Sinistros e despesas após investimentos	PBA	Rácio Sinistros e despesas	Rácio Sinistros e despesas após investimentos
Assistência	37 419 974	82,71%	79,84%	35 682 514	76,27%	73,43%
Proteção Jurídica	4 618 126	24,56%	15,52%	4 518 663	29,60%	21,57%

Políticas de resseguro

Conforme já referido, o negócio da Companhia desenvolve-se no âmbito do resseguro aceite.

O número de sinistros de valor individual significativo é reduzido.

Por este motivo, a Companhia não retrocede risco em resseguro.

Prestação de informação qualitativa relativamente à adequação dos prémios e à adequação das provisões

Assistência

Relativamente ao ramo Assistência, em 2013 os prémios foram suficientes para fazer face aos custos associados à exploração do ramo, não tendo sido necessário constituir provisão para riscos em curso. Os custos com sinistros registados contabilisticamente representaram 97,5% dos prémios brutos adquiridos. Os custos de aquisição e administrativos consumiram no seu conjunto 1,1% dos prémios brutos adquiridos e os resultados de investimentos em 2013 foram positivos. O rácio combinado da Companhia ascendeu a 95,7%.

A provisão para prêmios não adquiridos é calculada de acordo com a norma regulamentar nº 19/94-R de 6 de dezembro do ISP, com a redação que lhe foi dada pela norma do mesmo organismo com o nº 4/1998 de 16 de março.

Para verificar a adequação da provisão para sinistros, foram efetuadas análises atuariais com métodos determinísticos e estocásticos, aplicados à matriz de run-off de pagamentos de Assistência, concluindo-se pela suficiência das provisões constituídas face às responsabilidades relacionadas com sinistros.

Proteção Jurídica

No ramo Proteção Jurídica, em 2013 os prêmios revelaram-se globalmente suficientes para fazer face aos custos associados à exploração do ramo. Os custos com sinistros registados contabilisticamente representaram 91,3% dos prêmios brutos adquiridos. Os custos de aquisição e administrativos consumiram no seu conjunto 1,1% dos prêmios brutos adquiridos. Considerando os resultados de investimentos, que em 2013 foram positivos, a CARES obteve um rácio combinado de 83,4%.

Apesar dos custos com sinistros terem aumentado, o ramo mantém-se suficiente e não tendo sido necessário constituir provisão para riscos em curso, de acordo com o estabelecido no capítulo II da Norma do ISP nº 19/94 de 6/12, com a redação que lhe foi dada pela Norma regulamentar nº 12/2000 de 13-11.

A provisão para prêmios não adquiridos está em conformidade com a norma regulamentar nº 19/94-R de 6 de dezembro do ISP, com a redação que lhe foi dada pela norma nº 4/1998 de 16 de março do mesmo organismo.

Tal como no ramo Assistência, para verificar a adequação da provisão para sinistros, são efetuadas análises atuariais com métodos determinísticos e estocásticos, aplicados a matrizes de run-off, concluindo-se pela existência de suficiência de provisões constituídas face às responsabilidades relacionadas com sinistros.

Análises de sensibilidade

Tendo em vista verificar qual o nível de custos com sinistros que eliminaria a suficiência do prémio adquirido ou o impacto de uma variação dos custos com sinistros, foram construídos 2 cenários alternativos, com os seguintes pressupostos:

- em ambos os cenários assumiu-se que os custos de aquisição, administrativos, e resultados de resseguro e de investimentos manteriam os valores verificados em 2013, totalizando um resultado positivo de € 664.558 para a Assistência e € 366.815 para a Proteção Jurídica;
- no cenário 1 verifica-se qual o impacto de uma variação da sinistralidade para 95% do atual prémio adquirido – o total do PBA afeto a custos passaria a cerca de 93,2% para a Assistência e 87,1% para a Proteção Jurídica;
- no cenário 2 estuda-se a variação necessária nos custos com sinistros no exercício, por forma a que o nível de prémios adquiridos afetos a custos alcançasse 100% - obtivemos uma taxa de sinistralidade de 101,8% para o ramo Assistência e 107,9% para o ramo Proteção Jurídica.

Assistência - Cenários de Consumo do PBA em 31-12-2013

(Valores em Euros)

	Real	Cenário 1	Cenário 2
Prémio Bruto Adquirido	37 419 973	37 419 973	37 419 973
Custos com sinistros do exercício	-36 466 089	-35 548 974	-38 084 531
Restantes Custos	664 558	664 558	664 558
Total de Custos	-35 801 531	-34 884 416	-37 419 973

Cenários de Consumo do PBA em 31-12-2012

(Valores em Euros)

	2012 - Real	Cenário 1	Cenário 2
Prémio Bruto Adquirido	35 682 514	35 682 514	35 682 514
Custos com sinistros do exercício	-31 040 420	-33 898 388	-36 239 561
Restantes Custos	557 047	557 047	557 047
Total de Custos	-30 483 373	-33 341 341	-35 682 514

Proteção Jurídica - Cenários de Consumo do PBA em 31-12-2013

(Valores em Euros)

	Real	Cenário 1	Cenário 2
Prémio Bruto Adquirido	4 618 126	4 618 126	4 618 126
Custos com sinistros do exercício	-4 217 818	-4 387 220	-4 984 941
Restantes Custos	366 815	366 815	366 815
Total de Custos	-3 851 003	-4 020 405	-4 618 126

Cenários de Consumo do PBA em 31-12-2012

(Valores em Euros)

	2012 - Real	Cenário 1	Cenário 2
Prémio Bruto Adquirido	4 518 663	4 518 663	4 518 663
Custos com sinistros do exercício	-2 385 094	-4 292 730	-4 825 820
Restantes Custos	307 157	307 157	307 157
Total de Custos	-2 077 937	-3 985 573	-4 518 663

São igualmente efetuadas análises ao comportamento do nível de solvência da seguradora, face a acréscimos de custos associados à sua atividade. A seguradora possui uma taxa de cobertura 308,94%, permitindo acomodar variações significativas nos custos com sinistros. Se os custos dos sinistros dos últimos 3 anos duplicassem a margem de solvência manter-se-ia acima dos 170%.

Rácios

O rácio da provisão para prémios não adquiridos face aos prémios brutos emitidos é de 42,9% (2012: 43,8%), continuando a apresentar valores acima dos obtidos no mercado.

	2013	2012
Rácios de sinistralidade	65,10%	59,60%
Rácios de despesas	11,20%	10,70%
Rácio combinado	76,30%	70,30%
Rácio operacional	1,6	1,7

O rácio de sinistralidade subiu cerca de 5 pontos percentuais face ao ano anterior devido ao aumento do número de sinistros em 2013.

O rácio operacional (prémios líquidos/capital próprio) diminuiu devido ao aumento do capital próprio.

5. Instrumentos Financeiros

O inventário de participações e instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2013 é apresentado no Anexo 1.

Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia detém um título classificado ao justo valor através de resultados por conter derivados embutidos não relacionados com os riscos e características do contrato de acolhimento, cujo valor nominal ascende a 293.331 Euros e 335.487 Euros, respetivamente, e cujo valor de balanço nas referidas datas ascendia a 282.789 Euros e 278.535 Euros, respetivamente.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	31-12-2013						
	Custo de aquisição	Juros a receber	Valor antes de imparidade	Imparidade acumulada	Valor líquido	Reserva de Justo valor (Nota 23)	Valor de Balanço
Instrumentos de dívida							
De empresas do Grupo (Nota 25)	4 417 422	146 844	4 564 266	-	4 564 266	132 328	4 696 594
De dívida pública							
De emissores estrangeiros	6 939 855	151 766	7 091 621	-	7 091 621	1 083 691	8 175 312
De emissores nacionais	1 962 848	14 021	1 976 869	-	1 976 869	21 847	1 998 716
De outros emissores							
De emissores estrangeiros	31 895 941	524 533	32 420 474	(47 675)	32 372 799	395 960	32 768 759
	45 216 066	837 164	46 053 230	(47 675)	46 005 555	1 633 826	47 639 381
Outros instrumentos							
Unidades de participação							
De residentes	281 762	-	281 762	-	281 762	37 515	319 277
	45 497 828	837 164	46 334 992	(47 675)	46 287 317	1 671 341	47 958 658

(Valores em Euros)

	31-12-2012						
	Custo de aquisição	Juros a receber	Valor antes de imparidade	Imparidade acumulada	Valor líquido	Reserva de Justo valor (Nota 23)	Valor de Balanço
Instrumentos de dívida							
De empresas do Grupo	3 904 186	128 798	4 032 984	-	4 032 984	205 559	4 238 543
De dívida pública							
De emissores estrangeiros	6 940 671	151 859	7 092 530	-	7 092 530	1 517 036	8 609 566
De emissores nacionais	1 951 764	14 021	1 965 785	-	1 965 785	(11 809)	1 953 976
De outros emissores							
De emissores estrangeiros	35 005 065	269 811	35 274 876	(48 862)	35 226 014	367 813	35 593 827
	47 801 686	564 489	48 366 175	(48 862)	48 317 313	2 078 599	50 395 912
Outros instrumentos							
Unidades de participação							
De residentes	281 762	-	281 762	-	281 762	47 952	329 714
	48 083 448	564 489	48 647 937	(48 862)	48 599 075	2 126 551	50 725 626

Durante o exercício de 2013 foi registada uma reversão de perda por imparidade nos “Instrumentos de dívida” no montante de 1.187 Euros, tendo sido registada em 2012 uma perda de 1.633 Euros.

Em março de 2012, os títulos de dívida pública grega da categoria de ativos financeiros detidos até à maturidade foram objeto de troca por vinte e um títulos de dívida pública grega com maturidades e taxas de juro diferentes dos anteriormente detidos, bem como por três títulos do Fundo de Estabilização Europeu.

Em resultado desta troca, foi registada uma perda por imparidade adicional para os títulos no montante de 361.110 Euros e revertida a referida provisão de 309.731 Euros (Nota 12).

Durante o exercício de 2012, os vinte e um títulos gregos e os três títulos do Fundo de Estabilização Europeu foram vendidos, tendo sido registado um ganho líquido de 8.216 Euros (Notas 15 e 16).

Justo valor de instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros refletidos nas demonstrações financeiras da Companhia, pode ser resumida como se segue:

(Valores em Euros)

	31-12-2013			Total
	Metodologia de apuramento do justo valor			
	Cotações de mercado	Técnicas de valorização baseadas em dados de mercado	Não valorizados ao justo valor	
Ativo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	11 402 648	11 402 648
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	519 048	519 048
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	282 789	-	-	282 789
Ativos disponíveis para venda	-	47 958 658	-	47 958 658
Empréstimos e contas a receber	-	-	2 002 391	2 002 391
Outros devedores	-	-	2 292 624	2 292 624
	282 789	47 958 658	16 216 711	64 458 158

(Valores em Euros)

	31-12-2012			Total
	Metodologia de apuramento do justo valor			
	Cotações de mercado	Técnicas de valorização baseadas em dados de mercado	Não valorizados ao justo valor	
Ativo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	11 043 888	11 043 888
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	518 498	518 498
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	278 535	-	-	278 535
Ativos disponíveis para venda	-	50 725 626	-	50 725 626
Empréstimos e contas a receber	-	-	2 166	2 166
Outros devedores	-	-	1 783 188	1 783 188
	278 535	50 725 626	13 347 740	64 351 901

Empréstimos e contas a receber

A rubrica “Depósitos junto de empresas cedentes” corresponde a retenções efetuadas pelas diversas companhias cedentes de uma percentagem sobre os prémios de resseguro aceite pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tinha a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2013	2012
Depósitos junto de empresas cedentes		
A.M.A - Agrupacion Mutual Aseguradora	1 724	2 166
	1 724	2 166

A rubrica “Outros depósitos” em 31 de dezembro de 2013 corresponde a um depósito a prazo subscrito junto da Caixa Geral de Depósitos no montante de 2.000.000 Euros, acrescido de 667 Euros de juros decorridos (Nota 25). O depósito a prazo vence juros à taxa anual nominal de 1,5% e tem maturidade em março de 2014.

Outros devedores

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tinha a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	31-12-2013	31-12-2012
Devedores por operações de resseguro		
. Ressegurados do grupo (Nota 25)	1 777 311	1 617 938
. Outros ressegurados	66 003	98 832
Total devedores por operações de resseguro	1 843 314	1 716 770
Devedores por outras operações		
. Empresas do grupo (Nota 25)	422 683	5 996
. Outros	26 627	60 422
Total devedores por outras operações	449 310	66 418

A rubrica “Devedores por operações de resseguro” corresponde a contas correntes tituladas em nome das companhias cedentes, utilizadas para a liquidação dos prémios de resseguro aceite.

A rubrica “Devedores por outras operações” inclui um saldo com a Cares RH no montante de 413.751 Euros, maioritariamente referente a despesas e outros encargos incorridos pela Companhia por conta da Cares RH, relativos aos exercícios de 2011, 2012 e 2013, cuja decisão de imputação apenas foi tomada em 2013.

Outros credores

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	31-12-2013	31-12-2012
Contas a pagar por outras operações de resseguro		
. Ressegurados do grupo (Nota 25)	117 447	203 864
Contas a pagar por outras operações		
. Empresas do grupo (Nota 25)	32 303	139 088
. Outros	158 296	134 726
	190 599	273 814
	308 046	477 678

Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à atividade da Cares Seguros

Os objetivos, regras e procedimentos de gestão do risco de mercado estão previstos na Política de Investimentos da Cares Seguros, que é atualizada anualmente e revista de três em três anos. Entre outros elementos, estão definidas, a sociedade gestora, o tipo de gestão associado à carteira de investimento, os intervenientes no processo de compra e venda de títulos, a forma de transmissão da informação entre os diferentes intervenientes, os limites de exposição aos diferentes riscos financeiros, medidas de cálculo da rentabilidade da carteira e autonomias de execução.

A gestão dos riscos financeiros inerentes à atividade da Cares Seguros tem, assim, em consideração:

a) Modelo de Gestão

De acordo com os objetivos de investimento da carteira, foi definido um modelo de gestão com características maioritariamente de imunização, apesar de não estar orientado por um conjunto de responsabilidades. O modelo tem um perfil de risco conservador, com baixa volatilidade em resultados e reduzidos custos de transação.

Estão definidos os níveis de exposição a ativos de rendimento fixo (obrigações) – taxas longas e taxas curtas - distribuídos por intervalos de maturidade até 10 anos. Estes ativos poderão ser cupão zero, cupão fixo ou variável. Deverão cumprir as regras de notação de risco de crédito definidas e ser compradas com o objetivo de serem mantidas em carteira até à maturidade. Alterações de mercado ou da qualidade creditícia das emissões podem originar transações.

b) Classificação dos Ativos

Para efeitos da classificação dos ativos e dos limites de exposição, por analogia de risco, considera-se que:

Os ativos de Rendimento Fixo – taxas longas incluem todas as obrigações de taxa fixa com maturidade residual superior a 1 ano. Incluem-se ainda as ações remíveis com características de obrigações, os Fundos Mobiliários de Obrigações que respeitam este perfil de maturidade e os derivados de taxas de juro de longo prazo ou de risco de crédito associado a taxas de juro de longo prazo. Estes ativos são separados em Government e Corporate de acordo com o risco de crédito público ou privado, sendo que as emissões de Supranacionais e Covered Bonds estão incluídas nos Government.

Os ativos de Rendimento Fixo – taxas curtas incluem todas as obrigações de taxa fixa com maturidade residual inferior a 1 ano, as obrigações de taxa variável, os Fundos Mobiliários de Obrigações maioritariamente de taxa variável, todos os instrumentos de gestão de tesouraria vocacionados para o curto prazo incluindo depósitos bancários, bem como derivados associados ao risco de taxas de juro de curto prazo.

c) Limites de exposição

Para além das restrições impostas pela legislação em vigor, a gestão das carteiras da Companhia tem ainda em consideração os seguintes limites:

- i. O limite de exposição a valores mobiliários que não se encontrem admitidos à negociação em bolsas de valores ou em outros mercados regulamentados de Estados-membros da União Europeia, ou em mercados de países da OCDE legalmente considerados como análogos, também referidos como “não cotados”, é de 15% do valor da carteira, devendo sempre ter a aprovação expressa do Conselho de Administração;
- ii. O conjunto das aplicações expressas em moedas que não o Euro não pode representar mais que 5% do valor da carteira;

iii. O investimento em fundos e outros organismos de investimento coletivo não deverá ultrapassar o limite de 10% do valor líquido do património desses fundos.

iv. Instrumentos Derivados, Operações de Reporte e Empréstimo de Valores:

Podem ser utilizados instrumentos derivados para cobertura, especulação ou redução do custo de investimento, de acordo com o enquadramento legislativo em vigor.

São permitidas, nos termos legalmente previstos, operações de reporte e empréstimos de valores, desde que tal não comprometa os limites de alocação definidos para cada uma das classes de ativos a que respeitem, nem promova a alavancagem da carteira sem autorização prévia.

Estas operações carecem de autorização casuística prévia, podendo haver autorizações genéricas para derivados de mercado.

A avaliação de risco para derivados é feita determinando a sua contribuição para o risco global da carteira e da Companhia, para o retorno esperado e para o custo de transações de ativos.

v. Universo de investimento e limites por emitente para ativos de rendimento fixo:

As obrigações elegíveis para aquisição deverão respeitar os limites definidos no quadro seguinte, que pondera a maturidade residual com a qualidade de crédito. A notação de "rating" a considerar na aquisição deverá ser a do S&P ou, na sua ausência, a equivalente da Moody's ou da Fitch, e não deverá haver investimento abaixo da notação BBB-. Exceções a esta regra poderão ser aprovadas pelo Conselho de Administração.

	Dívida Corporate	Dívida Soberana (Países fora da Zona Euro)	Limite por Emitente
Até 1,5 ano	BBB-	BBB-	0,5%
1,5 a 5,5 anos	A-	A-	3%
5,5 a 15,5 anos	AA-	A+	6%
15,5 a 30,5 anos	Não autorizado	A+	6%
Superior a 30,5 anos	Não autorizado	AAA	6%

Não existem limites de notação de "rating" para a dívida soberana dos países da Zona Euro.

vi. Limite por emitente exceto dívida pública soberana da Zona Euro e Grupo CGD: 6% da carteira.

vii. Limites por setor de atividade e por subordinação da emissão:

a. limite de dívida subordinada: 10% da carteira;

b. limite de crédito por setor de atividade (exceto banca): 20% da carteira;

c. limite de crédito do setor serviços financeiros (Banca de Investimento, Intermediação Financeira e similares): 10% da carteira.

viii. O investimento noutras classes de ativos não especificadas neste documento deverá ter a aprovação casuística do Conselho de Administração.

ix. As aplicações proibidas são aquelas que constam expressamente da legislação em vigor.

d) Carteira com modelo de imunização

No ano de 2013 a Companhia continuou a implementar o modelo de gestão definido em 2010. Neste contexto, a atual composição da carteira reflete os “targets” definidos, nomeadamente a composição entre taxas longas e taxas curtas.

	31.12.2013	31.12.2012
Taxas Longas	59,7%	49,3%
Taxa Fixa Governos	17,9%	19,0%
Taxa Fixa Crédito	41,8%	30,3%
Taxas Curtas	38,7%	49,0%
Taxa Indexada	24,6%	41,8%
Mercado Monetário	14,1%	7,3%
Outros	1,6%	1,7%
Imobiliário	1,6%	1,7%

e) Avaliação do risco

Existe um modelo genérico de avaliação do retorno/risco esperado em função da composição por classes de ativos. O retorno esperado da carteira está sujeito a uma análise de sensibilidade em função das várias volatilidades dos ativos que constituem a carteira. Este tipo de avaliação justifica as decisões de alocação de ativos, procurando-se constituir carteiras com risco controlado que otimizem o retorno dentro do enquadramento de mercado existente.

A avaliação do risco é efetuada pela Direção de Investimentos do Grupo, havendo sempre que tal se mostra conveniente, o envolvimento das Direções de Gestão de Risco do Grupo e da Caixa Geral de Depósitos. São monitorizados vários riscos envolvidos nomeadamente:

- Risco de mercado;
- Risco de taxa de juro;
- Risco de crédito por emitente e por grupo financeiro;
- Risco de liquidez; e
- Risco cambial.

Risco de taxa de juro

Na carteira com modelo de gestão de imunização, e considerando o objetivo de manter os títulos em carteira até à maturidade, o risco de taxa de juro é gerido no momento da compra dos títulos, adequando os respetivos prazos e rendimentos à expectativa da evolução das taxas de juro existente em cada momento.

Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a exposição máxima a risco de crédito da Cares apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	31-12-2013			31-12-2012		
	Valor contabilístico bruto	Imparidade acumulada	Valor contabilístico líquido	Valor contabilístico bruto	Imparidade acumulada	Valor contabilístico líquido
Depósitos à ordem	11 402 240	-	11 402 240	11 043 480	-	11 043 480
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	282 789	-	282 789	278 535	-	278 535
Ativos disponíveis para venda	48 006 333	(47 675)	47 958 658	50 774 488	(48 862)	50 725 626
Empréstimos e contas a receber	2 002 391	-	2 002 391	2 166	-	2 166
Ativos financeiros a deter até à maturidade	-	-	-	860 364	(860 364)	-
Outros devedores	2 292 624	-	2 292 624	1 783 188	-	1 783 188
	63 986 377	(47 675)	63 938 702	64 742 221	(909 226)	63 832 995

Qualidade de crédito

O quadro seguinte apresenta a desagregação do valor de balanço das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e 2012, por rating da Standard & Poor's, ou equivalente, e por país de origem da contraparte:

(Valores em Euros)

Classe de ativo/Ratings	31-12-2013				Total
	Portugal	Resto da União Europeia	América do Norte	Outros	
Depósitos em Instituições de Crédito					
AA- até AA+	-	-	-	-	-
A- até A+	-	-	-	-	-
BBB- até BBB+	-	174 902	-	-	174 902
BB- até BB+	13 228 005	-	-	-	13 228 005
	13 228 005	174 902	-	-	13 402 907
Depósitos junto de Empresas Cedentes					
Sem rating	1 724	-	-	-	1 724
	1 724	-	-	-	1 724
Total	13 229 729	174 902	-	-	13 404 631

(Valores em Euros)

Classe de ativo/Ratings	31-12-2012				Total
	Portugal	Resto da União Europeia	América do Norte	Outros	
Depósitos em Instituições de Crédito					
AA- até AA+	-	-	-	-	-
A- até A+	-	-	-	-	-
BBB- até BBB+	-	73 266	-	-	73 266
BB- até BB+	10 970 213	-	-	-	10 970 213
	10 970 213	73 266	-	-	11 043 480
Depósitos junto de Empresas Cedentes					
Sem rating	2 166	-	-	-	2 166
	2 166	-	-	-	2 166
Total	10 972 379	73 266	-	-	11 045 646

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o valor de balanço dos instrumentos de dívida em carteira, líquido de imparidade, por rating da Standard & Poor's, ou equivalente, por tipo de emitente e por país de origem da contraparte, tem a seguinte decomposição:

(Valores em Euros)

Classe de ativo/Ratings	31-12-2013				Total
	Portugal	Resto da União Europeia	América do Norte	Outros	
Ativos Financeiros registados					
ao Justo Valor por Ganhos e Perdas					
Instituições Financeiras					
A- até A+	-	282 789	-	-	282 789
	-	282 789	-	-	282 789
Total Ativos Financeiros registados					
ao Justo Valor por Ganhos e Perdas	-	282 789	-	-	282 789
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (líquido de imparidade)					
Corporate					
AAA	-	-	59 289	-	59 289
AA- até AA+	-	777 781	52 142	-	829 923
A- até A+	-	4 751 358	-	-	4 751 358
BBB- até BBB+	-	3 394 447	-	-	3 394 447
BB- até BB+	-	3 273 668	-	-	3 273 668
	-	12 197 254	111 431	-	12 308 685
Governos e outras autoridades locais					
AAA	-	3 271 325	-	-	3 271 325
AA- até AA+	-	3 716 030	-	-	3 716 030
A- até A+	-	-	-	-	-
BBB- até BBB+	-	1 187 958	-	-	1 187 958
BB- até BB+	1 998 716	-	-	-	1 998 716
	1 998 716	8 175 312	-	-	10 174 028
Instituições Financeiras					
AAA	-	1 278 820	-	1 600 018	2 878 838
AA- até AA+	-	701 101	-	250 737	951 838
A- até A+	-	6 219 789	650 425	1 052 889	7 923 103
BBB- até BBB+	-	3 517 483	746 247	-	5 296 509
BB- até BB+	7 860 269	377 578	-	-	7 205 067
B- até B+	-	-	-	-	-
Menor que B-	-	-	-	79 337	79 337
Sem rating	-	-	-	2 250	2 250
	7 860 269	12 094 771	1 396 672	2 985 231	24 336 943

(continuação)

(Valores em Euros)

Classe de ativo/Ratings	31-12-2013				
	Portugal	Resto da União Europeia	América do Norte	Outros	Total
Outros emitentes					
AAA	-	-	-	212 501	212 501
AA- até AA+	-	101 233	-	-	101 233
A- até A+	-	354 008	-	-	354 008
BBB- até BBB+	-	-	-	-	-
BB- até BB+	-	81 737	-	-	81 737
B- até B+	-	70 247	-	-	70 247
	-	607 224	-	212 501	819 725
Total Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (líquido de imparidade)	9 858 984	33 074 561	1 508 103	3 197 732	47 639 381

(Valores em Euros)

Classe de ativo/Ratings	31-12-2012				
	Portugal	Resto da União Europeia	América do Norte	Outros	Total
Ativos Financeiros registados					
ao Justo Valor por Ganhos e Perdas					
Instituições Financeiras					
A- até A+	-	278 535	-	-	278 535
	-	278 535	-	-	278 535
Total Ativos Financeiros registados					
ao Justo Valor por Ganhos e Perdas	-	278 535	-	-	278 535
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (líquido de imparidade)					
Corporate					
AAA	-	-	61 706	-	61 706
AA- até AA+	-	812 697	54 235	-	866 932
A- até A+	-	7 723 768	-	-	7 723 768
BBB- até BBB+	-	2 561 420	-	-	2 561 420
BB- até BB+	732 691	1 016 913	-	-	1 749 603
	732 691	12 114 797	115 941	-	12 963 429
Governos e outras autoridades locais					
AAA	-	3 584 238	-	-	3 584 238
AA- até AA+					
AA- até AA+	-	3 850 528	-	-	3 850 528
BBB- até BBB+	-	1 174 800	-	-	1 174 800
BB- até BB+	1 953 976	-	-	-	1 953 976
	1 953 976	8 609 566	-	-	10 563 542

(continuação)

(Valores em Euros)

Classe de ativo/Ratings	31-12-2012				
	Portugal	Resto da União Europeia	América do Norte	Outros	Total
Instituições Financeiras					
AAA	-	1 572 327	-	1 634 407	3 206 734
AA- até AA+	-	702 367	-	2 110 492	2 812 859
A- até A+	-	8 841 712	649 019	1 055 110	10 545 841
BBB- até BBB+	589 544	1 462 987	1 174 033	241 367	3 467 931
BB- até BB+	5 490 964	405 737	-	-	5 896 700
B- até B+					
Menor que B-	-	-	-	74 527	74 527
Sem rating	-	-	-	1 063	1 063
	6 080 508	12 985 129	1 823 052	5 116 965	26 005 654
Outros emitentes					
AAA	-	57 666	-	217 819	275 484
AA- até AA+	-	96 662	-	-	96 662
A- até A+	-	349 887	-	-	349 887
BBB- até BBB+	-	77 021	-	-	77 021
BB- até BB+	-	64 232	-	-	64 232
B- até B+					
	-	645 468	-	217 819	863 287
Total Ativos Financeiros Disponíveis					
para Venda (líquido de imparidade)	8 767 175	34 354 961	1 938 993	5 334 784	50 395 912

Risco de liquidez

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os cash-flows previsionais (não descontados) dos instrumentos financeiros, de acordo com a respetiva maturidade contratual, apresentam o seguinte detalhe:

(Valores em Euros)

	31-12-2013									Total
	Até 1 mês	Até 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	
Ativo										
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	11 402 648	-	-	-	-	-	-	-	-	11 402 648
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	-	519 048	519 048
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-	293 331	-	-	-	293 331
Ativos disponíveis para venda	2 335 164	6 767 818	5 079 573	2 461 940	21 351 105	5 326 843	4 213 420	3 199 638	321 527	51 057 026
Empréstimos e contas a receber	146	2 008 030	234	814	-	-	-	-	-	2 009 224
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros devedores	2 292 624	-	-	-	-	-	-	-	-	2 292 624
	16 030 581	8 775 847	5 079 807	2 462 754	21 351 105	5 620 173	4 213 420	3 199 638	840 576	67 573 901

(Valores em Euros)

	31-12-2012									Total
	Até 1 mês	Até 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	
Ativo										
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	11 043 888	-	-	-	-	-	-	-	-	11 043 888
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	-	518 498	518 498
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	335 487	-	-	-	-	-	335 487
Ativos disponíveis para venda	546 440	4 039 921	1 922 459	7 318 106	25 403 456	6 608 709	3 433 038	4 752 830	330 776	54 355 736
Empréstimos e contas a receber	421	212	247	1 286	-	-	-	-	-	2 166
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros devedores	1 783 188	-	-	-	-	-	-	-	-	1 783 188
	13 373 937	4 040 134	1 922 706	7 654 879	25 403 456	6 608 709	3 433 038	4 752 830	849 274	68 038 963

Os principais pressupostos utilizados no apuramento dos fluxos previsionais foram os seguintes:

- Os instrumentos de capital foram classificados com maturidade "Indeterminado";
- Foi considerada como maturidade contratual a menor das seguintes datas: call, put ou maturidade.

Risco de mercado

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o detalhe dos instrumentos financeiros por tipo de exposição ao risco de taxa de juro apresenta o seguinte detalhe:

(Valores em Euros)

	2013			
	Exposi o a		Não Sujeita a risco de taxa de juro	Total
	Taxa fixa	Taxa variável		
Ativo				
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	519 048	519 048
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	282 789	-	282 789
Ativos financeiros disponíveis para venda	32 666 070	14 971 060	321 527	47 958 658
Empréstimos e contas a receber	2 000 667	-	-	2 000 667
	34 666 737	15 253 850	840 576	50 761 162

(Valores em Euros)

	2012			
	Exposi o a		Não Sujeita a risco de taxa de juro	Total
	Taxa fixa	Taxa variável		
Ativo				
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	518 498	518 498
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	278 535	-	278 535
Ativos financeiros disponíveis para venda	25 993 613	24 401 236	330 776	50 725 626
	25 993 613	24 679 771	849 274	51 522 659

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o detalhe do valor nominal dos instrumentos financeiros com exposição ao risco de taxa de juro, em função da sua maturidade ou da data de refixação, tem a seguinte decomposição:

(Valores em Euros)

	31-12-2013								
	Datas de refixação / Datas de maturidade								
	Até 7 dias	Entre 7 dias e um mês	Entre 1 mês e 3 meses	Entre 3 meses e 6 meses	Entre 6 meses e 12 meses	Entre 12 meses e 3 anos	Mais de 3 anos	Indeterminado	Total
Ativo									
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	519 048	519 048
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	293 331	-	-	-	-	293 331
Ativos financeiros disponíveis para venda	650 000	3 968 000	12 183 831	2 779 210	1 350 000	14 801 000	9 385 000	319 277	45 436 319
Empréstimos e contas a receber	-	146	2 000 530	234	814	-	-	-	2 001 724
Depósitos junto de empresas cedentes	-	146	530	234	814	-	-	-	1 724
Outros depósitos			2 000 000						2 000 000
	650 000	3 968 146	14 184 361	3 072 776	1 350 814	14 801 000	9 385 000	838 326	48 250 422

(Valores em Euros)

	31-12-2012								
	Datas de refixação / Datas de maturidade								
	Até 7 dias	Entre 7 dias e um mês	Entre 1 mês e 3 meses	Entre 3 meses e 6 meses	Entre 6 meses e 12 meses	Entre 12 meses e 3 anos	Mais de 3 anos	Indeterminado	Total
Ativo									
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	518 498	518 498
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	335 487	-	-	-	-	335 487
Ativos disponíveis para venda	650 000	8 658 000	13 645 982	2 896 660	1 133 000	12 442 000	8 582 000	330 776	48 338 418
Empréstimos e contas a receber	-	421	212	247	1 286	-	-	-	2 166
Depósitos junto de empresas cedentes	-	421	212	247	1 286	-	-	-	2 166
	650 000	8 658 421	13 646 194	3 232 395	1 134 286	12 442 000	8 582 000	849 274	49 194 570

Risco cambial

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os instrumentos financeiros encontram-se maioritariamente denominados em Euros.

6. Investimentos em Filiais e Associadas

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o saldo desta rubrica refere-se a:

a) 5.000 ações representativas da totalidade do capital social da CARES RH - Companhia de Assistência e Representação de Seguros, S.A. (Cares RH), com sede na Avenida José Malhoa, n.º 13 - 7.º, em Lisboa.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta participação encontra-se valorizada ao respetivo custo de aquisição no montante de 429.386 Euros.

Os dados financeiros mais significativos, retirados das demonstrações financeiras da Cares RH em 31 de dezembro de 2013 e 2012 são os seguintes:

	(Valores em Euros)	
	2013	2012
Ativo líquido	4 131 760	3 191 095
Passivo	597 536	282 184
Capital e reservas	2 758 912	1 972 041
Resultado líquido do exercício	775 312	936 870
Proveitos totais	1 977 223	1 854 091

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Cares RH detém uma participação correspondente a 51% do capital social da Cares Multiassistance, S.A..

Nos termos da legislação em vigor, a Companhia está dispensada de elaborar demonstrações financeiras consolidadas dado a Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A., com sede em Lisboa, deter a totalidade do seu capital e apresentar contas consolidadas, nas quais são incluídas as demonstrações financeiras da Companhia e da sua filial. No exercício de 2013, a Companhia recebeu dividendos de 150.000 Euros (Nota 14).

b) Uma ação da Universal Seguros, S.A. (República de Angola) representativa de 1% do respetivo capital social, que a Cares Seguros adquiriu em 7 de abril de 2011 pelo montante de 12.304.976 Kwanzas, incluindo despesas com a aquisição, cujo contravalor ascendeu a 89.112 Euros. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta participação encontra-se valorizada ao respetivo custo de aquisição.

A Universal Seguros, S.A., com sede em Luanda, na Rua 1.º Congresso MPLA, n.º 11, 1.º A, Ingombota, República de Angola, foi constituída a 2 de junho de 2009 e tem por objeto social o exercício da atividade seguradora nos ramos vida e não vida nesse país.

7. Caixa e Equivalentes e Depósitos à Ordem

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	31-12-2013	31-12-2012
Depósitos à ordem em instituições nacionais:		
em Euros		
. Caixa Geral de Depósitos, S.A. (Nota 25)	11 226 470	10 970 214
. Banesto	174 902	73 266
. Montepio	868	-
	11 402 240	11 043 480
Caixa	408	408
	11 402 648	11 043 888

8. Terrenos e Edifícios

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Terrenos e edifícios – de rendimento” é composta por um edifício afeto às provisões técnicas do ramo não vida, o qual deixou de ser utilizado pelos serviços da Companhia em 2005, sendo presentemente detido para arrendamento.

Na sequência da adoção do novo PCES, a Companhia adotou a opção permitida pela IAS 40 de valorização do edifício pelo valor de avaliação por via de ganhos e perdas.

Em dezembro de 2013 e 2012 foram realizadas avaliações por avaliadores pertencentes à entidade Imocaixa, tendo o valor atual sido calculado pelos métodos do rendimento e comparativo de mercado.

Em resultado destas avaliações, foi registada no exercício de 2013 uma perda de 35.000 Euros (45.000 Euros em 2012) na rubrica “Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas”, da conta de ganhos e perdas.

9. Outros Ativos Fixos Tangíveis

Nos exercícios de 2013 e 2012, o movimento ocorrido nestas rubricas foi o seguinte:

(Valores em Euros)

Rubricas	31-12-2012		Adições	Transferências	Alienações e abates líquidos			31-12-2013	
	Valor Bruto	Depreciações acumuladas			Valor Bruto	Amortizações e imparidades	Depreciação do exercício (Nota 18)	Valor Bruto	Depreciações acumuladas
OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS									
Equipamento administrativo	589 319	(525 903)	587		(4 004)		(20 471)	585 902	(546 374)
Equipamento informático	310 509	(301 543)	5 337		(5 944)	3 700	(5 615)	309 902	(303 458)
Instalações interiores	95 792	(95 645)	-	-	-	-	(147)	95 792	(95 792)
Outros ativos tangíveis	10 780	(10 780)	-	-	-	-	-	10 780	(10 780)
	1 006 400	(933 871)	5 924	-	(9 948)	3 700	(26 233)	1 002 376	(956 404)

(Valores em Euros)

Rubricas	31-12-2011		Adições	Transferências	Alienações e abates líquidos			31-12-2012	
	Valor Bruto	Depreciações acumuladas			Valor Bruto	Amortizações e imparidades	Depreciação do exercício (Nota 18)	Valor Bruto	Depreciações acumuladas
OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS									
Equipamento administrativo	556 961	(498 252)	32 910		(552)	552	(28 203)	589 319	(525 903)
Equipamento informático	342 790	(301 299)	10 568		(42 849)	42 849	(43 093)	310 509	(301 543)
Instalações interiores	95 792	(95 498)	-	-	-	-	(147)	95 792	(95 645)
Outros ativos tangíveis	10 780	(10 780)	-	-	-	-	-	10 780	(10 780)
	1 006 323	(905 829)	43 478	-	(43 401)	43 401	(71 443)	1 006 400	(933 871)

10. Afetação dos Investimentos e Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os investimentos e outros ativos encontravam-se afetados do seguinte modo:

(Valores em Euros)

	Seguros não Vida	31-12-2013 Não afetados	Total
Caixa e equivalentes (Nota 7)	7 868 020	3 534 628	11 402 648
Terrenos e edifícios (Nota 8)	560 000	-	560 000
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 6)	-	519 048	519 048
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas (Nota 5)	282 789	-	282 789
Ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 5)	47 958 658	-	47 958 658
Empréstimos concedidos e contas a receber (Nota 5)	1 724	2 000 667	2 002 391
Outros ativos tangíveis (Nota 9)	-	45 972	45 972
Outros devedores (Notas 5, 21 e 26)	1 843 314	783 424	2 626 738
	58 514 505	6 883 739	65 398 244

(Valores em Euros)

	Seguros não Vida	31-12-2012 Não afetados	Total
Caixa e equivalentes (Nota 7)	4 036 512	7 007 376	11 043 888
Terrenos e edifícios (Nota 8)	595 000	-	595 000
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 6)	-	518 498	518 498
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas (Nota 5)	278 535	-	278 535
Ativos financeiros a deter até à maturidade (Nota 5)	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 5)	50 725 626	-	50 725 626
Empréstimos concedidos e contas a receber (Nota 5)	2 166	-	2 166
Outros ativos tangíveis (Nota 9)	-	72 529	72 529
Outros ativos intangíveis (Nota 11)	-	858	858
Outros devedores (Nota 5)	1 716 770	271 757	1 988 527
	57 354 609	7 871 018	65 225 627

11. Ativos Intangíveis

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o movimento nas rubricas de outros ativos intangíveis foi o seguinte:

(Valores em Euros)

Rubricas	31-12-2012		Adições	Transferências e abates	Alienações e abates líquidos		Depreciação do exercício (Nota 18)	31-12-2013	
	Valor Bruto	Depreciações acumuladas			Valor Bruto	Amortizações e imparidades		Valor Bruto	Depreciações acumuladas
OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS									
Despesas de investigação e desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas com aplicações informáticas - adquiridas a terceiros	216 485	(215 627)	-	-	(170)	-	(688)	216 315	(216 315)
Ativos em curso - despesas com aplicações informáticas - adquiridas a terceiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	216 485	(215 627)	-	-	(170)	-	(688)	216 315	(216 315)

(Valores em Euros)

Rubricas	31-12-2010		Adições	Transferências e abates	Alienações e abates líquidos		Depreciação do exercício (Nota 18)	31-12-2011	
	Valor Bruto	Depreciações acumuladas			Valor Bruto	Amortizações e imparidades		Valor Bruto	Depreciações acumuladas
OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS									
Despesas de investigação e desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas com aplicações informáticas - adquiridas a terceiros	216 485	(214 147)	-	-	-	-	(1 480)	216 485	(215 627)
Ativos em curso - despesas com aplicações informáticas - adquiridas a terceiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	216 485	(214 147)	-	-	-	-	(1 480)	216 485	(215 627)

12. Outras Provisões

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o movimento nestas rubricas foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	Saldo em 31-12-2012	Reforços (Nota 18)	31-12-2013 Reposições e anulações (Nota 18)	Utilizações	Saldo em 31-12-2013
Provisões para litígios	239 389	98 346	(6 570)	-	331 165
Provisões para contingências	198 933	-	(30 148)	-	168 785
Outras	17 962	-	-	-	17 962
	456 284	98 346	(36 718)	-	517 912

(Valores em Euros)

	Saldo em 31-12-2011	Reforços (Nota 18)	31-12-2012 Reposições e anulações (Nota 18)	Utilizações	Saldo em 31-12-2012
Provisões para litígios	192 289	138 053	(90 402)	(551)	239 389
Provisões para contingências	198 933	-	-	-	198 933
Outras	309 731	17 962	(309 731)	-	17 962
	700 953	156 015	(400 133)	(551)	456 284

A provisão de 331.165 Euros e 239.389 Euros em 31 de dezembro de 2013 e 2012, respetivamente, visa, maioritariamente, fazer face a encargos futuros decorrentes de ações judiciais em curso de índole laboral.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a provisão de 168.785 Euros e 198.933 Euros é relativa a eventuais contingências laborais referentes a exercícios anteriores, na sequência da alteração da política de remunerações da Companhia ocorrida em 2005.

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia registou imparidade nos títulos de dívida pública grega com base no respetivo justo valor em 2 de outubro de 2011. Em face da informação que foi tornada pública até à data de aprovação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011, a Companhia registou uma provisão no montante de 309.731 Euros para fazer face a potenciais acréscimos de imparidade nestes títulos. Durante o exercício de 2012, esta provisão foi revertida em resultado da troca dos títulos a que dizia respeito.

A rubrica "Outras", em 31 de dezembro de 2013 e 2012, refere-se a uma provisão para impostos sobre dividendos a recuperar de convenções.

13. Prémios de Contratos de Seguro

Nos exercícios de 2013 e 2012, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2013				
	Seguro direto	Resseguro aceite	Seguro direto e Resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido
Prémios brutos emitidos					
Proteção Jurídica	-	4 658 904	4 658 904	-	4 658 904
Assistência	2 892	37 396 635	37 399 527	-	37 399 527
	2 892	42 055 539	42 058 431	-	42 058 431
Varição da provisão para prémios não adquiridos					
Proteção Jurídica	-	(40 778)	(40 778)	-	(40 778)
Assistência	(183)	20 630	20 447	-	20 447
	(183)	(20 148)	(20 331)	-	(20 331)
Prémios adquiridos no exercício					
Proteção Jurídica	-	4 618 126	4 618 126	-	4 618 126
Assistência	2 709	37 417 265	37 419 974	-	37 419 974
	2 709	42 035 391	42 038 100	-	42 038 100

(Valores em Euros)

	2012				
	Seguro direto	Resseguro aceite	Seguro direto e Resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido
Prémios brutos emitidos					
Diversos Proteção Jurídica	-	4 577 580	4 577 580	-	4 577 580
Diversos Assistência	1 587	36 580 820	36 582 407	(3 800)	36 578 607
	1 587	41 158 400	41 159 987	(3 800)	41 156 187
Varição da provisão para prémios não adquiridos					
Diversos Proteção Jurídica	290	(59 207)	(58 917)	-	(58 917)
Diversos Assistência	800	(900 693)	(899 893)	-	(899 893)
	1 090	(959 900)	(958 810)	-	(958 810)
Prémios adquiridos no exercício					
Diversos Proteção Jurídica	290	4 518 373	4 518 663	-	4 518 663
Diversos Assistência	2 387	35 680 127	35 682 514	(3 800)	35 678 714
	2 677	40 198 500	40 201 177	(3 800)	40 197 377

Nos exercícios de 2013 e 2012, alguns valores por ramos apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

Ramos / Grupos de Ramos	2013			
	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos	Custos e gastos de exploração brutos
Seguro Direto				
Proteção Jurídica	-	-	-	-
Assistência	2 892	2 709	721	1 499
Total	2 892	2 709	721	1 499
Resseguro Aceite	42 055 539	42 035 391	31 622 246	459 062
Total Geral	42 058 431	42 038 100	31 622 967	460 561

(Valores em Euros)

Ramos / Grupos de Ramos	2012			
	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos	Custos e gastos de exploração brutos
Seguro Direto				
Proteção Jurídica	-	290	-	58
Assistência	1 587	2 387	(19 017)	6 227
Total	1 587	2 677	(19 017)	6 285
Resseguro Aceite	41 158 400	40 198 500	28 064 612	500 222
Total Geral	41 159 987	40 201 177	28 045 595	506 507

14. Rendimentos/Réditos de Investimentos

As políticas contabilísticas de reconhecimento dos réditos de investimentos encontram-se descritas na Nota 3. Nos exercícios de 2013 e 2012, a composição destas rubricas da conta de ganhos e perdas é a seguinte:

(Valores em Euros)

	2013				2012			
	Juros	Dividendos	Rendas	Total	Juros	Dividendos	Rendas	Total
Rendimentos								
De juros de ativos financeiros não valorizados								
ao justo valor por via de ganhos e perdas								
Ativos financeiros disponíveis para venda								
Investimentos em empresas do grupo	-	288 143	-	288 143	-	241 718	-	241 718
Instrumentos de capital e unidades de participação								
Ações	-	3	-	3	-	-	-	-
	-	3	-	3	-	-	-	-
Instrumentos de dívida								
Obrigações de emissores públicos	359 642	-	-	359 642	391 893	-	-	391 893
Obrigações de outros emissores	847 025	-	-	847 025	851 229	-	-	851 229
	1 206 667	-	-	1 206 667	1 243 122	-	-	1 243 122
Partes de capital em filiais (Nota 6)	-	150 000	-	150 000	-	-	-	-
	-	150 000	-	150 000	-	-	-	-
Empréstimos concedidos e contas a receber	32 636	-	-	32 636	14 182	-	-	14 182
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	9 870	-	-	9 870
Depósitos à ordem em instituições de crédito	2 167	-	-	2 167	13 446	-	-	13 446
	34 803	-	-	34 803	37 498	-	-	37 498
	1 241 470	438 146	-	1 679 616	1 280 620	241 718	-	1 522 338
Outros								
Ativos financeiros classificados no reconhecimento								
inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	375	-	-	375	2 521	-	-	2 521
	375	-	-	375	2 521	-	-	2 521
	1 241 845	438 146	-	1 679 991	1 283 141	241 718	-	1 524 859

15. Ganhos e Perdas Realizados em Investimentos

Nos exercícios de 2013 e de 2012, as rubricas de ganhos e perdas realizados em investimentos apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2013			2012		
	Não vida	Não afeto	Total	Não vida	Não afeto	Total
GANHOS REALIZADOS EM INVESTIMENTOS						
De ativos disponíveis para venda						
Investimentos em empresas do grupo						
Títulos de dívida e outros empréstimos	72	-	72	8	-	8
Instrumentos de dívida						
Obrigações - emissores públicos	-	-	-	11 308	-	11 308
Obrigações - outros emissores	13 722	-	13 722	11 547	-	11 547
	13 722	-	13 722	22 855	-	22 855
	13 794	-	13 794	22 863	-	22 863
PERDAS REALIZADAS EM INVESTIMENTOS						
De ativos disponíveis para venda						
Instrumentos de dívida						
Obrigações - emissores públicos	-	-	-	(2 170)	-	(2 170)
Obrigações - outros emissores	(5 258)	-	(5 258)	(64 194)	-	(64 194)
	(5 258)	-	(5 258)	(66 364)	-	(66 364)
	(5 258)	-	(5 258)	(66 364)	-	(66 364)

16. Ganhos e Perdas Provenientes de Ajustamentos de Justo Valor em Investimentos

Nos exercícios de 2013 e de 2012, as rubricas de ganhos e perdas provenientes de ajustamentos no justo valor em investimentos apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

Ganhos e perdas não realizados	2013		
	Carteira ramo não vida		Líquido
	Ganhos	Perdas	
Classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas			
Títulos de dívida e outros empréstimos	55 308	(8 897)	46 411
Perdas de imparidade (líquidas de reversões) de ativos disponíveis para venda			
Títulos de dívida e outros empréstimos	1 188	-	1 188
Terrenos e edifícios (Nota 8)	-	(35 000)	(35 000)
	56 496	(43 897)	12 599

(Valores em Euros)

Ganhos e perdas não realizados	2012		
	Carteira ramo não vida		Líquido
	Ganhos	Perdas	
Classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas			
Títulos de dívida e outros empréstimos	55 247	(12 313)	42 934
Perdas de imparidade (líquidas de reversões) de ativos disponíveis para venda			
Títulos de dívida e outros empréstimos	-	(1 633)	(1 633)
Terrenos e edifícios	-	(45 000)	(45 000)
	55 247	(58 946)	(3 699)

17. Ganhos e Perdas em Diferenças de Câmbio

Nos exercícios de 2013 e 2012, os ganhos e perdas resultantes de diferenças cambiais foram os seguintes:

(Valores em Euros)

	2013		2012	
	Conta não técnica	Total	Conta não técnica	Total
Diferenças de câmbio favoráveis	72	72	-	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-	-	-
	72	72	-	-

18. Gastos Diversos por Função e Natureza

A composição desta rubrica de ganhos e perdas é a seguinte:

(Valores em Euros)

	2013	2012
Custos com o pessoal (Nota 19)	3 287 689	2 936 203
Fornecimentos e serviços externos:		
. Trabalhos especializados	704 315	594 936
. Rendas e alugueres	257 846	255 092
. Comunicações	113 221	281 892
. Custos com trabalho independente	51 949	51 656
. Limpeza e higiene	37 615	32 086
. Licenças de software	20 382	101 381
. Deslocações e estadas	17 575	13 805
. Impressos e material de escritório	13 757	17 475
. Publicidade e propaganda	4 342	3 212
. Outros	87 447	153 752
	1 308 449	1 505 287
Custos de seguro direto	237	122
Impostos e taxas	3 912	4 396
Amortizações do exercício:		
. Ativos intangíveis (Nota 11)	688	1 480
. Ativos tangíveis (Nota 9)	26 233	71 443
Dotação líquida de provisões (Nota 12)	61 628	(244 118)
Comissões por serviços bancários e juros suportados	29 560	28 209
	122 021	(138 590)
	4 718 396	4 303 022

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, os saldos de trabalhos especializados, comunicações, licenças de software e outros decresceram face a 2012 devido ao facto de terem sido redebitadas à Cares RH, despesas incorridas pela Cares em 2011, 2012 e 2013 e que diziam respeito à atividade da participada.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, os saldos mais relevantes que compõem a rubrica "Outros" respeitam às quotizações para a APS, combustíveis, consumíveis e prémios de seguro do parque automóvel, nos montantes de 10.771 Euros, 9.358 Euros, 8.687 Euros e 2.840 Euros, respetivamente.

Na conta de ganhos e perdas, estes custos foram imputados da seguinte forma:

	(Valores em Euros)	
	2013	2012
Custos com sinistros (Nota 4)	(4 255 788)	(4 095 389)
Custos administrativos	(360 452)	(356 258)
Custos de aquisição	(75 518)	(131 024)
Custos de gestão dos investimentos	(26 638)	279 649
	(4 718 396)	(4 303 022)

19. Gastos com Pessoal

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a Companhia teve, em média, 125 e 127 trabalhadores ao seu serviço, respetivamente, distribuídos pelas seguintes categorias profissionais:

	2013	2012
Direção	5	5
Chefias e gerência	7	7
Técnicos informáticos	4	4
Outros técnicos	6	6
Administrativos	103	105
Total	125	127

A composição dos gastos com pessoal durante os exercícios de 2013 e 2012 é a seguinte:

(Valores em Euros)

	2013	2012
Remunerações		
- Órgãos Sociais	111 953	90 372
- Pessoal	2 397 274	2 204 881
Encargos sobre Remunerações	572 507	525 898
Benefícios Pós-emprego		
Planos de contribuição definida	14 758	5 701
Planos de benefícios definidos	-	(1 413)
Benefícios de cessação de emprego	5 752	15 668
Seguros obrigatórios	31 191	29 968
Gastos de ação pessoal	106 566	60 635
Outros gastos com pessoal	47 688	4 493
Total custos com Pessoal	3 287 689	2 936 203

O custo do reembolso de salários e encargos sociais inerentes à cedência ocasional à Companhia de colaboradores de empresas do Grupo Caixa Geral de Depósitos em 2013 e 2012 é de 83.468 Euros e 44.509 Euros de Órgãos Sociais e 12.015 Euros e 13.370 Euros de pessoal, respetivamente, e encontra-se distribuído pelas diversas rubricas de gastos com pessoal consoante a respetiva natureza (Nota 25).

O custo com benefícios pós-emprego relativo aos planos de benefícios definidos, em 2012, dizia respeito aos encargos com responsabilidades de pré-reforma (Nota 20). Em 2013 e 2012 o custo com benefícios pós-emprego relativo aos planos de contribuição definida diz respeito a responsabilidades por pensões de reforma referentes ao "PIR" (Plano Individual de Reforma), no valor de 14.758 e 5.701 Euros, respetivamente (Nota 3.1 I)).

Remuneração dos Órgãos Sociais

A Comissão de Remunerações é responsável pela aprovação da remuneração dos membros dos Órgãos Sociais, de acordo com critérios estabelecidos pelo acionista.

Em 2013 e 2012, as remunerações e benefícios atribuídos aos membros dos Órgãos Sociais têm a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	Remuneração				Outros Benefícios		Encargos com Benefícios Sociais			
	Remuneração fixa		Remuneração variável		Subsídio de refeição		Seguros de saúde		Seguros de vida	
	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012
Conselho de Administração										
Presidente										
Francisco Xavier da Conceição Cordeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vogais										
Luis Filipe Mateus Alves	77 987	91 118	-	-	2 376	2 376	1 294	1 391	246	271
Ana Rita Martins Sambado de Macedo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Conselho Fiscal										
Presidente										
Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias	9 534	10 283	-	-	-	-	-	-	-	-
Vogais										
João Filipe Gonçalves Pinto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Luis Máximo dos Santos	7 998	7 931	-	-	-	-	-	-	-	-

Revisor Oficial de Contas

Os honorários da Deloitte & Associados, SROC S.A., revisor oficial de contas da Companhia, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, ascenderam a 26.961 Euros pelos serviços prestados de revisão oficial de contas e 7.840 Euros por outros serviços de garantia de fiabilidade prestados.

20. Obrigações com Benefícios dos Empregados

Em 31 de dezembro de 2013 o saldo da rubrica “Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo”, no montante de 664 Euros, refere-se a um valor devido e ainda não regularizado referente ao “PIR” (Nota 3.1 I)).

21. Imposto Sobre o Rendimento

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, as rubricas de ativos e passivos por impostos sobre o rendimento apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	31-12-2013	31-12-2012
Ativos por impostos correntes		
Outros impostos e taxas	2 252	-
Imposto a receber	2 252	-
Passivos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a pagar do exercício	(2 417 719)	(2 531 285)
IRC - Entregas por conta - Pg. Especial	1 798 646	142 653
Imposto sobre o rendimento a pagar	(619 073)	(2 388 632)
Contribuições para a Segurança Social	(46 382)	(49 581)
Retenções de imposto na fonte	(32 387)	(22 194)
Outros impostos e taxas	(145)	(2)
	(697 987)	(2 460 409)
Ativos por impostos diferidos		
Perdas por imparidade	13 111	14 170
Por desvalorizações em imóveis - propriedades de investimento	79 874	67 182
Por provisões não aceites fiscalmente	51 355	62 900
	144 340	144 252
Passivos por impostos diferidos		
Por valorização de ativos disponíveis para venda	(459 619)	(616 700)
	(459 619)	(616 700)
	(315 279)	(472 448)

O movimento ocorrido nos impostos diferidos durante os exercícios de 2013 e 2012 foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	Saldo em 31-12-2012	2013		Saldo em 31-12-2013
		Capital Próprio	Resultados	
Impostos diferidos por diferenças temporárias				
Reavaliação de ativos disponíveis para venda	(616 700)	157 081	-	(459 619)
Imparidade em títulos de dívida	14 170	-	(1 059)	13 111
Reavaliação de imóveis de rendimento	67 182	-	12 692	79 874
Reforço de provisões não dedutíveis fiscalmente	62 900	-	(11 544)	51 355
	(472 448)	157 081	89	(315 279)

(Valores em Euros)

	Saldo em 31-12-2011	2012		Saldo em 31-12-2012
		Variação		
		Capital Próprio	Resultados	
Impostos diferidos por diferenças temporárias				
Reavaliação de ativos disponíveis para venda	259 794	(878 925)	2 431	(616 700)
Imparidade em títulos de dívida	267 740	-	(253 570)	14 170
Reavaliação de imóveis de rendimento	46 294	-	20 889	67 182
Reforço de provisões não dedutíveis fiscalmente	153 596	-	(90 696)	62 900
	727 424	(878 925)	(320 946)	(472 448)

Os impostos sobre lucros registados na conta de ganhos e perdas têm a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2013	2012
Imposto corrente		
. Imposto	2 066 817	2 174 364
. Tributação autónoma	8 530	10 536
. Derrama	124 009	130 462
. Derrama Estadual	218 363	215 924
	2 417 719	2 531 286
Impostos diferidos:		
. Imparidade em títulos de dívida	1 059	253 570
. Valorização de imóveis de rendimento	(12 692)	(20 889)
. Provisões para outros riscos e encargos	11 544	90 696
. Outros	-	(2 431)
	(89)	320 946
Total de impostos em resultados	2 417 630	2 852 232
Resultado antes de impostos	8 604 413	9 938 941
Carga fiscal	28.10%	28.70%

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto verificada nos exercícios de 2013 e 2012 pode ser demonstrada como se segue:

(Valores em Euros)

	2013		2012	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		8 604 413		9 938 941
Imposto apurado com base na taxa nominal	29,04%	2 498 532	28,67%	2 849 743
Dividendos	-0,46%	(39 750)	0,00%	-
Benefícios fiscais	-0,59%	(50 478)	-0,36%	(35 639)
Excesso/Insuficiência de estimativa	0,00%	(87)	0,00%	351
Tributação autónoma	0,10%	8 530	0,11%	10 536
Outros	0,01%	883	0,27%	27 241
Taxa efetiva de imposto	28,10%	2 417 630	28,70%	2 852 232

No exercício de 2004, a Companhia passou a estar abrangida pelo regime especial de tributação dos grupos de sociedades enquanto entidade dominada, previsto no Artigo 69º do Código do IRC. Nesta conformidade, o resultado fiscal da Sociedade até 2011 concorria para a matéria coletável da entidade dominante, Caixa Seguros e Saúde – SGPS, S.A.. A partir de 2012 a entidade dominante passou a ser a Caixa Geral de Depósitos, SA.. A opção por este regime conduz a que o custo com imposto sobre rendimento, se aplicável, seja reconhecido na esfera individual da Companhia, sendo os correspondentes pagamentos efetuados pela entidade dominante.

De acordo com o artigo 63º do Código do IRC, relativo às regras sobre preços de transferência, com a redação aplicável a partir de 1 de janeiro de 2002, nas operações comerciais, incluindo, designadamente, operações ou séries de operações sobre bens, direitos ou serviços, bem como nas operações financeiras efetuadas entre um sujeito passivo e qualquer outra entidade, sujeita ou não a imposto, com a qual esteja em situação de relações especiais (Nota 25), devem ser contratados, aceites e praticados termos ou condições substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis. O não cumprimento das regras de preços de transferência em questão nas operações efetuadas entre o sujeito passivo e qualquer outra entidade, sujeita ou não a imposto, com a qual esteja em situação de relações especiais, poderá dar origem a correções para efeitos de determinação do lucro tributável em sede de IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais podem ser objeto de revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), contados a partir dos exercícios a que respeitam. A declaração fiscal do exercício de 2008 foi revista sem correções. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2010 a 2013 poderão ainda vir a ser revistas.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013.

22. Capital

Os objetivos de gestão do capital na Companhia obedecem aos seguintes princípios gerais:

- Cumprir com os requisitos legais a que a Cares Seguros está obrigada pelas Autoridades de Supervisão, nomeadamente pelo Instituto de Seguros de Portugal;
- Gerar uma rentabilidade adequada para o Grupo, criar valor ao acionista e proporcionar-lhe a remuneração dos capitais aplicados;
- Sustentar o desenvolvimento das operações que a Cares Seguros está legalmente autorizada a praticar, mantendo uma sólida estrutura de capitais, capaz de responder ao crescimento da atividade e aos riscos dela decorrentes.

Para atingir os objetivos descritos, a Cares Seguros efetua um planeamento das suas necessidades de capital a curto e médio prazos, tendo em vista o financiamento da sua atividade, sobretudo por recurso ao autofinanciamento.

As exigências regulamentares em vigor decorrem do Decreto-Lei nº 94-B/98, de 17 de abril, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 251/2003, de 14 de outubro, e das Normas do Instituto de Seguros de Portugal, nomeadamente da Norma Regulamentar nº 6/2010-R, de 27 de abril, com as alterações decorrentes da Norma Regulamentar nº 12/2011-R, de 30 de outubro, salientando-se as seguintes obrigações:

- Manutenção em permanência de uma margem de solvência suficiente face ao conjunto das atividades da Companhia. Para este efeito, a margem de solvência disponível é determinada nos termos do disposto na legislação acima referida, sendo aplicáveis os ajustamentos prudenciais previstos nas normas regulamentares do Instituto de Seguros de Portugal;
- Manutenção de um fundo de garantia, que faz parte integrante da margem de solvência e que corresponde a um terço do valor da margem de solvência exigida, não podendo, no entanto, ser inferior aos limites mínimos legalmente estabelecidos;

- As provisões técnicas serem a qualquer momento representadas na sua totalidade por ativos equivalentes, sujeitos a um conjunto de regras de diversificação e dispersão prudenciais, cujo cumprimento é monitorado pelo Instituto de Seguros de Portugal.

A análise e o cumprimento dos objetivos são garantidos pela administração e direção da Companhia. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia mantinha a margem de solvência e o fundo de garantia acima dos montantes mínimos exigidos e as provisões técnicas encontram-se adequadamente representadas. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o capital da Companhia está representado por 1.500.000 ações, com o valor nominal de 5 Euros cada, encontrando-se integralmente subscrito e realizado.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o capital da Companhia é integralmente detido pela Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A..

23. Outras Rubricas de Capital Próprio

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as outras rubricas de capital próprio apresentam a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	31-12-2013	31-12-2012
Reservas de reavaliação:		
Por ajustamentos no justo valor		
- de ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 5)	1 671 341	2 126 551
	1 671 341	2 126 551
Reserva por impostos diferidos:		
- De ativos financeiros disponíveis para venda	(459 619)	(616 700)
Outras reservas e resultados transitados		
- Reserva legal	3 340 203	2 631 532
- Outras reservas	7 489 450	4 458 744
	10 829 653	7 090 276
Resultados transitados	51 833	204 501
Resultado do exercício	6 186 783	7 086 709
	18 279 991	15 891 337

De acordo com a legislação em vigor, uma percentagem não inferior a 10% dos lucros líquidos de cada exercício deverá ser transferida para a reserva legal, até à concorrência do capital. Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital ou para cobertura de prejuízos.

Na Assembleia Geral da Companhia realizada em 5 de abril de 2013, foi deliberada a seguinte aplicação do resultado líquido estatutário de 2012:

(Valores em Euros)

Reserva legal	708 671
Reservas livres	3 030 706
Distribuição de dividendos	3 500 000
Resultados transitados	(152 668)
	7 086 709

24. Resultados por Ação

Nos exercícios de 2013 e 2012, a Companhia apresenta um resultado básico por ação de:

(Valores em Euros)

	2012	2013
Resultado líquido do exercício	6 186 783	7 086 709
Número total de ações (Nota 22)	1 500 000	1 500 000
Resultados básicos por ação (Euros)	4.1245	4.7245

Não é aplicável o conceito de resultados por ação diluídos uma vez que não existem ações ordinárias, contingentemente emissíveis, nomeadamente através de opções, warrants ou instrumentos financeiros equivalentes à data do balanço.

25. Transação entre Partes Relacionadas

São consideradas entidades relacionadas da Cares Seguros, as empresas filiais e associadas do Grupo Caixa Geral de Depósitos.

Em 2013 e 2012, as entidades relacionadas da Companhia eram como segue:

Nome da entidade relacionada	Sede
Empresas que, direta ou indiretamente, controlam a Companhia	
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	Portugal
Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A.	Portugal
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	Portugal
Empresas que, direta ou indiretamente, se encontram sob controlo comum da Companhia	
Via Directa – Companhia de Seguros, S.A.	Portugal
Multicare – Seguros de Saúde, S.A.	Portugal
Cares RH – Companhia de Assistência e Representação de Seguros, S.A.	Portugal
Locarent – Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, S.A.	Portugal
Universal Seguros, S.A.	Angola
Garantia – Companhia de Seguros, S.A.R.L.	Cabo Verde

Membros do Conselho de Administração da Companhia	
Francisco Xavier da Conceição Cordeiro	Presidente
Ana Rita Martins Sambado de Macedo	Vogal
Luis Filipe Mateus Alves	Vogal
Membros do Conselho Fiscal	
Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias	Presidente
João Filipe Gonçalves Pinto	Vogal
Luis Máximo dos Santos	Vogal

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as demonstrações financeiras da Cares Seguros incluem os seguintes saldos e transações com entidades relacionadas:

	(Valores em Euros)	
	31-12-2013	31-12-2012
Saldos de balanço		
Ativos disponíveis para venda (Nota 5):		
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	4 696 594	4 238 543
Investimentos em filiais e associadas (Nota 6):		
Cares RH - Companhia de Assistência e Rep. Seguros, S.A.	429 386	429 386
Universal Seguros, S.A.	89 662	89 112
Depósitos à ordem (Nota 7):		
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	11 226 470	10 970 214
Depósitos a prazo (Nota 5):		
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	2 000 667	-
Devedores/ Credores por operações de resseguro (Notas 5):		
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	805 820	422 137
Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.	900 720	1 074 504
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	(117 447)	(203 864)
Garantia - Companhia de Seguros, S.A.R.L.	33 487	91 821
Universal Seguros, S.A.	37 284	29 476
Devedores por outras operações (Nota 5):		
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	8 622	5 996
Cares RH - Companhia de Assistência e Rep. Seguros, S.A.	413 751	216 485
Locarent - Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, S.A.	310	-
Credores por outras operações (Nota 5):		
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	(5 880)	(7 933)
Universal Seguros, S.A.	-	(56 931)
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	(855)	(3 612)
Cares RH - Companhia de Assistência e Rep. Seguros, S.A.	(25 568)	(70 612)
Provisão para prémios não adquiridos - resseguro aceite (Nota 4):		
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	(15 571 493)	(15 568 833)
Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.	(2 128 182)	(2 111 862)
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	(335 749)	(304 529)
Garantia - Companhia de Seguros, S.A.R.L.	(6 426)	(6 974)
Universal Seguros, S.A.	(522)	(22 752)

Os saldos devedores e credores por outras operações dizem respeito aos valores pendentes de faturas de cedência de pessoal e recibos de seguros. Em 31 de dezembro de 2013 os saldos devedores por outras operações incluem um redébito à Cares RH de despesas e outros gastos incorridos pela Companhia em 2011, 2012 e 2013 e que diziam respeito à atividade da participada.

	(Valores em Euros)	
	31-12-2013	31-12-2012
Saldos da demonstração dos resultados		
Variação da provisão para prémios		
não adquiridos de resseguro aceite:		
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	2 660	897 825
Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.	16 320	143 282
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	31 220	(54 187)
Garantia - Companhia de Seguros, S.A.R.L.	(548)	(493)
Universal Seguros, S.A.	(22 229)	22 752
Participação nos resultados de resseguro aceite (Nota 4):		
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	(2 843 006)	(2 834 447)
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	(174 725)	(253 861)
Garantia - Companhia de Seguros, S.A.R.L.	(4 211)	(9 351)
Contas relativas a cedência de Órgãos sociais (Nota 19):		
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	(83 468)	(44 509)
Contas relativas a cedência de pessoal (Nota 19):		
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	-	10 237
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	(24 480)	(24 564)
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	80 172	53 907
Cares RH - Companhia de Assistência e Rep. Seguros, S.A.	(67 707)	(52 950)
Outras despesas (seguros e rendas):		
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	(335 296)	(281 037)
Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.	(2 840)	(3 052)
Locarent - Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, S.A.	(28 170)	(28 999)
Prémios brutos emitidos de resseguro aceite		
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	36 725 421	35 901 423
Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.	4 137 659	4 076 032
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	693 693	621 132
Garantia - Companhia de Seguros, S.A.R.L.	157 256	165 068
Universal Seguros, S.A.	63 495	29 477
Rendimentos de Investimentos (juros e dividendos):		
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	290 977	269 233
Cares RH - Companhia de Assistência e Rep. Seguros, S.A. (Nota 14)	150 000	-

O número de colaboradores cedidos/recebidos das diversas empresas do grupo são os seguintes:

	31-12-2013	31-12-2012
Trabalhadores cedidos a empresas do grupo:		
Cares RH - Companhia de Assistência e Rep. Seguros, S.A.	2	2
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	3	3
Trabalhadores recebidos de empresas do grupo:		
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	1	2
Cares RH - Companhia de Assistência e Rep. Seguros, S.A.	3	3

O montante das rendas diz respeito ao arrendamento do edifício da sede da Cares Seguros à Fidelidade-Companhia de Seguros, S.A..

As transações com entidades relacionadas são efetuadas, por regra, com base nos valores de mercado nas respetivas datas.

26. Acréscimos e Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a rubrica de acréscimos e diferimentos do ativo apresenta a seguinte composição:

	31-12-2013	31-12-2012
(Valores em Euros)		
. Acréscimos de proveitos		
- Juros a receber de depósitos de resseguro aceite	34	38
. Custos diferidos		
- Seguros	142 628	19 038
- Rendas e alugueres	19 098	18 477
- Licenças de "software"	17 109	13 631
- Outros	8 653	9 903
Total custos diferidos	187 488	61 049
Total acréscimos e diferimentos ativos	187 522	61 087

Em 31 de dezembro de 2013 a rubrica de “Custos diferidos – Seguros” refere-se à contratação, para o exercício de 2014, de seguros para os colaboradores, tendo entretanto sido pagos ainda em 2013.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a rubrica de acréscimos e diferimentos do passivo apresenta a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	31-12-2013	31-12-2012
Férias e subsídio de férias (Nota 3. i))	393 511	400 974
Prémios a pagar a colaboradores	119 228	77 305
Outros	155 661	161 604
	668 400	639 883

27. Eventos Subsequentes

No quadro do processo de privatização em curso das empresas de seguros do Grupo Caixa Geral de Depósitos, a saber Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A., Cares – Companhia de Seguros, S.A., e Multicare - Seguros de Saúde, S.A., foram assinados, em 7 de fevereiro de 2014, os contratos tendentes à concretização da alienação de uma participação maioritária a favor do proponente Fosun International Limited, alienação esta que ficará concluída com a obtenção das decisões de não oposição a emitir pelas autoridades competentes, designadamente o Instituto de Seguros de Portugal.

04

INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros

em 31 de dezembro de 2013

Anexo 1
(Valores em Euros)

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço unitário	Valor de balanço total
1 - FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES							
1.1 - Títulos Nacionais							
1.1.1 - Partes de capital em filiais							
CARES RH	5,000			85.88	429,386	85.88	429,386
Sub-Total	5,000				429,386		429,386
1.1.2 - Partes de capital em associadas							
sub-total	0	0			0		0
1.1.3 - Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
sub-total							
1.1.4 - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
sub-total	0	0			0		0
1.1.5 - Títulos de dívida do Grupo CGD							
CGD, 3.625%, 21/07/2014, CORP, COV		400,000	87.00		348,000	102.54	410,151
CGD, 3.875%, 06/12/2016, CORP		600,000	80.16		480,936	103.77	622,628
CGD, 5.125%, 19/02/2014, CORP		3,100,000	97.29		3,016,135	104.54	3,240,645
CGD, 5.625%, 04/12/2015, CORP		400,000	104		417,920	105.79	423,168
sub-total	0	4,500,000			4,262,991		4,696,593
1.1.6 - Títulos de dívida de associadas							
sub-total							
sub-total	5,000	4,500,000			4,692,377		5,125,980
1.2 - Títulos estrangeiros							
1.2.1 - Partes de capital em filiais							
UNIVERSAL SEGUROS SA, AOA	1			89,661.16	89,662	89,661.16	89,662
sub-total	1				89,662		89,662
1.2.2 - Partes de capital em associadas							
sub-total	0	0	0.00		0		0
1.2.3 - Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
sub-total							
1.2.4 - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
sub-total							
1.2.5 - Títulos de dívida do Grupo CGD							
sub-total	0	0			0		0
1.2.6 - Títulos de dívida de associadas							
sub-total							
sub-total	1	0			89,662		89,662
total	5,001	4,500,000			4,782,039		5,215,642
2 - OUTROS							
2.1 - Títulos nacionais							
2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
2.1.1.1 - Ações							
sub-total	0	0			0		0

Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros

em 31 de dezembro de 2013

Anexo 1
(Valores em Euros)

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço unitário	Valor de balanço total
2.1.1.2 - Títulos de participação							
sub-total	0	0			0		0
2.1.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
LUSIMOVEST, FI	1,624			50.35	81,762	56.54	91,822
SAUDEINVEST (FI)	200			1,000.00	200,000	1,137.27	227,455
sub-total	1,824	0			281,762		319,277
2.1.1.4 - Outros							
sub-total	0	0			0		0
sub-total	1,824	0			281,762		319,277
2.1.2 - Títulos de dívida							
2.1.2.1 - De dívida pública							
PGB, 3.35%, 15/10/2015, GOVT		1,984,000	98		1,935,413	100.74	1,998,716
sub-total	0	1,984,000			1,935,413		1,998,716
2.1.2.2 - De outros emissores públicos							
sub-total							
2.1.2.3 - De outros emissores							
BES, 3.875%, 21/01/2015, CORP		500,000	100		501,250	104.77	523,850
BES, 4.75%, 15/01/2018, CORP		1,500,000	100		1,500,000	106.32	1,594,816
BES, 5.625%, 05/06/2014, CORP		1,000,000	102		1,022,500	104.50	1,045,009
sub-total	0	3,000,000			3,023,750		3,163,675
sub-total	0	4,984,000			4,959,163		5,162,391
total	1,824	4,984,000			5,240,925		5,481,668
2.2 - Títulos estrangeiros							
2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
2.2.1.1 - Ações							
sub-total	0	0			0		0
2.2.1.2 - Títulos de participação							
sub-total							
2.2.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
sub-total	0	0			0		0
2.2.1.4 - Outros							
sub-total	0	0			0		0
2.2.2 - Títulos de dívida							
2.2.2.1 - De dívida pública							
BGB, 4%, 28/03/2017, GOVT		676,000	97		658,851	113.18	765,107
BTPS, 4.25%, 01/02/2015, GOVT		485,000	101		492,033	105.21	510,276
DBR, 4%, 04/01/2037, GOVT		1,615,000	92		1,492,515	124.85	2,016,266
DBR, 4.75%, 04/07/2034, GOVT		300,000	104		312,114	134.21	402,622
FRTR, 3.25%, 25/04/2016, GOVT		242,000	103		248,703	108.83	263,359
FRTR, 4.25%, 25/10/2017, GOVT		1,089,000	100		1,093,980	113.58	1,236,833
FRTR, 4.25%, 25/10/2023, GOVT		777,000	96		747,426	116.52	905,361
FRTR, 5%, 25/10/2016, GOVT		175,000	114		198,916	113.49	198,604
NETHERLANDS, 4%, 15/07/2019, GOVT		555,000	105		582,206	116.24	645,116
NETHERLANDS, 4.5%, 15/07/2017, GOVT		180,000	109		196,025	115.18	207,321
RAGB, 3.5%, 15/09/2021, GOVT		308,000	92		282,759	112.59	346,765
SPGB, 3%, 30/04/2015, GOVT		650,000	97		631,475	104.26	677,682
sub-total	0	7,052,000			6,937,004		8,175,312

Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros

em 31 de dezembro de 2013

Anexo 1
(Valores em Euros)

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço unitário	Valor de balanço total
2.2.2.2 - De outros emissores públicos							
sub-total							
2.2.2.3 - De outros emissores							
ABBEEY NATIONAL, 3.625%, 08/09/2016, CORP		200,000	101		202,490	108.75	217,504
BANCA INTESA, FRN, 27/10/2015, CORP		300,000	85		255,933	97.97	293,904
BBVA SENIOR FIN, 3.25%, 21/03/2016, CORP		2,000,000	101		2,021,260	106.26	2,125,273
BCP FINANCE BANK, FRN, 21/12/2016, CORP, CALL)		100,000	100		100,265	79.34	79,337
BEI, 2.625%, 15/03/2018, CORP		195,000	102		197,925	108.98	212,501
BFCM, FRN, 10/02/2016, CORP		1,500,000	96		1,445,700	99.43	1,491,450
BFCM, FRN, 24/03/2014, CORP		250,000	96		241,173	100.03	250,071
BHP, 4.375%, 26/02/2014, CORP		50,000	98		49,002	104.23	52,115
BMW FINANCE, 4%, 17/09/2014, CORP		700,000	103		719,880	103.58	725,072
BMW FINANCE, 4.25%, 22/01/2014, CORP		258,000	98		253,116	104.16	268,735
BPU BANCA, FRN, 30/10/2018, CORP, CALL)		100,000	100		100,487	93.34	93,342
CELF 2007-1X B, FRN, 03/05/2023, MTGE		100,000	101		100,517	88.06	88,062
CITIGROUP, 4.75%, 31/05/2017, CORP, CALL)		150,000	100		149,637	97.36	146,034
CITIGROUP, FRN, 05/03/2014, CORP		450,000	98		439,934	100.02	450,083
COMMERZBANK, 4.125%, 13/09/2016, CORP, CALL)		200,000	99		197,752	94.80	189,597
CREDIT AGRICOLE, 3.875%, 12/01/2021, CORP		600,000	98		589,188	116.85	701,122
DAIMLER, 6.125%, 08/09/2015, CORP		100,000	99		99,495	110.91	110,914
DNBK, FRN, 16/01/2014, CORP		1,000,000	99		993,872	100.08	1,000,773
DNBNOR, 2.75%, 20/04/2015, CORP		1,525,000	102		1,556,110	104.92	1,600,018
E.ON, 5.25%, 08/09/2015, CORP		50,000	100		49,863	109.13	54,566
EDP FINANCE, 3.25%, 16/03/2015, CORP		500,000	99		497,460	104.06	520,316
EDP FINANCE, 3.75%, 22/06/2015, CORP		490,000	99		484,023	104.55	512,303
EDP FINANCE, 5.875%, 01/02/2016, CORP		1,000,000	107		1,070,700	112.45	1,124,529
ENEL, 5.25%, 20/06/2017, CORP		150,000	100		150,333	113.78	170,677
ENEL, FRN, 14/01/2015, CORP		250,000	100		248,750	100.62	251,554
ENEL, FRN, 20/06/2014, CORP		1,150,000	99		1,134,972	99.89	1,148,783
ENI, FRN, 29/06/2015, CORP		1,300,000	101		1,311,084	100.84	1,310,927
ERSTE BANK, FRN, 06/02/2014, CORP		1,500,000	98		1,471,800	100.05	1,500,762
EUROC VII-X A, FRN, 17/04/2023, MTGE		79,210	100		79,275	98.02	77,638
FORTIS BANK, 4.25%, 23/03/2021, CORP, CALL)		150,000	96		144,451	107.69	161,540
GAZPROM, 5.364%, 31/10/2014, CORP		50,000	99		49,597	104.17	52,087
GE CAPITAL FNDNG, 5.375%, 16/01/2018, CORP		50,000	101		50,307	119.68	59,839
GE CAPITAL FNDNG, FRN, 03/04/2014, CORP		400,000	99		394,640	100.11	400,421
GE CAPITAL FNDNG, FRN, 22/02/2016, CORP		550,000	99		544,187	99.53	547,398
GE CAPITAL FNDNG, FRN, 28/07/2014, CORP		650,000	99		640,855	100.13	650,836
GRAN MORTGAGES 2004-3 2A2, FRN, 20/09/2044, MTGE		3,831	105		4,017	99.17	3,799
HARBM 9X B, FRN, 08/05/2023, MTGE		100,000	101		101,441	89.13	89,129
HBOS, FRN, 01/09/2016, CORP, CALL)		50,000	101		50,637	96.88	48,439
ING BANK, 4.625%, 15/03/2019, CORP , CALL)		280,000	99		278,120	103.45	289,669
ING BANK, 5.25%, 06/05/2018, CORP		170,000	114		194,123	120.24	204,410
ING BANK, FRN, 18/03/2016, CORP, CALL)		200,000	100		200,256	98.41	196,820
ING GROEP, FRN, 11/04/2016, CORP		360,000	97		350,297	99.40	357,841
INTESA SANPAOLO, 3.25%, 28/04/2017, CORP		520,000	105		547,178	107.74	560,270
JOHNSON & JOHNSON, 4.75%, 06/11/2019, CORP		50,000	99		49,735	118.58	59,289
JPM, FRN, 02/03/2015, CORP		200,000	96		192,052	100.06	200,118
JPM, FRN, 30/01/2014, CORP		450,000	99		445,410	100.07	450,307
LANDSBANKI ISLAND, FRN, 18/05/2012, CORP, INCUMP)		50,000	100		49,925	4.50	2,250
LINDE FINANCE, 6.75%, 08/12/2015, CORP		1,500,000	115		1,724,280	112.02	1,680,245
MALIN 2007-1X D, FRN, 07/05/2023, MTGE		100,000	100		100,268	81.74	81,737

Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros

em 31 de dezembro de 2013

Anexo 1
(Valores em Euros)

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço unitário	Valor de balanço total
MERRIL LYNCH, FRN, 31/01/2014, CORP		150,000	100		149,378	100.09	150,130
NAB, FRN, 07/04/2014, CORP		250,000	98		246,073	100.30	250,737
NATIXIS, FRN, 14/05/2019, CORP, CALL)		250,000	99		246,277	103.59	258,970
OHECP 2007-1X B, FRN, 15/08/2023, MTGE		100,000	100		100,126	101.23	101,233
OHECP 2007-1X C1, FRN, 15/08/2023, MTGE		100,000	99		99,392	95.38	95,380
PORTUGAL TELECOM INT FIN, 5.625%, 08/02/2016, CORP		1,000,000	106		1,062,000	111.65	1,116,520
PROCTER & GAMBLE, 4.5%, 12/05/2014, CORP		50,000	99		49,333	104.29	52,142
RABOBANK, FRN, 19/05/2014, CORP		700,000	100		698,640	100.16	701,101
RHIPO 8 B, FRN, 19/01/2044, MTGE		200,000	101		201,506	35.12	70,247
SANPAOLO IMI, FRN, 20/02/2018, CORP		50,000	100		50,055	92.40	46,201
SANTANDER ISSUAN, 4.5%, 30/09/2019, CORP, CALL)		200,000	98		196,366	95.65	191,306
SHELL INT FIN, 4.625%, 22/05/2017, CORP		50,000	98		49,204	114.79	57,396
SKANDINAV ENSKIL, 4%, 31/03/2014, CORP		150,000	104		155,669	103.86	155,784
TELEFONICA, FRN, 02/06/2015, CORP		250,000	102		255,350	101.43	253,584
TOTAL CAPITAL, 4.875%, 28/01/2019, CORP		600,000	108		649,440	120.06	720,384
UNLEVERAGED EUROPEAN ABS 12 (131), FRN, 24/10/2018, CORP		293,331	90		265,328	96.41	282,789
VERBUND, 4.75%, 17/04/2015, CORP		1,400,000	106		1,477,784	108.41	1,517,761
VODAFONE GROUP, FRN, 06/06/2014, CORP		600,000	99		592,980	100.15	600,899
VOLKSWAGEN, FRN, 19/05/2014, CORP		400,000	100		401,124	100.23	400,901
sub-total	0	28,924,372			29,269,797		29,887,874
sub-total		35,976,372			36,206,801		38,063,186
total	0	35,976,372			36,206,801		38,063,186
2.4 - Derivados de cobertura							
sub-total	0	0			0		0
3 - TOTAL GERAL	6,825	45,460,372			46,229,765		48,760,496

05

RELATÓRIO
SOBRE O GOVERNO
DA SOCIEDADE

Avaliação do grau de cumprimento das Práticas de Bom Governo a que a Sociedade se encontra obrigada de acordo com o Decreto-Lei 133/2013, de 3 de outubro.

		Avaliação Cumpre	Referência no relatório
1	OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS EMPRESAS DO SETOR PÚBLICO EMPRESARIAL		
1.1	Objetivos		
1.1.1	Cumprimento da missão e objetivos que lhes tenham sido fixados.	X	1.1 e 1.2
1.1.2	Elaborar planos de atividade e orçamentos adequados aos recursos e fontes de financiamento disponíveis.	X	1.2
1.2	Transparência		
1.2.1	Divulgação da informação anual, sobre o modo como foi prosseguida a missão, do grau de cumprimento dos objetivos da forma como foi cumprida a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos de prestação do serviço público, e em que medida foi salvaguardada a sua competitividade, designadamente pela via da investigação, do desenvolvimento, da inovação e da integração de novas tecnologias no processo produtivo.	X	1.2
1.2.2	Submeter a informação financeira anual a uma auditoria externa, a realizar por auditor registado na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.	X	5.4
1.3	Prevenção da corrupção		
1.3.1	Cumprimento da legislação e a regulamentação em vigor relativas à prevenção da corrupção.	X	2.2.6
1.4	Padrões de ética e conduta		
1.4.1	Adotar ou aderir a um código de ética que contemple exigentes comportamentos éticos e deontológicos, procedendo à sua divulgação por todos os seus colaboradores, clientes, fornecedores e pelo público em geral.	X	2.1.1
1.4.2	Tratar com equidade todos os seus clientes e fornecedores e demais titulares de interesses legítimos, designadamente colaboradores da empresa, outros credores que não fornecedores ou, de um modo geral, qualquer entidade que estabeleça alguma relação jurídica com a empresa.	X	2.1.2
1.5	Responsabilidade social		
1.5.1	Prosseguir com os objetivos de responsabilidade social e ambiental, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional, a promoção da igualdade e da não discriminação, a proteção do ambiente e o respeito por princípios de legalidade e ética empresarial.	X	8 e 2.2
1.6	Política de recursos humanos e promoção da igualdade		
1.6.1	Implementar políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo do aumento da produtividade, tratando com respeito e integridade os seus trabalhadores e contribuindo ativamente para a sua valorização profissional.	X	2.3
1.6.2	Adotar planos de igualdade tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar discriminações e a permitir a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional.	X	2.3.1

(continuação)

		Avaliação Cumpr	Referência no relatório
2	PREVENÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSE		
2.1	Independência		
2.1.1	Os membros do Órgão de Administração devem abster-se de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas.	X	5.7
2.2	Participações patrimoniais		
2.2.1	Os membros do Órgão de Administração, devem declarar no início de cada mandato, ao Órgão de Administração e ao Órgão de Fiscalização, bem como à IGF, quaisquer participações patrimoniais que detenham na empresa, assim como quaisquer relações que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse.	X	5.6
2.2.2	Os membros do órgão de administração devem cumprir com os deveres de informação, sobre participações patrimoniais, nos termos do disposto, designadamente, no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março.	X	5.6
3	DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO		
3.1.	No Site Institucional		
3.1.1	Enquanto empresas públicas que atuam em regime de livre concorrência no mercado, devem divulgar: <ul style="list-style-type: none"> • A composição da sua estrutura acionista; • A identificação das participações sociais que detêm; • A aquisição e alienação de participações sociais, bem como a participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional; • O grau de execução dos objetivos fixados, a justificação dos desvios verificados e as medidas de correção aplicadas ou a aplicar; • Os documentos anuais de prestação de contas; • Os relatórios trimestrais de execução orçamental, acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização; • A identidade e os elementos curriculares de todos os membros dos seus órgãos sociais, designadamente do órgão de administração, bem como as respetivas remunerações e outros benefícios, em respeito do estabelecido na Lei n.º 67/98, de 26 de outubro; • A informação anual, sobre o modo como foi prosseguida a missão, do grau de cumprimento dos objetivos da forma como foi cumprida a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos de prestação do serviço público, e em que medida foi salvaguardada a sua competitividade, designadamente pela via da investigação, do desenvolvimento, da inovação e da integração de novas tecnologias no processo produtivo; • A informação financeira anual resultante da auditoria externa, realizada por um auditor registado na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários; • Relatório sobre a prevenção da corrupção identificativo das ocorrências, ou risco de ocorrências; • Adoção de um código de ética. 	X	7.2
4	Relatórios de boas práticas de governo societário		
4.1	Apresentar anualmente relatório de boas práticas de governo societário, contendo informação atual e completa sobre todas as matérias relativas às práticas de governo societário, reguladas pelo DL 133/2013.	X	7.2

1. Missão, Objetivos e Políticas da Empresa

1.1. Missão

A Companhia tem como Missão consolidar a sua posição no setor segurador, através quer da oferta de produtos e da prestação de serviços de qualidade, quer do contributo para a criação de valor em conjunto com todas as entidades que se relacionam com a empresa.

1.2. Objetivos Estratégicos

A Companhia, para além das orientações estratégicas e setoriais definidas para a globalidade do Setor Empresarial do Estado, através do Decreto-Lei 133/2013, de 3 de outubro, está sujeita a orientações de gestão específicas definidas pelo acionista.

Essas orientações consubstanciam-se nos seguintes três grandes objetivos estratégicos, que funcionam como linhas de orientação de longo prazo e de suporte à atuação da empresa: criação de valor para o Acionista; melhoria da oferta e da qualidade de serviço aos Clientes; valorização e motivação dos Colaboradores.

A Companhia desenvolve, anualmente, um processo de planeamento, consubstanciado na elaboração do Plano de Atividades e Orçamento, sendo igualmente estabelecidos os objetivos que decorrem da Missão e do Quadro de referência estratégico em vigor.

O acompanhamento da execução do Plano de Atividades e Orçamento é realizado a partir de um sistema de informação de gestão.

Anualmente é apresentada, no Relatório e Contas, uma avaliação da atividade desenvolvida.

2. Princípios Gerais de Atuação

2.1. Regulamentos Internos e Externos a que a Empresa está Sujeita

A Companhia está sujeita a todas as normas legais relativas às sociedades anónimas, designadamente ao Código das Sociedades Comerciais, e às decorrentes do seu estatuto de empresa de capitais públicos, cujo regime jurídico consta do DL nº 133/2013, de 3 de outubro.

A Companhia está também sujeita a normas aplicáveis em matéria de acesso e exercício da atividade seguradora.

A Companhia dispõe de um Sistema de Normas Interno (SNI), publicado na intranet ou divulgado internamente através dos meios de comunicação institucionais, às quais todos os colaboradores se encontram sujeitos, o qual abrange os aspetos mais relevantes do respetivo funcionamento e do exercício da atividade. O SNI estabelece as regras e competências relativas à produção, gestão, meios de suporte, divulgação e acesso a normas, nomeadamente sobre a estrutura orgânica, as características de produtos e serviços e os procedimentos ou informações relevantes.

2.1.1. Código de Conduta

A Companhia dispõe de um Código de Conduta, que contempla e sistematiza os princípios gerais e as regras de conduta aplicáveis a todos os colaboradores, publicado na intranet ou divulgado internamente através dos meios de comunicação institucionais, Código de Conduta este que se encontra igualmente publicado no sítio da internet da Companhia.

2.1.2. Tratamento equitativo dos titulares de interesses legítimos

A Sociedade trata com equidade os seus clientes, fornecedores e demais titulares de interesses legítimos, designadamente colaboradores, outros credores que não fornecedores e, de um modo geral, qualquer entidade que com ela estabeleça relação.

2.2. Cumprimento de Legislação e Regulamentação

Toda a atividade da Companhia é norteadada pelo cumprimento rigoroso das normas legais, regulamentares, éticas, deontológicas e de boas práticas, existindo um sistema de controlo interno para monitorizar esse cumprimento.

Neste contexto, a Companhia adota um comportamento eticamente correto na aplicação de normas de natureza fiscal, de branqueamento de capitais, de concorrência, de proteção do consumidor, de natureza ambiental, de índole laboral e ainda das normas relativas à prevenção da corrupção.

2.2.1. Aplicação de normas de natureza fiscal

No que se reporta ao cumprimento da legislação e regulamentação em matéria fiscal, a Companhia dispõe dos competentes serviços destinados ao cumprimento das obrigações fiscais e à interpretação das normas aplicáveis, quer as relativas à empresa, quer as relativas aos seus produtos.

2.2.2. Aplicação de normas de branqueamento de capitais

No que concerne à prevenção de branqueamento de capitais e combate ao financiamento do terrorismo, a atividade da Companhia é norteada pelo cumprimento rigoroso da legislação e regulamentação, embora a sua atividade não esteja exposta a este tipo de ameaça. Assim, os colaboradores da empresa encontram-se obrigados ao cumprimento escrupuloso dos deveres consagrados no ordenamento jurídico vigente, designadamente o dever de diligência relativo ao conhecimento das relações de negócio levadas a cabo pelos respetivos clientes, o de conservação dos documentos e o de comunicação tempestiva das operações potencialmente suspeitas de configurar branqueamento de capitais ou financiamento do terrorismo.

2.2.3. Normas de concorrência e de proteção do consumidor

Tem sido preocupação da Companhia assegurar uma total transparência das práticas comerciais, procurando reduzir a complexidade dos produtos, melhorando os seus conteúdos informativos e não se envolvendo em metodologias de venda agressivas, que possam comprometer uma sã e menos leal concorrência.

Assim, a Companhia tem vindo a implementar um circuito para o lançamento e comercialização de produtos que tem em consideração o enquadramento legislativo e regulamentar aplicável, nomeadamente as normas de concorrência e de proteção do consumidor.

2.2.4. Aplicação de normas de natureza ambiental

A Companhia está comprometida com a preservação do ambiente, traduzida não só no cumprimento das normas de natureza ambiental, mas também na promoção de comportamentos ambientalmente adequados.

2.2.5. Aplicação de normas de índole laboral

A Companhia pauta as suas relações laborais por critérios de rigor e elevados padrões éticos, procurando, sempre, evitar o conflito, através do diálogo esclarecedor e construtivo com os seus colaboradores.

2.2.6. Aplicação de normas relativas à prevenção da corrupção

A sociedade cumpre escrupulosamente as regras relativas à prevenção da corrupção.

2.3. Implementação de Políticas de Recursos Humanos

A política de recursos humanos da Companhia é norteada por um conjunto de pilares que assentam nos seguintes princípios:

- Humanização das relações e das condições de trabalho;
- Não discriminação traduzida numa gestão com princípios de igualdade, sem ignorar a diversidade;
- Respeito pela dignidade e promoção da Pessoa;
- Adoção de políticas integradas que articulam medidas de prevenção, educação, formação, emprego, conciliação do trabalho e da família e igualdade de oportunidades;
- Implementação de políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo e para o fortalecimento da motivação e para o estímulo do aumento da produtividade;
- Aplicação de políticas de recursos humanos orientadas para o tratamento com respeito e integridade dos seus trabalhadores e que contribuam ativamente para a sua valorização profissional.

2.3.1. Igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres

A distribuição do efetivo na Companhia apresenta uma distribuição equitativa por sexos, comum às funções administrativas, técnicas e específicas.

O processo de recrutamento e seleção respeita integralmente o princípio da igualdade de oportunidades, sendo a seleção feita de acordo com o currículo e o perfil de competências de cada candidato. Assim, a Companhia não exerce qualquer discriminação no recrutamento com base no género, etnia ou nacionalidade.

Por outro lado, a Companhia, no âmbito das boas práticas seguidas na sua política de recursos humanos e da promoção da valorização da Pessoa, enquanto tal, entende também que deve ser dada igualdade de tratamento e de oportunidades a pessoas portadoras de deficiência.

2.3.2. Conciliação da vida pessoal, familiar e profissional

A Companhia tem procurado implementar um conjunto de medidas de apoio à conciliação do trabalho e da família, destacando-se as seguintes:

- Adequação e flexibilidade de horários e condições de trabalho;
- Mobilidade interna;
- Adequação de cada colocação às condições físicas e psicológicas dos trabalhadores, equipando os postos de trabalho de acordo com as necessidades específicas apresentadas.

2.3.3. Valorização profissional dos trabalhadores

A Companhia promove a formação dos seus colaboradores, como forma de valorização profissional dos mesmos, sendo estes incentivados à formação permanente e contínua ao longo da sua vida profissional.

3. Transações Relevantes com Entidades Relacionadas

São entidades relacionadas todas as empresas controladas pela Caixa Seguros e Saúde e outras entidades controladas pelo Grupo Caixa Geral de Depósitos.

Das transações com empresas relacionadas, destaca-se como sendo mais relevante a aquisição de serviços específicos associados à atividade seguradora.

Ver Nota 25 do anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013.

4. Outras Transações

4.1. Procedimentos em Matéria de Aquisição de Bens e Serviços

A Companhia dispõe de procedimentos transparentes relativos à aquisição de bens e serviços, pautados pela adoção de critérios de adjudicação orientados por princípios de economia e eficácia.

Os procedimentos adotados são os seguintes:

- Consultas ao mercado – em regra, são consultados três fornecedores por aquisição;
- Seleção de fornecedores – com base na análise comparativa das propostas apresentadas;
- Autorização de despesas – de acordo com as competências delegadas e regras internamente definidas;
- Contratos com fornecedores de bens/prestadores de serviços – formalização dos contratos estabelecidos.

4.2. Transações que Não Tenham Ocorrido em Condições de Mercado

Não se verificaram na Companhia transações fora das condições de mercado.

4.3. Lista de Fornecedores que Representam mais de 5% dos Fornecimentos e Serviços Externos em Base Individual se a Percentagem Ultrapassar 1M€

Não existem na Companhia fornecedores nestas condições.

4.4. Cumprimento das Orientações Relativas às normas de Contratação Pública

O Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, não é aplicável à Sociedade, nem às Sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.

No entanto, a Sociedade dispõe de procedimentos transparentes relativos à aquisição de bens e serviços, pautados pela adoção de critérios de adjudicação orientados por princípios de economia e eficácia.

Os procedimentos adotados são os seguintes:

- Consultas ao mercado – em regra, são consultados três fornecedores por aquisição;
- Seleção de fornecedores – com base na análise comparativa das propostas apresentadas;
- Autorização de despesas – de acordo com as competências delegadas e regras internamente definidas;
- Contratos com fornecedores de bens/prestadores de serviços – formalização dos contratos estabelecidos.

4.5. Implementação de Medidas de Racionalização de Política de Aprovisionamento

A Sociedade, embora não tenha aderido ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP), promoveu a racionalização de políticas de aprovisionamento de bens e serviços.

5. Modelo de Governo

O modelo de governo da Companhia que assegura a efetiva segregação de funções de administração e fiscalização, assenta, de acordo com os Estatutos da Companhia, nos seguintes órgãos sociais:

- A Assembleia Geral;
- O Conselho de Administração;
- O Conselho Fiscal;
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Os membros dos órgãos sociais da Companhia são eleitos por um período de três anos, podendo ser reeleitos.

5.1. Assembleia Geral

A Mesa da Assembleia-geral, cujo mandato em curso corresponde ao triénio 2011-2013, tinha em 31 de dezembro de 2013 a seguinte composição:

Presidente: Maria Isabel Toucedo Lage
Secretário: Salomão Jorge Barbosa Ribeiro

A Assembleia Geral delibera sobre as matérias que lhe são atribuídas por lei e pelos Estatutos da Companhia.

5.2. Conselho de Administração

O Conselho de Administração, cujo mandato em curso corresponde ao período 2011-2013 tinha, em 31 de dezembro de 2013, a seguinte composição:

Presidente: "CAIXA SEGUROS E SAÚDE, S.G.P.S., S.A.", que nomeou para exercer o cargo em nome próprio Francisco Xavier da Conceição Cordeiro.
Vogais: Ana Rita Martins Sambado de Macedo
Luis Filipe Mateus Alves

As competências do Conselho de Administração decorrem da lei e dos Estatutos da Companhia.

5.3. Órgãos de Fiscalização

A fiscalização da Companhia compete a um Conselho Fiscal e a uma sociedade de Revisores Oficiais de Contas, com as competências previstas na lei e cujo mandato em curso corresponde ao período 2011-2013.

5.3.1. Conselho Fiscal

Em 31 de dezembro de 2013, o Conselho Fiscal tinha a seguinte composição:

Presidente: Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias
Vogais: João Filipe Gonçalves Pinto
Luis Máximo dos Santos
Suplente: João Manuel Gonçalves Correia das Neves Martins

5.3.2. Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas designada é a Deloitte & Associados, SROC, S.A., representada por João Carlos Henriques Gomes Ferreira.

5.4. Auditor Externo

A auditoria anual às contas da Companhia é efetuada por entidade independente externa, a Deloitte & Associados, SROC, S.A., que tem como interlocutores privilegiados o Conselho de Administração e o responsável pela Área de Contabilidade, Financeira e Administrativa.

5.5. Sistema de Controlo

A gestão dos sistemas de gestão de riscos e controlo interno é assegurada pelos seguintes órgãos: Direção de Gestão de Risco, Direção de Auditoria, Direção de Coordenação de Assuntos Institucionais e Compliance, Comité de Risco, Comité de Gestão de Ativos e Passivos e Comité de Aceitação e Acompanhamento da Política de Subscrição.

Aos restantes Órgãos de Estrutura da Companhia, cabe assegurar a existência e atualização da documentação relativa aos seus processos de negócio, respetivos riscos e atividades de controlo, competindo-lhes também o papel de dinamizador no processo de gestão de riscos e de controlo interno; A Companhia tem vindo a desenvolver um sistema global de gestão de riscos, de forma a responder aos requisitos relacionados com Solvência II e em particular da Norma Regulamentar n.º 14/2005-R, de 29 de novembro.

Neste sentido, a Companhia prosseguiu o desenvolvimento de um conjunto de atividades relacionadas, quer com a definição de políticas de risco e modelo de governação, quer com a implementação de processos de medição do risco e sua utilização nos processos de gestão.

No âmbito da gestão do risco operacional e do controlo interno, a Companhia procedeu à documentação e caracterização das atividades de controlo existentes, associando-as aos riscos previamente identificados nos processos de negócio. Foram também estabelecidos procedimentos de registo descentralizado dos eventos e das conseqüentes perdas, resultantes dos riscos associados aos processos de negócio, assim como de auto-avaliações dos riscos e das atividades de controlo.

Estão, assim, criadas as condições para uma ampla integração destes sistemas no modelo de negócio e para a criação de um processo de introdução de melhoria contínuas nos mesmos.

5.6. Prevenção de Conflitos de Interesses

Os membros do Conselho de Administração têm pleno conhecimento das normas relativas à abstenção de participar na discussão e deliberação de assuntos que envolvam os seus interesses e respeitam escrupulosamente essas mesmas normas.

Não existem incompatibilidades, decorrentes do Estatuto do Gestor Público ou de quaisquer outras normas, entre o exercício dos cargos de administração na Companhia e os demais cargos desempenhados pelos membros do Conselho de Administração.

Os membros do Conselho de Administração cumprem com as obrigações declarativas consagradas quer no regime jurídico do setor público empresarial, quer no estatuto do gestor público.

6. Remunerações dos Membros dos Órgãos Sociais e dos Colaboradores

Órgãos Sociais

A Comissão de Remunerações de que é membro a Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A., representada, por Eugénio Manuel dos Santos Ramos e Salomão Jorge Barbosa Ribeiro, submeteu à Assembleia Geral de 5 de abril de 2013, em cumprimento do estabelecido no artigo 2º da Lei 28/2009, de 19 de junho, uma declaração sobre a política de remuneração dos membros dos respetivos órgãos de administração e de fiscalização que foi aprovada pelo acionista único.

De acordo com a referida declaração, a política de remuneração assenta nos seguintes princípios:

- A remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade é fixada tendo como referência os princípios orientadores da política de remunerações dos membros dos órgãos sociais das empresas do Grupo Caixa Geral de Depósitos, aprovados pelo Conselho de Administração da sociedade-mãe do Grupo.
- Neste contexto, a remuneração fixa dos membros com funções executivas do Conselho de Administração tem como referência uma grelha salarial aplicável aos administradores executivos das empresas do Grupo Caixa Geral de Depósitos, a qual é construída atendendo à dimensão, à complexidade de gestão e às condições concorrenciais do mercado de emprego do setor de atividade onde cada uma das empresas do Grupo está inserida.

- A componente fixa foi reduzida em 5%, por aplicação, desde 1 de junho de 2010, do artigo 12º e 20º, nº 4, da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho.
- A partir de 1 de janeiro de 2011 foi aplicada uma nova redução remuneratória de 10%, por força do artigo 19º nº 1 alínea c) da Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro.
- A remuneração variável dos administradores da sociedade com funções executivas é atribuída individualizada e anualmente, em função da avaliação do desempenho do exercício em causa, não excedendo 50% da remuneração fixa anual.
- De acordo com o artigo 37º da Lei nº 66-B/2012, que aprova o Orçamento do Estado para 2013, mantém-se a regra de que, durante o período de execução do PAEF (Programa de Assistência Económica e Financeira), não haverá remunerações variáveis.
- Na linha do que já ocorreu em anos anteriores de execução do PAEF, é suspenso, em 2013, o pagamento do Subsídio de Férias, em conformidade com o disposto no artigo 29º da referida Lei nº 66-B/2012.
- Os membros do Conselho de Administração sem funções executivas não têm qualquer remuneração, fixa ou variável.
- No ano de 2013, a Comissão de Remunerações aplicará à Sociedade as regras que forem definidas para as empresas do Grupo Caixa Geral de Depósitos, tendo em consideração as alterações ao Estatuto do Gestor Público, aprovadas pelo Decreto-Lei 8/2012, de 18 de janeiro e pela Resolução do Conselho de Ministros nº 16/2012, de 14 de fevereiro.
- Os membros do Conselho Fiscal apenas auferem remuneração fixa, limitada a 15% da remuneração fixa dos administradores executivos com cargo correspondente.

A política de remuneração supra definida foi aplicada no exercício de 2013, com exceção da suspensão do pagamento do Subsídio de Férias que, em virtude da decisão do Tribunal Constitucional que declarou inconstitucional o Artigo 29º no Orçamento de Estado para 2013, veio a ser pago.

A informação sobre o montante anual da remuneração auferida pelos membros dos órgãos sociais é a que consta do Anexo ao Relatório do Governo da Sociedade.

Colaboradores abrangidos pela Norma Regulamentar n.º 5/2010-R, de 1 de abril, do Instituto de Seguros de Portugal (ISP)

A política de remuneração dos colaboradores é aprovada pelo Conselho de Administração.

O modelo salarial é único para toda a organização, procurando-se para cada função estabelecer princípios que conduzam a uma prática de equidade interna.

A remuneração tem uma componente fixa e uma componente variável.

A remuneração variável é atribuída, individualizada e anualmente, em função da avaliação do desempenho do exercício a que se reporta, estando limitada em conformidade com o respetivo regulamento anual.

A remuneração variável é atribuída considerando os seguintes fatores: o desempenho da unidade orgânica em que o colaborador se insere e o desempenho individual.

A avaliação de desempenho individual é feita com base no Modelo de Avaliação de Desempenho que tem duas vertentes: a das competências, comportamentais e específicas da função e a dos objetivos quantitativos.

Na avaliação de desempenho dos colaboradores abrangidos pela Norma Regulamentar n.º 5/2010-R, de 1 de abril do ISP, a componente associada às competências têm maior peso que a componente associada aos objetivos quantitativos.

Avaliação do grau de cumprimento das recomendações contidas na Circular n.º 6/2010, de 1 de abril, do Instituto de Seguros de Portugal

Em face do exposto, é possível fazer a seguinte avaliação sobre o grau de cumprimento das recomendações contidas na Circular n.º 6/2010, de 1 de abril, do Instituto de Seguros de Portugal, em matéria de política de remuneração:

Item	Recomendação	Grau de cumprimento	Observações
I. Princípios Gerais	I.1. As instituições devem adotar uma política de remuneração consistente com uma gestão e controlo de riscos eficaz que evite uma excessiva exposição ao risco, que evite potenciais conflitos de interesses e que seja coerente com os objetivos, valores e interesses a longo prazo da instituição, designadamente com as perspetivas de crescimento e rentabilidade sustentáveis e a proteção dos interesses dos tomadores de seguros, segurados, participantes, beneficiários e contribuintes.	Cumprida	
	I.2. A política de remuneração deve ser adequada à dimensão, natureza e complexidade da atividade desenvolvida ou a desenvolver pela instituição e, em especial, no que se refere aos riscos assumidos ou a assumir.	Cumprida	
	I.3. As instituições devem adotar uma estrutura clara, transparente e adequada relativamente à definição, implementação e monitorização da política de remuneração, que identifique, de forma objetiva, os colaboradores envolvidos em cada processo, bem como as respetivas responsabilidades e competências.	Cumprida	
II. Aprovação da política de remuneração	II.1. Sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, no que se refere à remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, a política de remuneração deve ser aprovada por uma comissão de remuneração ou, no caso de a sua existência não ser exequível ou apropriada face à dimensão, natureza e complexidade da instituição em causa, pela assembleia geral ou pelo conselho geral e de supervisão, consoante aplicável.	Cumprida	
	II.2. No que se refere à remuneração dos restantes colaboradores abrangidos pela Circular, a política de remuneração deve ser aprovada pelo órgão de administração.	Cumprida	
	II.3. Na definição da política de remuneração devem participar pessoas com independência funcional e capacidade técnica adequada, incluindo pessoas que integrem as unidades de estrutura responsáveis pelas funções-chave e, sempre que necessário, de recursos humanos, assim como peritos externos, de forma a evitar conflitos de interesses e a permitir a formação de um juízo de valor independente sobre a adequação da política de remuneração, incluindo os seus efeitos sobre a gestão de riscos e de capital da instituição.	Cumprida	
	II.4. A política de remuneração deve ser transparente e acessível a todos os colaboradores da Instituição. A política de remuneração deve ainda ser objeto de revisão periódica e estar formalizada em documento(s) autónomo(s), devidamente atualizado(s), com indicação da data das alterações introduzidas e respetiva justificação, devendo ser mantido um arquivo das versões anteriores.	Cumprida	
	II.5. O processo de avaliação, incluindo os critérios utilizados para determinar a remuneração variável, deve ser comunicado aos colaboradores, previamente ao período de tempo abrangido pelo processo de avaliação.	Cumprida	
III. Comissão de remuneração	III.1. A comissão de remuneração, caso exista, deve efetuar uma revisão, com uma periodicidade mínima anual, da política de remuneração da Instituição e da sua implementação, em particular, no que se refere à remuneração dos membros executivos do órgão de administração, incluindo a respetiva remuneração com base em ações ou opções, de forma a permitir a formulação de um juízo de valor fundamentado e independente sobre a adequação da política de remuneração, à luz das recomendações da presente Circular, em especial sobre o respetivo efeito na gestão de riscos e de capital da Instituição.	Cumprida	

(continuação)

Item	Recomendação	Grau de cumprimento	Observações
IV. Remuneração dos membros do órgão de administração Membros executivos	III.2. Os membros da comissão de remuneração devem ser independentes relativamente aos membros do órgão de administração e cumprir com requisitos de idoneidade e qualificação profissional adequados ao exercício das suas funções, em particular possuir conhecimentos e/ou experiência profissional em matéria de política de remuneração.	Cumprida	
	III.3. No caso de a comissão de remuneração recorrer, no exercício das suas funções, à prestação de serviços externos em matéria de remunerações, não deve contratar pessoa singular ou coletiva que preste ou tenha prestado, nos três anos anteriores, serviços a qualquer estrutura na dependência do órgão de administração, ao próprio órgão de administração ou que tenha relação atual com consultora da Instituição, sendo esta recomendação igualmente aplicável a qualquer pessoa singular ou coletiva que com aqueles se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviços.	Não aplicável	Não há recurso a prestação de serviços externos em matéria de remunerações.
	III.4. A comissão de remuneração deve informar anualmente os acionistas sobre o exercício das suas funções e deve estar presente nas assembleias gerais em que a política de remuneração conste da ordem de trabalhos.	Cumprida	
	III.5. A comissão de remuneração deve reunir-se com uma periodicidade mínima anual, devendo elaborar atas de todas as reuniões que realize.	Cumprida	
	IV.1. A remuneração dos administradores que exerçam funções executivas deve integrar uma componente variável, cuja determinação dependa de uma avaliação do desempenho, realizada pelos órgãos competentes da Instituição, de acordo com critérios mensuráveis predeterminados, incluindo critérios não financeiros, que considere, para além do desempenho individual, o real crescimento da Instituição e a riqueza efetivamente criada para os acionistas, a proteção dos interesses dos tomadores de seguros, segurados, participantes, beneficiários e contribuintes, a sua sustentabilidade a longo prazo e os riscos assumidos, bem como o cumprimento das regras aplicáveis à atividade da Instituição.	Não aplicável	Não houve lugar a atribuição de qualquer remuneração variável por força do estabelecido no Despacho nº 5.696-A/2010 do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, publicado na 2ª Série do Diário da República, de 29 de março, e bem assim no artigo 37º da Lei 66-B/2012, de 31 de dezembro.
	IV.2. As componentes fixa e variável da remuneração total devem estar adequadamente equilibradas. A componente fixa deve representar uma proporção suficientemente elevada da remuneração total, a fim de permitir a aplicação de uma política plenamente flexível sobre a componente variável da remuneração, incluindo a possibilidade de não pagamento de qualquer componente variável da remuneração. A componente variável deve estar sujeita a um limite máximo.	Não aplicável	Não houve lugar a atribuição de qualquer remuneração variável por força do estabelecido no Despacho nº 5.696-A/2010 do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, publicado na 2ª Série do Diário da República, de 29 de março, e bem assim no artigo 37º da Lei 66-B/2012, de 31 de dezembro.
	IV.3. Uma parte substancial da componente variável da remuneração deve ser paga em instrumentos financeiros emitidos pela Instituição e cuja valorização dependa do desempenho de médio e longo prazo da Instituição. Esses instrumentos financeiros devem estar sujeitos a uma política de retenção adequada destinada a alinhar os incentivos pelos interesses a longo prazo da Instituição e ser, quando não cotados em bolsa, avaliados, para o efeito, pelo seu justo valor.	Não aplicável	Não houve lugar a atribuição de qualquer remuneração variável por força do estabelecido no Despacho nº 5.696-A/2010 do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, publicado na 2ª Série do Diário da República, de 29 de março, e bem assim no artigo 37º da Lei 66-B/2012, de 31 de dezembro. Acresce que tratando-se de uma empresa pública de capital exclusivamente público não há lugar à emissão de instrumentos financeiros pela própria instituição para atribuição aos seus administradores.
	IV.4. Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos e o seu pagamento deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da instituição ao longo desse período.	Não aplicável	Não houve lugar a atribuição de qualquer remuneração variável por força do estabelecido no Despacho nº 5.696-A/2010 do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, publicado na 2ª Série do Diário da República, de 29 de março, e bem assim no artigo 37º da Lei 66-B/2012, de 31 de dezembro.

(continuação)

Item	Recomendação	Grau de cumprimento	Observações
	IV.5. A parte da componente variável sujeita a diferimento deve ser determinada em função crescente do seu peso relativo face à componente fixa da remuneração.	Não aplicável	Não houve lugar a atribuição de qualquer remuneração variável por força do estabelecido no Despacho nº 5.696-A/2010 do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, publicado na 2ª Série do Diário da República, de 29 de março, e bem assim no artigo 37º da Lei 66-B/2012, de 31 de dezembro.
	IV.6. Os membros do órgão de administração não devem celebrar contratos, quer com a Instituição, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela Instituição.	Cumprida	
	IV.7. Até ao termo do seu mandato, devem os membros executivos do órgão de administração manter as ações da Instituição a que tenham acedido por força de esquemas de remuneração variável, até ao limite de duas vezes o valor da remuneração total anual, com exceção daquelas que necessitem ser alienadas com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas ações.	Não aplicável	Não houve lugar a atribuição de qualquer remuneração variável por força do estabelecido no Despacho nº 5.696-A/2010 do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, publicado na 2ª Série do Diário da República, de 29 de março, e bem assim no artigo 37º da Lei 66-B/2012, de 31 de dezembro.
	IV.8. Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos.	Não aplicável	Não houve lugar a atribuição de qualquer remuneração variável por força do estabelecido no Despacho nº 5.696-A/2010 do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, publicado na 2ª Série do Diário da República, de 29 de março, e bem assim no artigo 37º da Lei 66-B/2012, de 31 de dezembro.
	IV.9. Após o exercício referido no ponto anterior, os membros executivos do órgão de administração devem conservar um certo número de ações, até ao fim do seu mandato, sujeito à necessidade de financiar quaisquer custos relacionados com a aquisição de ações, sendo que o número de ações a conservar deve ser fixado.	Não aplicável	Não houve lugar a atribuição de qualquer remuneração variável por força do estabelecido no Despacho nº 5.696-A/2010 do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, publicado na 2ª Série do Diário da República, de 29 de março, e bem assim no artigo 37º da Lei 66-B/2012, de 31 de dezembro.
Membros não executivos	IV.10. A remuneração dos membros não executivos do órgão de administração não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho ou do valor da instituição.	Cumprida	
Indemnizações em caso de destituição	IV.11. Devem ser estabelecidos os instrumentos jurídicos adequados para que a compensação estabelecida para qualquer forma de destituição sem justa causa de um membro do órgão de administração não seja paga se a destituição ou cessação por acordo resultar de um inadequado desempenho do membro do órgão de administração.	Não aplicável	Os gestores públicos estão sujeitos às regras previstas no estatuto do gestor público aprovado pelo Decreto-Lei 71/2007, de 27 de março.
V. Remuneração dos colaboradores	V.1. Se a remuneração dos colaboradores da Instituição incluir uma componente variável, esta deve ser adequadamente equilibrada face à componente fixa da remuneração, atendendo, designadamente, ao desempenho, às responsabilidades e às funções de cada colaborador, bem como à atividade exercida pela Instituição. A componente fixa deve representar uma proporção suficientemente elevada da remuneração total, a fim de permitir a aplicação de uma política plenamente flexível sobre a componente variável da remuneração, incluindo a possibilidade de não pagamento de qualquer componente variável da remuneração. A componente variável deve estar sujeita a um limite máximo.	Cumprida	
Relação entre a remuneração fixa e a remuneração variável	V.2. Uma parte substancial da componente variável da remuneração deve ser paga em instrumentos financeiros emitidos pela Instituição e cuja valorização dependa do desempenho de médio e longo prazo da Instituição. Esses instrumentos financeiros devem estar sujeitos a uma política de retenção adequada destinada a alinhar os incentivos pelos interesses a longo prazo da Instituição e ser, quando não cotados em bolsa, avaliados, para o efeito, pelo seu justo valor.	Não aplicável	Tratando-se de uma empresa pública de capital exclusivamente público não há lugar à emissão de instrumentos financeiros pela própria instituição para atribuição aos seus colaboradores.

(continuação)

Item	Recomendação	Grau de cumprimento	Observações
Critérios de atribuição da remuneração variável	V.3. A avaliação de desempenho deve atender não apenas ao desempenho individual mas também ao desempenho coletivo da unidade de estrutura onde o colaborador se integra e da própria Instituição, devendo incluir critérios não financeiros relevantes, como o respeito pelas regras e procedimentos aplicáveis à atividade desenvolvida, designadamente as regras de controlo interno e as relativas às relações com tomadores de seguros, segurados, participantes, beneficiários e contribuintes, de modo a promover a sustentabilidade da Instituição e a criação de valor a longo prazo.	Cumprida	
	V.4. Os critérios de atribuição da remuneração variável em função do desempenho devem ser predeterminados e mensuráveis, devendo ter por referência um quadro plurianual, de três a cinco anos, a fim de assegurar que o processo de avaliação se baseia num desempenho de longo prazo.	Cumprida parcialmente	A política de remuneração dos colaboradores do Grupo CGD tem por referência um quadro anual, sendo que não se considera oportuno aplicar aos colaboradores sujeitos à Norma Regulamentar 5/2010 regras distintas face aos restantes colaboradores.
	V.5. A remuneração variável, incluindo a parte diferida dessa remuneração, só deve ser paga ou constituir um direito adquirido se for sustentável à luz da situação financeira da Instituição no seu todo e se se justificar à luz do desempenho do colaborador em causa e da unidade de estrutura onde este se integra. O total da remuneração variável deve, de um modo geral, ser fortemente reduzido em caso de regressão do desempenho ou desempenho negativo da Instituição.	Cumprida	Não existe parte diferida da remuneração variável.
Diferimento da remuneração variável	V.6. Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos e o seu pagamento deve ficar dependente de critérios de desempenho futuro, medidos com base em critérios ajustados ao risco, que atendam aos riscos associados à atividade da qual resulta a sua atribuição.	Não cumprida	A política de remuneração dos colaboradores do Grupo CGD tem por referência um quadro anual, sendo que não se considera oportuno aplicar aos colaboradores sujeitos à Norma Regulamentar 5/2010 regras distintas face aos restantes colaboradores.
	V.7. A parte da remuneração variável sujeita a diferimento nos termos do número anterior deve ser determinada em função crescente do seu peso relativo face à componente fixa da remuneração, devendo a percentagem diferida aumentar significativamente em função do nível hierárquico ou responsabilidade do colaborador.	Não aplicável	Não existe parte da remuneração variável sujeita a diferimento nos termos do número anterior.
Remuneração dos colaboradores que exerçam funções-chave	V.8. Os colaboradores envolvidos na realização das tarefas associadas às funções-chave devem ser remunerados em função da prossecução dos objetivos associados às respetivas funções, independentemente do desempenho das áreas sob o seu controlo, devendo a remuneração proporcionar uma recompensa adequada à relevância do exercício das suas funções.	Cumprida	
	V.9. Em particular, a função atuarial e o atuário responsável devem ser remunerados de forma consentânea com o seu papel na Instituição e não em relação ao desempenho desta.	Não aplicável	A função atuarial e o atuário responsável não são remunerados pela Cares Seguros.
VI. Avaliação da política de remuneração	VI.1. A política de remuneração deve ser submetida a uma avaliação interna independente, com uma periodicidade mínima anual, executada pelas funções-chave da Instituição, em articulação entre si.	Cumprida	
	VI.2. A avaliação prevista no número anterior deve incluir, designadamente, uma análise da política de remuneração da Instituição e da sua implementação, à luz das recomendações da presente Circular, em especial sobre o respetivo efeito na gestão de riscos e de capital da Instituição.	Cumprida	
	VI.3. As funções-chave devem apresentar ao órgão de administração e à assembleia geral ou, caso exista, à comissão de remuneração, um relatório com os resultados da análise a que se refere o número VI.1., que, designadamente, identifique as medidas necessárias para corrigir eventuais insuficiências à luz das presentes recomendações.	Cumprida	

7. Divulgação de Informação Relevante

7.1. Divulgação de Informação Privilegiada

A Companhia não se encontra admitida à cotação, nem detém emissões de títulos transacionados em mercados financeiros, pelo que não tem nomeado um representante para as relações com o mercado.

7.2. Divulgação de Informação Sobre o Governo Societário

O presente relatório sobre o Governo da Sociedade visa dar cumprimento ao disposto no artigo 54.º, n.º 1 do Decreto-Lei 133/2013, de 3 de outubro.

8. Análise da Sustentabilidade da Empresa

No atual contexto da economia mundial as matérias de desenvolvimento sustentável são cada vez mais importantes, uma vez que dizem respeito à responsabilidade das empresas para com os seus clientes, colaboradores e para com a sociedade em geral.

A Companhia tem, neste domínio, uma responsabilidade acrescida, pois integra um Grupo que detém a liderança no mercado segurador.

Num contexto de instabilidade financeira e económica, como o que se continuou a viver durante o ano de 2013, os fatores de transparência, ética e responsabilidade ganharam uma especial relevância, constituindo mais um elemento catalisador de uma provável mudança de paradigma, valores e atitudes em que os temas da sustentabilidade ganharam importância acrescida.

Em linha com o seu acionista, a Companhia encara a sustentabilidade como uma gestão equilibrada entre os aspetos de transparência e governo da sociedade, tendo, assim, em curso, um conjunto de ações concretas suportadas na solidez e capacidade de resposta às necessidades e expectativas da sociedade.

9. Nomeação de um Provedor do Cliente

A Companhia dispõe, desde novembro de 2009, de um Provedor do Cliente, estando assegurado o direito de reclamação, bem como a apresentação de sugestões, que pode ser exercido em qualquer ponto de contacto com os seus clientes.

A Companhia dá particular ênfase à gestão e tratamento das reclamações, na dupla perspetiva de melhoria de serviço ao cliente e de controlo interno.

As reclamações e sugestões são tratadas e acompanhadas com o máximo rigor e celeridade, por estruturas dedicadas que garantem a centralização, a análise, o tratamento e a resposta a todas as reclamações e sugestões, qualquer que seja o canal de contacto e o suporte utilizado pelo Cliente.

1. Mesa da Assembleia Geral

(Valores em Euros)

Mesa da Assembleia Geral 2011-2013	Presidente Maria Isabel Toucedo Lage	Secretário Salomão Jorge Barbosa Ribeiro
Remuneração anual fixa	0	0
Redução remuneratória*	0	0
Remuneração anual efetiva	0	0

* Decorrente da Lei 66-B/2012, de 31 de dezembro

2. Órgãos de Fiscalização

2.1. Conselho Fiscal

(Valores em Euros)

Conselho Fiscal 2011-2013	Presidente Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias	Vogal João Filipe Gonçalves Pinto	Vogal Luís Máximo dos Santos
Remuneração anual fixa	11.200	0	8.366
Redução remuneratória*	-917	0	-435
Remuneração anual efetiva	10.283	0	7.931

* Decorrente da Lei 66-B/2012, de 31 de dezembro

2.2. Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

(Valores em Euros)

Deloitte & Associados, SROC, S.A., representada por João Carlos Henriques Gomes Ferreira	Valor
Remuneração anual auferida	0
Redução remuneratória*	0
Remuneração anual efetiva	0

* Decorrente da Lei 66-B/2012, de 31 de dezembro

3. Auditor Externo

(Valores em Euros)

Deloitte & Associados, SROC, S.A.	Valor
Remuneração anual auferida	26.961
Redução remuneratória*	0
Remuneração anual efetiva	26.961

* Decorrente da Lei 66-B/2012, de 31 de dezembro

4. Conselho de Administração

(Valores em Euros)

Conselho de Administração 2011-2013	Presidente Francisco Xavier da Conceição Cordeiro	Vogal Ana Rita Martins Sambado de Macedo	Vogal Luís Filipe Mateus Alves
Adaptado ao EGP (Sim/Não)	Sim	Sim	Sim
Remuneração Total (1.+2.+3.+4.)	0	0	93.494
OPRLO	Não	Não	Não
Entidade de Origem (identificar)	N/A	N/A	N/A
Entidade pagadora (origem/Destino)			
1.1.Remuneração Anual	0	0	101.242
1.2.Despesas de Representação (Anual)	0	0	0
1.3.Senha de presença (Valor Anual)	0	0	0
1.4.Redução decorrente da Lei 12-A/2010	0	0	0
1.5.Redução decorrente da Lei 64-B/2011	0	0	-10.124
1.6.Suspensão do pagamento dos subsídios de férias e natal	0	0	0
1.7.Reduções de anos anteriores	0	0	0
1. Remuneração Anual Efetiva Líquida (1.1+1.2.+1.3-1.4-1.5-1.6-1.7)	0	0	91.118
2. Remuneração variável	0	0	0
3. Isenção de Horário de Trabalho (IHT)	0	0	0
4. Outras (identificar)	0	0	2.376
Subsídio de deslocação	0	0	0
Subsídio de refeição	0	0	2.376
Encargos com benefícios sociais			
Regime de Proteção Social (Segurança Social)	0	0	22.721
Seguros de saúde	0	0	1.391
Seguros de vida	0	0	78
Seguro de Acidentes Pessoais	0	0	193
Outros (indicar)	0	0	0
Acumulação de Funções de Gestão (S/N)	Sim	Não	Sim
	NIF 500918880		NIF 502502398
	NIF 504011944		NIF 505966603
Entidade	NIF 500926980		
	NIF 502502398		
	NIF 505966603		
Remuneração Anual	(*)	0	0

(*) Conforme explicitado nos respetivos Relatórios e Contas

(Valores em Euros)

Parque Automóvel 2011-2013	Presidente	Vogal	Vogal
	Francisco Xavier da Conceição Cordeiro	Ana Rita Martins Sambado de Macedo	Luís Filipe Mateus Alves
Modalidade de Utilização	N/A	N/A	Renting
Valor de referência da viatura nova	N/A	N/A	N/A
Ano Início	N/A	N/A	2013
Ano Termo	N/A	N/A	2017
N.º prestações (se aplicável)	N/A	N/A	48
Valor Residual	N/A	N/A	N/A
Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço	N/A	N/A	7.034
Combustível gasto com a viatura	N/A	N/A	2.379
Plafond anual Combustível atribuído	N/A	N/A	1.200 L
Outros (Portagens / Reparações / Seguro)	N/A	N/A	1.967
Limite definido conforme Art.º 33 do EGP (Sim/Não)	N/A	N/A	N/A

(Valores em Euros)

Outras regalias e compensações 2011-2013	Presidente	Vogal	Vogal
	Francisco Xavier da Conceição Cordeiro	Ana Rita Martins Sambado de Macedo	Luís Filipe Mateus Alves
Plafond mensal atribuído em comunicações móveis	0	0	Sem Limite
Gastos anuais com comunicações móveis	0	0	1.333
Outras (indicar)	0	0	0
Limite definido conforme Art.º 32 do EGP (Sim/Não)	N/A	N/A	Sim

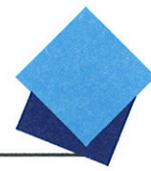
(Valores em Euros)

Gastos c/ deslocações 2011-2013	Presidente	Vogal	Vogal
	Francisco Xavier da Conceição Cordeiro	Ana Rita Martins Sambado de Macedo	Luís Filipe Mateus Alves
Custo total anual c/ viagens	0	0	88
Custos anuais com Alojamento	0	0	716
Ajudas de custo	0	0	0
Outras (indicar)	0	0	0

* Decorrente da Lei 66-B/2012, de 31 de dezembro

06

RELATÓRIO
E PARECER DO
CONSELHO FISCAL
E CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS CONTAS



CARES

COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

Avenida José Malhoa, 13 - 7º
1070-157 Lisboa

CARES – COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

EXERCÍCIO DE 2013

Em cumprimento das disposições legais aplicáveis, dos estatutos e do mandato que nos foi conferido, apresentamos o relatório da actividade fiscalizadora e o parecer sobre os documentos de prestação de contas, elaborados pelo Conselho de Administração e da sua responsabilidade.

Acompanhámos, durante o exercício, a atividade da sociedade e verificámos a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento das normas legais e estatutárias, tendo procedido às verificações consideradas adequadas.

Obtivemos do Conselho de Administração e demais órgãos sociais, regular informação e esclarecimento sobre o funcionamento da sociedade e andamento dos seus negócios.

Apreciámos o Relatório de Gestão e demais documentos de prestação de contas do exercício, bem como a Certificação Legal de Contas, com que concordamos.

Analisámos, ainda, o Relatório do Governo da Sociedade com o qual se deu cumprimento ao estabelecido no artigo 54º, n.º 1 do Decreto-Lei 133/2013, de 3 de Outubro.

Em face de quanto antecede, o Conselho Fiscal emite o seguinte

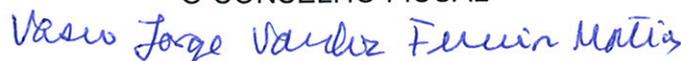
PARECER

- Que seja aprovado o Relatório de Gestão e demais documentos de prestação de contas do exercício, tal como apresentados pelo Conselho de Administração;
- Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão;

O Conselho Fiscal agradece, ao Conselho de Administração e aos restantes órgãos sociais, a boa colaboração recebida ao longo do exercício.

Lisboa, 12 de Março de 2014.

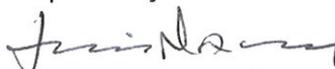
O CONSELHO FISCAL



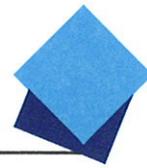
Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias - Presidente



João Filipe Gonçalves Pinto - Vogal



Luis Augusto Máximo dos Santos - Vogal



CARES

COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

Avenida José Malhoa, 13 - 7º
1070-157 Lisboa

**DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE COMPLEMENTAR AO
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DA
CARES – COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.
RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2013**

Em cumprimento do estabelecido no nº 6 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, as contas e demais documentos de prestação de contas do exercício, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da empresa.

Declaram, ainda, que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da empresa, contendo o referido relatório menção aos riscos e incertezas da actividade.

Lisboa, 12 de Março de 2014.

O CONSELHO FISCAL

Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias - Presidente

João Filipe Gonçalves Pinto - Vogal

Luis Augusto Máximo dos Santos - Vogal

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Cares – Companhia de Seguros, S.A. (“Companhia”), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2013 que evidencia um total de 65.398.244 Euros e capital próprio de 25.779.991 Euros, incluindo um resultado líquido de 6.186.783 Euros, a Conta de ganhos e perdas, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração das variações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as variações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reserva

4. As análises actuariais disponíveis nesta data apontam para a existência de um excesso da provisão para sinistros registada nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de Dezembro de 2013 que poderá ascender a aproximadamente 6.600.000 Euros (6.800.000 Euros aproximadamente, em 31 de Dezembro de 2012). Consequentemente, o passivo e o resultado do exercício encontram-se sobreavaliados em 6.600.000 Euros e 200.000 Euros, respectivamente, e os resultados transitados encontram-se subavaliados em 6.800.000 Euros. Estes montantes não reflectem o efeito que a correcção desta situação teria ao nível da participação nos resultados no âmbito dos tratados de resseguro aceite celebrados pela Companhia, nem os correspondentes efeitos fiscais.

Opinião

5. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos do assunto descrito no parágrafo 4 acima, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Cares – Companhia de Seguros, S.A. em 31 de Dezembro de 2013, bem como o resultado e o rendimento integral das suas operações, as variações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector segurador.

Relato sobre outros requisitos legais

6. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício de 2013.

Lisboa, 3 de Março de 2014



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por João Carlos Henriques Gomes Ferreira

CARES - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

Grupo Caixa Geral de Depósitos